



Universidade de Brasília - UNB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas - FACE
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

Marcela Barbosa da Silva

**ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS:
Estudo da implementação e desempenho da Política de Dados
Abertos no Poder Executivo Federal**

Brasília/DF
2020

Marcela Barbosa da Silva

**ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS:
Estudo da implementação e desempenho da Política de Dados
Abertos no Poder Executivo Federal**

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas no Programa de Pós-Graduação em Administração – FACE/PPGA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração: Administração Pública.

Orientador: Professor Dr. Caio César de Medeiros Costa.

Brasília/DF
2020

Marcela Barbosa da Silva

**ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS:
Estudo da implementação e desempenho da Política de Dados
Abertos no Poder Executivo Federal**

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas no Programa de Pós-Graduação em Administração – FACE/PPGA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração: Administração Pública.

Orientador: Professor Dr. Caio César de Medeiros Costa.

Prof. Dr. Caio César de Medeiros Costa - UnB (Orientador)

Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira - (Banca Examinadora - Externo)

Prof. Dr. Cleidson Nogueira Dias - (Banca Examinadora - Membro Interno)

Profa. Dra. Marina Moreira - (Banca Examinadora - Membro Suplente)

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2020

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

(Fernando Teixeira de Andrade)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelas ricas oportunidades que tem me concedido em especial por proporcionar a entrada neste Mestrado em Administração.

Agradecer aos meus familiares, em especial aqueles que de alguma forma colaboraram de uma forma direta ou indireta em momentos tão difíceis ao longo desses dois anos.

Agradecer ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas, em nome de todos os professores, e também pela compreensão em especial da Chefia do professor Daniel Bin e da Coordenação da professora Suylan Midlej que em um momento tão crítico por falta de pessoal na Secretaria de graduação, fui incentivada a dar início aos estudos e ao mestrado sem objeção.

Agradecer ao corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração por tanto conhecimento e profissionalismo ao longo do curso, em especial ao meu Orientador o prof. Caio Costa que sempre ativo e solícito em atender. Agradecer imensamente o auxílio do prof. Cleidson com o método QCA que, inclusive, levo como um desafio alcançado em minha trajetória acadêmica.

Agradecer a compreensão de todos os amigos que me deram força e colaboraram de forma integrativa e participativa no andamento deste trabalho, em especial a Cleide, André, Kethelym, Jenyffer, Luciana, Aline, Eloísa e Gustavo.

Agradecer aos colegas de turma por passar por tantos desafios e aprendizado ao longo de dois anos.

RESUMO

Uma série de movimentos de dados abertos surgiu ao redor do mundo e distintos são os fatores que explicam o interesse por essas iniciativas. No Brasil, especificadamente no Poder Executivo Federal, há a necessidade de se conhecer as nuances da implementação na política de dados abertos. Desta maneira, o presente trabalho realizou uma revisão sobre estudos nacionais e internacionais sobre abertura de dados governamentais (OGD) e a Parceria para Governo Aberto (OGP) sob a ótica de uma perspectiva Política. Em seguida, foram encontradas dimensões da OGD que permitiram testar empiricamente variáveis derivadas da literatura em órgãos da Administração Indireta, como as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e também outros arranjos. A pesquisa empírica foi realizada com base na disparidade encontrada no desempenho em abertura de dados em vários órgãos, no que diz respeito ao não cumprimento das metas e prazos estipulados. Logo, esta pesquisa teve como objetivo geral descrever a influência de dimensões em abertura de dados governamentais, de forma empírica em vários órgãos. Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa teve caráter qualitativo para uma melhor compreensão do fenômeno a ser investigado. As principais conclusões que se obteve foram: a) há um conjunto de razões determinantes associados ao sucesso da Política de dados abertos, no qual dois fatores se destacaram, sendo o fator três (arranjos organizacionais) e o fator quatro (habilidades relevantes e apoio educacional) somente para os casos de sucesso. b) Dentre as três barreiras que impedem o bom desempenho de uma política, a pesquisa pôde identificar uma grande quantidade de ausências na falta de ações referentes às barreiras organizacionais e individuais. A primeira barreira é relacionada a processos burocráticos; objetivos ambíguos; a falta de prestação de contas; foco na execução em vez de resultados. A segunda é relacionada à *falta de interesse; à falta de iniciativa; ao controle inadequado do tempo ou falta de cooperação*. Assim, o presente trabalho melhora a compreensão sobre a abertura de dados governamentais na busca de propor ações que podem ser implementadas ou sugeridas e que podem ter implicações para o bom desempenho da Política.

Palavras-chave: Dados Abertos; Parceria para Governo Aberto (OGP); Implementação; Abertura de Dados Governamentais (OGD); Análise Qualitativa Comparativa (QCA).

ABSTRACT

A series of open data movements have emerged around the world and distinct are the factors that explain the interest in these initiatives. In Brazil, specifically in the Federal Executive Branch, there is a need to know the nuances of implementation in open data policy. Thus, the present work conducted a review on national and international studies on the opening of government data (OGD) and the Partnership for Open Government (OGP) from a political perspective. Then, the OGD dimensions were found that allowed empirical testing of variables derived from the literature in indirect administration bodies, such as municipalities, foundations, public companies, mixed economy society and other arrangements. The empirical research was conducted based on the disparity found in the performance in data opening in several agencies, with regard to non-compliance with the stipulated goals and deadlines. Therefore, this research had as general objective to describe the influence of dimensions in the opening of governmental data, empirically in various organs. Regarding methodological aspects, this research had a qualitative character for a better understanding of the phenomenon to be investigated. The main conclusions obtained were: a) there is a set of determinant reasons associated with the success of the Open Data Policy, in which two factors stood out, factor three (organizational arrangements) and factor four (relevant skills and educational support) only for success cases. b) Among the three barriers that prevent the good performance of a policy, the research was able to identify a large number of absences in the lack of actions related to organizational and individual barriers. The first barrier is related to bureaucratic processes; ambiguous objectives; lack of accountability; focus on execution rather than results. The second is related to lack of interest; lack of initiative; inadequate control of time or lack of cooperation. Thus, the present work improves the understanding of the opening of government data in the search to propose actions that can be implemented or suggested and that may have implications for the good performance of the Policy.

Keywords: Open Data; Partnership for Open Government (OGP); Implementation; Government Data Opening (OGD); Comparative Qualitative Analysis (CSF).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro teórico da pesquisa.	15
Figura 2 - Fases de pesquisa.	34
Figura 3 – Modelo de escala proposto.	39
Figura 4 – Dicotomização dos fatores.	46
Figura 5 – Tabela verdade importada do Tosmana.	47
Figura 6 - Estados de localização dos órgãos pesquisados.	62
Figura 7 – Posição e cargo dos respondentes.	62
Figura 8 - Grau de escolaridade dos respondentes.	63
Figura 9 – Sexo dos respondentes.	64
Figura 10 – Experiência dos respondentes com abertura de dados.	64
Figura 11 – Análise ampliada do fator 4: políticos e estratégicos.	67
Figura 12 - Análise reduzida do fator 1: político e estratégico.	68
Figura 13 - Análise ampliada do fator 4: legislativo.	69
Figura 14 – Análise reduzida do Fator 2: fundamentos legislativos.	70
Figura 15 – Análise ampliada do fator 4: organizacional.	72
Figura 16 - Análise reduzida do fator 3: organizacional.	73
Figura 17 - Análise ampliada do fator 4: habilidade e apoio educacional	74
Figura 18 - Análise reduzida do fator 4: habilidade e apoio educacional.	76
Figura 19 - Análise ampliada do fator 5:apoio público e consciência.	77
Figura 20 - Saída geral de software referente ao fator 6: desempenho organizacional.	78
Figura 21 - Análise reduzida do fator 6: desempenho organizacional.	79
Figura 22 – Tabela verdade importada do Tosmana.	81
Figura 23 - Análise ampliada do 1 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso.	81
Figura 24 - Análise reduzida do fator 1 com 4 casos de de sucesso e 4 casos insucesso.	82
Figura 25 - Análise ampliada do 2 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso.	83
Figura 26 - Análise reduzida do fator 2 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso	84
Figura 27 - Análise ampliada do fator 3 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso.	85
Figura 28 - Análise reduzida do fator 3 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso	85
Figura 29 - Análise ampliada do fator 4 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso	86
Figura 30 – Equações minimizadas do fator 4 com contraditório e remainders.	87
Figura 31 - Análise ampliada do fator 5 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso	87
Figura 32 - Análise reduzida do fator 5 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso.	88
Figura 33 - Análise ampliada do fator 6 com 4 de sucessos e 4 insucessos.	89
Figura 34 - Análise reduzida do fator 6 com 4 sucessos e 4 insucessos	90
Figura 35 - Análise ampliada dos fatores dicotomizados.	91
Figura 36 - Análise dos oito casos de sucesso e minimizadas e com contradição.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições listadas para a pesquisa.	37
Tabela 2 - Relação dos casos de sucesso e insucesso em abertura de dados governamentais.	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo das Publicações dos PDAs	11
Quadro 2 - Artigos empíricos sobre Dados abertos Governamentais, distribuídos por categoria temática.	16
Quadro 3 - Síntese das dimensões dos Dados Abertos.	31
Quadro 4 - Fatores selecionados por meio da literatura.	42
Quadro 5 - Diferenças entre crisp-set e fuzzy-set QCA.	49
Quadro 6 - Principais realizações legais relacionadas ao tema.	52
Quadro 7 - Especificação das responsabilidades do Comitê Interministerial de Governo Aberto.	53
Quadro 8 - Plano de ações para Governo Aberto.	54
Quadro 9 - Compromissos da Parceria para Governo Aberto - Poder Executivo Federal.	58
Quadro 10 - Resumo dos resultados.	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

EUA – Estados Unidos da América

FOIA – Lei de Liberdade de Informação

GT – Grupo de Trabalho

INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

LAI – Lei de Acesso à Informação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OGD - *Open Government Data*

OGP – *Open Government Partnership*

PDA – Plano de Dados Abertos

PET - *Punctuated Equilibrium Theory*

QCA – Análise Comparativa Qualitativa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.3 Justificativa	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Abertura de Dados Governamentais	16
2.1.1 Governo aberto: transparência, participação e colaboração	17
2.1.2 Governo Aberto: Evidências e estratégias da implementação	19
2.1.3 Governo Aberto: Utilização de dados para o Governo ou stakeholder	22
2.1.4 Padronização e Estrutura de Dados	24
2.2 Ciclo das Políticas Públicas e Barreiras inibidoras de gestão	25
2.2.1 Agenda	25
2.2.2 Formulação	27
2.2.3 Implementação	28
2.2.4 Dimensões políticas e estratégicas	31
3. METODOLOGIA	32
3.1 Caracterização da pesquisa	32
3.2 Seleção dos casos	34
3.3 Instrumentos e técnicas para coleta de dados	39
3.4 Coleta de dados	40
3.5 Operacionalização da Pesquisa	42
3.7 Método QCA	48
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS MÚLTIPLOS CASOS	61
CONCLUSÕES	100
REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

Uma série de movimentos de dados abertos surgiu ao redor do mundo (Attard et al., 2015), com destaque para as iniciativas de *Open Data* (abertura de dados) promovidas pelo Presidente Barack Obama, nos Estados Unidos da América, em 2009, e a Parceria de Governo Aberto, em 2011, como um meio de fornecer aos cidadãos e às partes interessadas informações governamentais.

Distintos são os fatores que explicam o interesse por essas iniciativas. Coletivamente, há várias razões para a abertura de dados do governo pelo mundo, como a transparência, como um funcionamento democrático da sociedade (Attard et al., 2015), como a liberação de valor social e comercial (Bicer et al., 2014), onde as partes interessadas podem ser mais informadas e capazes de melhorar em suas decisões.

De forma mais específica, vários estudos focam as iniciativas de governo aberto e dados abertos sob várias perspectivas, tendo ênfase no governo aberto como transparência, *accountability* e Leis de Acesso à Informação (Murillo, 2013; Macadar, Klein & Luciano, 2015; Lourenço, 2015; Corrêa et al., 2017; Janssen et al. 2017), outras sob a ótica da qualidade e uso dos dados (O'Hara, 2012; Kučera, Chlapek & Nečaský, 2013; Bright et al. 2015; Saéz Martin & Perez, 2016; Zuiderwijk, Janssen & Dwivedi, 2015).

Neste sentido, vários estudos enfatizam o governo aberto e as partes interessadas na abertura de dados do governo (Gonzalez & Heeks, 2015; Chan, Johnson & Shookner, 2016; Schrock, 2016; Schrock & Shaffer, 2017; Craveiro & Albano, 2017) e também a implementação e barreiras do governo aberto (Janssen, Charalabidis & Zuiderwijk, 2012; Zuiderwijk et al., 2014; Yang, Lo & Shiang, 2015; Wang & Lo, 2015; Yang & Wu, 2016).

Na busca de compreender a Política Pública e Iniciativas de governo aberto (Coglianese, 2009; Bates, 2014, OCDE, 2014; Attard et al., 2015; De Blasio, Selva, 2016) e sua participação (Andrews, Corrêa, 2013; Wijnhoven, Ehrenhard & Kuhn, 2015; Piscopo, Siebes & Hardman, 2017; Hivon, Titah, 2017; Wirtz, Weyerer, Rösch, 2017; no propósito de aprofundar a teoria de governo e dados abertos governamentais (Francoli, 2011; Corojan, Domínguez, 2011; Meijer, Curtin & Hillebrandt, 2012; Pyrozhenko, 2017; Wirtz, Birkmeyer, 2015).

No Brasil, tal movimento ganha corpo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), criada pelo Decreto Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A LAI tem por propósito a ampliação da transparência das práticas governamentais e também o envolvimento da sociedade civil na fiscalização dessas ações.

Além disso, um marco para a disponibilização dos dados aberto no Poder Executivo Federal foi a Política de Dados Abertos, via Decreto nº 8.777/2016 revogado pelo novo Decreto de 9.903/19, que instituiu as diretrizes para promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sob a forma de dados abertos (Parceria Para Governo Aberto, 2016-2019).

Nessa perspectiva, tal política estabelece os critérios e regras para a disponibilização de dados, cujo objetivo é ampliar o foco da transparência, não se limitando ao combate somente da corrupção e controle dos gastos públicos, mas para atingir a qualidade do gasto com o monitoramento e avaliação das políticas públicas (CGU, 2018). Outra finalidade dessa política é o aumento do controle social e a criação de novas tecnologias destinadas à construção de espaços de gestão pública participativa e democrática e à oferta de serviços públicos para a sociedade.

No âmbito do discurso sobre o que se espera dos dados abertos, seu potencial tem sido admitido como algo que gera inovação e economia de valor (Magalhães & Roseira, 2017); confiança nas organizações públicas e no governo (Albu & Flyverbom, 2016); valores sociais, políticos e econômicos (Fan & Zhao, 2017); mais transparência para os governos (Harrison et al., 2012).

Mas, embora a quantidade de entidades públicas que procuram publicar seus dados tenha aumentado (Conradie & Choenni, 2012; Zuiderwijk & Janssen, 2014a), há ainda um grande desafio para alcançar todo o potencial dos dados governamentais abertos, pois há uma série de barreiras técnicas, políticas, jurídicas, econômicas financeiras, organizacionais e culturais que contribuem para este desafio.

Questões importantes são debatidas pelos pesquisadores dessa área, tais como: por que alguns governos estão conseguindo abrir seus bancos de dados e outros não? O que é uma estratégia de dados abertos apropriada para os governos? Como as políticas abertas de dados podem contribuir para aumentar a

confiança e a participação dos cidadãos no governo e proporcionar um estímulo econômico? (Huijboom&Broek, 2011). Tais questões têm sido pautadas e se tornado fonte de problematização da academia e de *policymakers*.

Para além das dúvidas supracitadas, surgem questionamentos relacionados a iniciativas de dados abertos, como a falta de capacidade e agenda política, a qualidade e interoperabilidade insuficientes, problemas relacionados à governança e motivação, e ideológica heterogêneas (Jetzek, 2016). Outro questionamento é de que as atuais plataformas de dados abertos não consideram a complexidade dos processos democráticos, o que resulta em uma simplificação excessiva da criação de projetos de plataformas de dados abertos (Ruijter, Grimmelikhuisen & Meijer, 2017).

A ocorrência desses problemas traduzidos pelas questões anteriormente apresentadas, denota a necessidade de se conhecer as nuances na implementação da política de dados abertos. Tal necessidade é ilustrada pela pesquisa elaborada por Safarov (2018), que revelou que a implementação da política de dados abertos não é suficiente para garantir a sustentabilidade e o sucesso da adoção da abertura dos dados governamentais em um país, pois existem dimensões que podem estar associadas para o sucesso desta abertura de dados.

No Poder Executivo Federal, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, revogado pelo novo Decreto de 9.903/19 instituiu a Política de Dados Abertos e estabelece uma série de compromissos, como a publicação do Plano de Dados Abertos (PDA), por cada órgão, e a disponibilização de dados abertos em formato aberto.

Para esta política, dados abertos são “dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta, que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.” Dados em formato aberto são arquivos “cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização. (Brasil, 2016).

Além disso, foi estabelecido a designação clara de um responsável pela

gestão da base de dados abertas e a responsabilidade em assegurar a publicação e a atualização do PDA, dentre outras (INDA, 2016). Entretanto, o que se percebe é que a publicação desses dados não ocorre de maneira igualitária, conforme mostra o quadro construído com base nos dados oriundos do INDA tendo como referência a situação em 03 de agosto de 2019.

Quadro 1 - Demonstrativo das Publicações dos PDAs

SEGMENTO	META	REALIZADO
Administração Direta	24	24
Autarquias e Fundações	85	35
Universidades Federais	63	14
Instituições Federais de Ensino	38	11
Específicos Singulares	0	3
Unidades de Pesquisa	0	3
Forças Armadas	0	2
Empresas Públicas	0	1
Total	210	93

Fonte: INDA (2019).

E nesta perspectiva, na medida em que o governo decreta o compartilhamento e a abertura de dados governamentais, cabem às instituições o planejamento, treinamento, construção, compartilhamento e a implementação desta política de abertura de dados. Além disso, de forma acessível e obedecendo aos padrões mínimos de qualidade, de forma que facilite o entendimento e a reutilização desses dados pela sociedade.

E desta forma, dada às circunstâncias, o ambiente político e a disparidade nas metas das organizações da Administração Indireta na implementação e gestão na publicação dos Planos de Dados Abertos, conforme publicado no portal de Infraestrutura Nacional de Dados abertos (INDA, 2016), elege-se a seguinte pergunta a ser respondida nesta pesquisa: **qual a influência das dimensões da OGD ao longo da implementação de uma Política Pública associadas ao sucesso para a Abertura de Dados Governamentais?** Assim, espera-se que esta pesquisa possa indicar as falhas e oportunidades para a melhoria, ao longo do processo de implementação desta política, além de apresentar os aspectos de sucesso no processo da implementação, tendo em vista o atendimento às normativas vigentes.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a influência de dimensões em abertura de dados governamentais empiricamente em vários órgãos da esfera

Federal.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Descrever a Política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal;
- Comparar casos e verificar a existência de dimensões que estão associadas à abertura de dados governamentais e à implementação da Política de Dados abertos.
- Apontar quais são os fatores/elementos associados ao sucesso que explicam o sucesso para abertura de dados governamentais.

1.3 Justificativa

Com este estudo, faz-se necessário especificar as abordagens que serão utilizadas para a análise da implementação dessa Política de Dados Abertos no Brasil. A primeira abordagem é conceituada por Frey (2000), o qual destaca que o processo de implementação pode ser apreciado de duas maneiras, sendo a primeira com foco no conteúdo dos programas e planos, tendo como objetivo a análise quanto ao cumprimento das ações, conforme formulada, e suas eventuais causas de insuficiência na implementação; na segunda, o foco estará na ação da implementação, ou seja, no detalhamento do “como” e na explicação do “porquê” de a ação se desenvolver especificamente de uma forma.

Outra abordagem tida como uma segunda corrente é mencionada por Hill e Hupe (2005), que tem como foco o direcionamento dos estudos em implementação, em que a implementação de políticas públicas específicas é descrita e analisada. Por esse viés, dados os objetivos esboçados no presente trabalho, esta pesquisa será investigada a partir da primeira corrente citada por Frey (2000), que tem como objetivo a análise quanto ao cumprimento das ações, conforme formulada, e suas eventuais causas de insuficiência na implementação para a compreensão do fenômeno na implementação.

A intenção desta pesquisa é expor reflexões sobre esse fenômeno em que organizações atingem seus objetivos e implementam a política de dados abertos, conforme os prazos estabelecidos, e outras estão na tentativa de implementação, apresentando dificuldades e atrasos e não atingindo seus objetivos.

É relevante mencionar que, especificamente, para esta política de abertura de dados, juntamente com seu Decreto, por muitas vezes, não são vistos como

uma política governamental, mas como o cumprimento de uma lei imposta pelo governo, onde estudos sinalizam preocupação com formato, plataforma para os dados, publicação dos dados, interoperabilidade, sistemas, porém deixando de lado o ambiente político e seus embates na fase de implementação. Fase esta que requer cuidado e acompanhamento em todas as suas fases no processo.

A intenção deste estudo é compreender esta política, desde a formação de sua agenda, e perpassar pela fase de formulação e os atores que trabalharam nesse constructo, dando total ênfase na fase de implementação que é o foco deste trabalho, na busca de compreender a disparidade que perpassa o processo de implementação e gestão das organizações.

Com base em várias pesquisas científicas foi possível identificar algumas dimensões das OGD que perpassam a abertura de dados, com destaque para a pesquisa científica elaborada por Safarov (2018), que contempla dimensões institucionais que fazem parte da implementação da OGD, do inglês *Open Government Data*, que traduzido para o português significa “abertura de dados governamentais”. O estudo menciona que, para o sucesso desta política de abertura de dados, é necessário observar cinco dimensões que norteiam a fase da implementação da OGD.

Nesta pesquisa mencionada acima o autor destaca que na dimensão política e estratégia, é necessário que se tenha disponível um programa de dados abertos forte e regulado. Quanto à dimensão de fundamentos legislativos, é necessária uma forte liberdade de informação e do apoio institucional à proteção de dados. Em relação à dimensão organizacional, é necessária uma forte liderança, o envolvimento das pessoas e das partes interessadas, e uma cultura aberta e adequada para o alcance dos objetivos.

A dimensão de habilidade e apoio educacional faz-se necessário para a participação de usuários potenciais e com o apoio de programas que proporcionam treinamentos para o aperfeiçoamento destes usuários. A última dimensão de apoio público e consciência enfatiza que as organizações precisam estar ativas, em eventos de dados abertos, competições e prêmios proporcionados pelo setor público, com o aumento de informações sobre dados abertos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário a separação dessas dimensões para

a análise, pois conforme estudo proposto no modelo de Ammons (2004), para analisar as barreiras e os desafios que inibem o desempenho de uma política, é preciso agrupá-las em três conjuntos, tais como: barreiras ambientais, organizacionais e individuais.

E, nessa perspectiva, a contribuição desta pesquisa será a de identificar as influências das dimensões que são relevantes e primordiais para o êxito na implementação da política de dados abertos, permitindo estabelecer aspectos que devem ser priorizados quando da implementação das políticas de dados abertos. Nesse diapasão, repousa o avanço dessa dissertação em relação aos trabalhos que abordam a implementação das políticas de dados abertos.

No Poder Executivo Federal essa política de abertura de dados tem tido grande mobilização após o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, revogado pelo novo Decreto de 9.903/19, estabelecendo os critérios e as regras para a disponibilização desses dados, com o objetivo de aumentar o foco da transparência e do controle dos gastos públicos (CGU, 2018-2019). Porém, um fenômeno tem ocorrido ao longo da implementação desta Política, pois alguns órgãos do mesmo segmento têm implementado a política, de acordo com os seus planos e objetivos, e outros órgãos têm tido dificuldades de abrirem seus dados.

Entretanto, como argumenta Sabatier (1984), não há como analisar a implementação como uma etapa isolada do processo da política pública, pois há fatores externos que podem surgir ao longo da implementação, tais como fatores econômicos e influências de outras políticas, que também são relevantes.

Vários fatores podem estar relacionados com essa dificuldade em implementar a abertura de dados, pois, nesta política específica de abertura de dados governamentais, conforme pondera Lowi (1972), o tipo da política faz diferença na implementação. Com isso, faz-se necessário o entendimento e a compreensão do surgimento dessa agenda de governo aberto no Poder Executivo Federal, como essa política foi formulada e quais atores fizeram parte, como também o estágio de implementação e seus resultados.

E, nesse estágio, é essencial destacar a existência de vários atores no momento da implementação da política, argumentando que as análises deveriam começar pela identificação das redes de atores e agências, e a forma como tentam resolver os problemas que surgem (Hjern & Hull, 1982).

Em diálogo com os trabalhos dos autores Wuet et al. (2014) e Souza (2018), juntamente com o modelo de Ammons (2004) referente às barreiras de desempenho de políticas públicas é que será dada a contribuição deste estudo para a literatura acerca da implementação de políticas públicas, realizando um cotejo de modo a identificar a existência de fatores dificultadores/facilitadores, distintos daqueles abordados anteriormente em análises de políticas em outros setores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta o quadro de referência do estudo, tratando de questões relativas à implementação de políticas públicas e às dimensões propostas pelo estudo. Os principais conceitos aqui tratados dizem respeito à fase de implementação e seus fatores de complexidade. Também são abordados os fundamentos teóricos acerca das dimensões na política de dados abertos, em seus aspectos constitutivos e operacionais.

Assim, conforme os objetivos gerais e específicos propostos foi adotado o seguinte quadro teórico, conforme figura abaixo.



Figura 1 - Quadro teórico da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Ammons (2004).

Em termos operacionais, a busca pelos artigos ocorreu com a utilização das palavras-chave “Open Data” “Open government data” “Open Data Implementation”, com recorte temporal entre os anos de 2010 a 2018.

A busca inicial resultou na pré-seleção de 68 trabalhos, posteriormente selecionados com base nos seguintes critérios: a) artigos que investigaram aspectos relacionados à utilização dos dados abertos; b) artigos que descreveram

pesquisas empíricas sobre os dados abertos.

Como informado anteriormente, os artigos foram categorizados de acordo com sua semelhança temática, o que levou à construção de quatro categorias, conforme especificado no quadro abaixo.

A definição das categorias considerou, *a priori*, a semelhança dos assuntos referentes:

- À utilização de dados abertos como oferta para o Governo ou para *stakeholders* (que contempla as pesquisas de dados abertos como oferta para o Governo ou para uma parte interessada nestes dados);
- Estudos sobre a utilização de Dados abertos como transparência, participação (que investiga os dados abertos como uma forma de co-produção, engajamento dos cidadãos, dados abertos como democracia);
- Estudos que analisam as estratégias e implementações dos dados abertos no governo (que investigam os desafios, constitucionais, políticos quanto às iniciativas e propostas da implementação e quais as suas reais intenções);
- Estudos que trazem a percepção de estrutura e padronização dos dados abertos no governo (que investiga os critérios para a padronização dos dados abertos (que tem como ideal estudar um tipo de modelo elegível para os dados abertos).

Quadro 2 - Artigos empíricos sobre Dados abertos Governamentais, distribuídos por categoria temática.

Categoria	Autores
Estudo da utilização de dados abertos como oferta para o Governo ou para stakeholders.	Attard, Orlandi, Scerri & Auer (2015); Bates (2014); Thorsby, Stowers, Wolslegel & Tumbuan, (2017); Magalhaes & Roseira (2017); Gonzalez & Heeks (2015).
Estudo da utilização de dados abertos como transparência, participação e práticas de prestação de contas no Governo.	Chatfield & Reddick (2017); Fan & Zhao (2017); Harrison & Sayogo (2014); McDermott (2010); Wijnhoven, Ehrenhard & Kuhn (2015); Lourenço (2015).
Análise das estratégias e implementações dos dados abertos no Governo.	Huijboom & Broek (2011); Baltador & Budac(2014); Zuiderwijk & Janssen (2014); Susha, Grönlund & Janssen (2015); Ruijter, Grimmelikhuijsen & Meijer (2017); Lee & Kwak (2012); Safarov (2018); Attard et al.(2015); Veljković, Bogdanović e Stoimenov (2014).
Padronização e Estrutura dos Dados.	Zotano & Bersini (2017); Contreras et al. (2017).

Fonte: elaborado pela autora.

2.1 Abertura de Dados Governamentais

A análise quanto às iniciativas e evidências que norteiam as pesquisas

científicas em abertura de dados governamentais, demonstram qual tem sido a preocupação e o entendimento dos pesquisadores deste campo, em relação ao processo de implementação da política de dados abertos. Neste subitem tem-se como propósito resgatar da teoria algumas informações sobre esta fase do ciclo de políticas públicas e sua relação com os desenvolvimentos teóricos relativos à implementação da política de abertura de dados governamental.

2.1.1 Governo aberto: transparência, participação e colaboração

Atualmente, os dados abertos são reconhecidos como transparência, co-produção e ação participativa da sociedade nas ações governamentais (Chatfield & Reddick, 2017). As iniciativas de dados governamentais abertos têm aumentado no mundo todo, mas, apesar disso, pouco foi investigado empiricamente sobre o portal de dados abertos como oferta das capacidades de serviço em nível do governo local.

Além disso, os dados governamentais abertos têm importantes valores sociais, políticos e econômicos e estão altamente disseminados em muitos países do mundo. Tais dados representam as práticas de partilha de informações dos governos e do público (Fan & Zhao, 2017). Os autores construíram um índice de avaliação para medir a qualidade das características, que refletiu o grau de partilha de informação entre os governos e o público.

Estudos afirmam que a democracia, as divulgações de documentos orçamentais e o capital humano estão constantemente ligados com a transparência, a responsabilização e o envolvimento do público (Harrison & Sayogo, 2014). Sendo assim, o compromisso com a parceria do governo aberto, do inglês OGP, está relacionada a determinadas medidas de transparência e responsabilização.

Indo mais além, um estudo relatou o primeiro dia de trabalho do presidente Barack Obama (McDermott, 2010, p. 401), em que o mesmo transmitiu um memorando sobre Transparência e Governo Aberto, invocando sua administração a expandir recomendações que “estabelecesse um sistema de transparência, participação pública e colaboração”. Essas recomendações seriam utilizadas para criar uma “Diretriz de Governo Aberto”, instruindo as agências a se tornarem mais transparentes, colaborativas e participativas.

Neste estudo, também relatou (McDermott, 2010) que o presidente dos

EUA emitiu um memorando sobre a Lei de Liberdade de Informação (FOIA). Esta pesquisa afirma que essas declarações não surgiram do presidente Obama e seus assessores, ou até mesmo de organizações ou indivíduos que os aconselharam ou submeteram recomendações durante a transição, mas com base na lei e nas regulamentações existentes, o qual trata o embasamento deste estudo.

É nesse sentido que estudos apontam que a capacidade institucional é um fator importante para a qualidade OGP características do governo, no entanto, a capacidade tecnológica e organizacional demonstrou pequeno significado quanto à qualidade e características (Fanet et al., 2017). A pressão do público e dos departamentos governamentais de alto nível pode moderar a relação entre capacidade institucional e qualidade das características. Os autores afirmam que esses resultados podem orientar os governos na priorização e melhoria da qualidade OGP características e na implementação.

Outras abordagens procuram compreender qual a melhoria e o engajamento dos cidadãos nas atividades do setor público (Wijnhoven, Ehrenhard & Kuhn, 2015), com o intuito de entender qual a real motivação dos cidadãos para se engajar nas diferentes dimensões do governo aberto. Neste estudo, a literatura forneceu duas dimensões para os objetivos governamentais abertos: objetivos de inovação (alto ou baixo) e nível gerencial (político versus administrativo). Os resultados revelaram que cidadania colaborativa e inovação concreta de características sócio econômicas dos cidadãos não influenciam na disposição de participar do governo aberto.

Outras pesquisas procuram entender se a atual estrutura e organização de alguns dos portais de governo aberto mais proeminentes ('data.gov', por exemplo) é viável e adequado para apoiar a transparência na prestação de contas (Lourenço, 2015). Os resultados desta pesquisa sugeriram que esse tipo de portal de dados abertos não possui elementos estruturais e organizacionais importantes necessários para apoiar plenamente os cidadãos comuns envolvidos nos esforços de responsabilização pública. Exemplos de boas práticas foram encontrados em alguns portais e devem ser considerados pelos responsáveis pelos programas de governo aberto.

2.1.2 Governo Aberto: Evidências e estratégias da implementação

As estratégias voltadas para abertura de dados governamental são relativamente novas, pois a evidência dos impactos esperados é ainda limitada. As estratégias implementadas têm sido objeto potencial de estudos (Huijboom&Broek, 2011) para o aumento da participação, transparência e a eficiência do governo, através da publicação de dados governamentais em um formato reutilizável, para o fortalecimento e engajamento dos cidadãos para a geração de negócios inovadores.

Questões importantes tem sido objeto de grandes discussões para a abertura desses dados pelo governo (Huijboom&Broek, 2011). Entre elas, estão: o porquê de alguns governos conseguirem abrir seus bancos de dados e outros com tantas dificuldades? Quais as contribuições que a política de abertura de dados tem tido para aumentar a confiança e a participação dos cidadãos no governo e proporcionar um estímulo econômico? O que é considerado como uma boa estratégia de dados abertos apropriada para um governo?

Para Huijboom e Broek (2011), os principais desafios para uma política eficaz de dados abertos é encontrar evidências concretas sobre os reais efeitos econômicos, sociais e democráticos e mais conhecimentos para fortalecer um debate bem informado, remover a relutância dos governos em investir em estratégias abertas de dados e ajudá-los a desenvolver uma política eficaz e efetiva.

Embora o tema do governo aberto não ser completamente novo, os cidadãos parecem não ter reconhecido a responsabilidade que compartilham com as autoridades em realmente implementá-lo (Baltador & Budac, 2014). Assim, algumas melhorias foram feitas, mas há ainda um longo caminho em relação à participação ativa dos cidadãos. Para os referidos autores, os principais aspectos a serem analisados são: transparência fiscal, acesso à informação, divulgações relacionadas à eleitos ou altos funcionários públicos e engajamento dos cidadãos.

Outras abordagens afirmam que os governos visam estimular e orientar a publicação de dados do governo e obter vantagens do seu uso (Zuiderwijk & Janssen, 2014). Atualmente, há uma multiplicidade de políticas de dados abertos em vários níveis de governo, enquanto pouca pesquisa sistemática e estruturada foi feita sobre as questões que são cobertas por políticas de dados abertos, sua

intenção e impacto real. Além disso, outro problema é que não existe uma estrutura adequada para comparar as políticas de dados abertos, pois os dados abertos são um fenômeno recente e, portanto, estão em um estágio inicial de desenvolvimento.

Outro aspecto importante são as pesquisas elaboradas para compreender quais as medidas organizacionais que facilitam o uso de dados abertos (Susha, Grönlund & Janssen, 2015), pois os autores afirmam que as organizações públicas têm tido dificuldades de criar suporte para usuários de dados abertos com vários requisitos e habilidades. A maioria das organizações públicas não tem interação, ou quando se tem é limitada com usuários de dados, que, por muitas vezes, são bastante sensíveis em relação àqueles que precisam de comunicação. Na visão dos referidos autores, é preciso adotar uma abordagem orientada a problemas, para selecionar quais dados serão publicados e produzir mais esforços para estimular a participação dos interessados.

De fato, em estudos atuais constata-se que as plataformas de dados abertos não consideram a complexidade dos processos democráticos, o que resulta em uma simplificação excessiva da criação de projetos de plataformas de dados abertos (Ruijter, Grimmelikhuijsen & Meijer, 2017). Esta pesquisa afirma que essas plataformas abertas de dados melhoram os processos democráticos, mas todo esse tipo de processo democrático requer uma abordagem diferente e aberta entre as tarefas.

Um estudo foi elaborado com base em um modelo de maturidade de governo aberto (Lee & Kwak, 2012). Neste estudo é apontado que a mídia abriu novas possibilidades sem precedentes de engajar o público no trabalho do governo. No entanto, foi descoberto que muitas dessas iniciativas não produziram os resultados pretendidos, devido a vários desafios organizacionais, tecnológicos e financeiros.

Indo mais além, tal modelo foi proposto para avaliar e orientar iniciativas governamentais abertas que se concentram em envolvimento público transparente, interativo, participativo e colaborativo, amplamente capacitado por tecnologias emergentes, como as mídias sociais. O modelo consiste em cinco níveis de maturidade: condições iniciais (Nível 1), transparência de dados (Nível 2), participação aberta (Nível 3), colaboração aberta (Nível 4) e engajamento

onipresente (Nível 5) (Lee et al., 2012). Os autores afirmam que há uma sequência lógica para aumentar o engajamento do público baseado na mídia social, e as agências devem se concentrar em alcançar um nível de maturidade mais avançado.

Pesquisas apontam que as dimensões institucionais moldam a implementação de dados governamentais abertos (Safarov, 2018). Os resultados revelam que a implementação não é suficiente para garantir a sustentabilidade e o sucesso da adoção da abertura dos dados governamentais em um país. O autor afirma que são cinco dimensões diferentes que devem ser distinguidas: política e estratégia, fundamentos legislativos, arranjos organizacionais, habilidades relevantes, apoio público e conscientização.

Autores e pesquisadores da área de abertura de dados governamentais têm focado uma discussão sobre a publicação e consumo de processos que são necessários para as iniciativas de dados governamentais abertas, porque, segundo eles, a discussão tem se concentrado em desafios e questões que impedem iniciativas governamentais abertas de atingir seu pleno potencial. (Attard et al., 2015).

Outro ponto relevante, é que estudos em abertura de dados governamentais concentraram-se na plataforma OGD, porém houve um estudo que se centrou em departamentos governamentais individuais e em conjuntos de dados (Fan & Zhao, 2017), e, com isto, foi construído um índice para avaliar a qualidade da OGD, que refletia o grau de compartilhamento de informações entre fronteiras, governos e o público. Este estudo teve como base a abertura de dados governamentais, seguindo a teoria e a prática de compartilhamento de informações entre fronteiras.

Um estudo elaborado por Veljković, Bogdanović e Stoimenov (2014) apresenta uma proposta de *benchmark* para o Governo Aberto e sua aplicação a partir de dados abertos, usando dados disponíveis no portal de dados abertos do governo dos EUA (data.gov). Os autores afirmam que o *benchmark* foi criado sobre o modelo conceitual adotado pelo Governo Aberto, que descreve, por meio da abertura de dados, transparência, participação e colaboração. No entendimento dos autores, esse modelo resultou em duas medidas, uma conhecida como índice de abertura do governo eletrônico (eGovOI) e a outra em Maturidade, o

benchmark indica a melhoria do governo ao longo do tempo, a eficiência do reconhecimento e implementação de novos conceitos e o interesse do governo em reconhecer e abraçar ideias inovadoras.

Devido à complexidade, estudos tentam delinear os desafios em lidar com qualidade de dados de conjuntos de dados abertos, e na definição de uma agenda para enfrentar este risco. Sadiq e Indulska (2017) afirmam que o objetivo de desbloquear o potencial de inovação das empresas, governos e empreendedores é algo desafiador para o uso efetivo. De acordo com os autores, são vários sucessos de inovação com base no paradigma de dados abertos, tendo incerteza sobre a qualidade dos dados. Essa incerteza da qualidade dos dados é uma ameaça para o valor que pode ser gerado a partir desses dados.

Diante de tantas pesquisas sobre a abertura destes dados, foram encontrados vários problemas, tais como: a falta de capacidade e agenda política, a qualidade e interoperabilidade insuficientes, problemas relacionados à governança e motivação, e ideológica heterogêneas (Jetzek, 2016). Para Conradie e Choenni (2014), pesquisas procuram compreender os processos de liberação de informação e como eles podem influenciar nessa liberação de informações do setor público. Os estudos afirmam que se deve adotar uma abordagem diferenciada em relação à liberação de dados, evitando o lançamento de dados por si mesmos e dar pequenos passos incrementais para explorar a liberação de dados.

2.1.3 Governo Aberto: Utilização de dados para o Governo ou stakeholder

A abundância de dados armazenados pelas administrações públicas se torna uma fonte incrivelmente e repleta de informações devido ao seu volume (Attard et al., 2015). No entanto, somente com a movimentação do governo aberto, as instituições têm se preocupado com a necessidade de abrir seus dados para os cidadãos e empresas. Assim, com a chegada dos portais de dados abertos, esses inúmeros dados viabilizam o desenvolvimento de modernos padrões de negócios.

Esses dados liberados e disponíveis (Attard et al., 2015) trazem novos desafios para lidar com a discrepância de aspectos envolvidos. O potencial poderia ser prejudicado pela falta de dados significantes nos diferentes domínios e pela ausência de uma abordagem comum à publicação de dados, em termos de

conteúdo, formato etc.

Indo mais além, estudos apontam que, desde o início, a política de dados do Governo Aberto foi utilizada pelo governo de coalizão centro-direita do Reino Unido, para prosseguir com uma série de políticas contraditórias, que pretendem dar continuidade na forma neoliberal de estado através de sua crise atual (Bates, 2014). Com isso, foi feita a análise da relação entre a política do Governo Aberto e os propósitos minuciosos da mercantilização dos serviços públicos e da privatização dos ativos públicos, a alavancagem dos mercados financeiros e da indústria farmacêutica e a incorporação da abertura de dados governamentais (OGD) a uma agenda mais extensa voltada para a recomposição da confiança nas altas políticas (Bates, 2014).

Seguindo essa discussão, Thorsbyet et al. (2017) elaboraram um estudo sobre as características e conteúdo de portais de dados abertos em cidades americanas. Os resultados indicaram que os portais estão em um estágio muito recente de desenvolvimento e precisam de grande esforço para aperfeiçoar os recursos de ajuda e análise, bem como a inserção de recursos para auxiliar os cidadãos a compreender os dados.

A liberação de dados governamentais em formato aberto é grandemente esperada para criar inovação e economia de valor (Magalhaes & Roseira, 2017). No entanto, apesar da notoriedade desta questão, a literatura ainda é insuficiente em relação à aplicação comercial de dados governamentais abertos. Essa pesquisa teve como objetivo entender como as empresas utilizam os dados do governo para criar valor. Mais especificamente, visando identificar os tipos de uso que estão atualmente em um local e quais as indústrias que são mais proeminentes na exploração de dados governamentais abertos. Com base na análise de 178 empresas que utilizam dados governamentais abertos em várias indústrias nos EUA, foram encontrados doze diferentes modelos. Além disso, os resultados sugerem que a maneira em que o governo aberto é utilizado para criar valor dependerá das atividades das empresas.

Outro fator pesquisado foi o papel da União Europeia sobre a reutilização das informações do setor público atual, que mostra a tendência para a abertura de dados governamentais. Argumenta-se que o sucesso dos dados do governo aberto em alguns Estados-Membros pode estar relacionado com a desordem ou

ignorância sobre a relação entre a legislação tradicional de liberdade de informação e a reutilização dos dados do setor público. O texto orienta que, caso as políticas de informação decidam seguir essa tendência, devem sempre preservar e assegurar os direitos existentes sobre a liberdade de informação para que não sejam prejudicados (Magalhaes & Roseira, 2017).

Como um campo de prática e pesquisa, Gonzalez e Heeks (2015) investigou como o governo aberto OGD tem crescido rapidamente e atraído interessados de diversas origens. O estudo pretendeu mostrar como as diferentes partes interessadas e suas diferentes perspectivas de dados abertos governamentais podem ser vistas em uma determinada situação.

Tomando como base o caso chileno, como um exemplo do dado aberto governamental, a análise das partes interessadas foi utilizada para identificar os grupos e partes interessadas em termos de seu poder relativo e interesse como primário, sendo, neste caso, políticos, funcionários públicos, profissionais do setor público, organizações internacionais ou secundárias, como ativistas da sociedade civil, financiamento de doadores, provedores de TIC, acadêmicos (Gonzalez et al., 2015).

Outro estudo analisou em quatro diferentes perspectivas sobre dados governamentais abertos, sendo eles burocráticos, políticos, tecnológicos e econômicos, identificados a partir de uma revisão de literatura (Gonzalez et al., 2015). A pesquisa identificou que as perspectivas burocráticas e políticas são mais dominantes que as outras duas, e também alguma presença por uma perspectiva político-econômica, não identificada sob a revisão da literatura original. No geral, a análise das partes interessadas e a análise de perspectivas são apresentadas a partir deste caso, para serem técnicas viáveis para OGD, que agrega valor expondo a identidade, o poder, as motivações e a visão de mundo dos principais atores.

2.1.4 Padronização e Estrutura de Dados

Zotano e Bersini (2017) analisaram os três aspectos principais dos dados abertos: disponibilidade de dados, os critérios que os dados devem cumprir para serem considerados elegíveis e o modelo utilizado para estruturar e organizar os dados. A abordagem foi aplicada ao caso da região de Bruxelas Capital e a principal conclusão que foi obtida é que o compromisso com os dados abertos e

as cidades inteligentes, Bruxelas não é madura suficiente para explorar plenamente a inteligência real que as cidades inteligentes poderiam fornecer. Esta maturidade seria alcançada nos próximos anos com a implementação da nova estratégia de Bruxelas.

Contreras et al. (2017) Investigam a maneira pela qual as iniciativas de governo aberto surgem e a sua relação com os dados abertos. Tem como propósito mostrar como a contratação aberta vem se desenvolvendo na Colômbia.

2.2 Ciclo das Políticas Públicas e Barreiras inibidoras de gestão

Para a política pública, a análise é realizada por abordagem, em um ciclo de estágios. A divisão do ciclo de políticas públicas geralmente é feita primeiramente com a percepção e definição dos problemas – formação da agenda; a de elaboração de programas e decisão – formulação; a de implementação e a de avaliação e eventual correção da ação (Frey, 2000).

2.2.1 Agenda

Conforme os autores Wu et al. (2010), a agenda refere-se ao conjunto de temas que atores políticos e outros membros da comunidade de política pública entendem ser de maior relevância em determinado período. Através da definição da agenda, o governo delimita sua área de atuação em certo momento ao saber quais problemas são mais ou menos prioritários.

Para Cobb e Elder (1972 como citado em Capella, 2018, p. 28), existem dois tipos de agenda: sistêmica e governamental. A agenda sistêmica é compreendida como os diversos temas que têm relevância para uma parte considerável da sociedade e demandam uma ação concreta dos agentes governamentais. Para os autores, nem todos os problemas da agenda sistêmica serão prioritários para os governantes e estarão presentes na agenda governamental. Nesta agenda, estão contemplados apenas os assuntos sobre os quais os formuladores de política concentram suas energias durante determinado período.

Pode-se afirmar que “a agenda envolve tanto uma dimensão mais difusa das crenças e entendimentos sobre problemas, quanto aspectos concretos, materializados em documentos como projetos de lei e outros instrumentos. Além disso, a agenda, como coleção de entendimentos, existe em todos os níveis de

governo: cada órgão, seja ele federal estadual ou municipal, tem seu conjunto de questões e hierarquiza suas prioridades de ação (Capella, 2018).”

A definição da agenda se dá tanto por atores estatais quanto por atores sociais. Os agentes estatais são representados pelos membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Eles possuem o poder legal de definir os temas relevantes para futura intervenção do governo, tendo, dessa forma, grande influência na definição da agenda. Os atores sociais compreendem os ativistas, os eleitores, as organizações religiosas, as empresas, os sindicatos, a mídia, entre outros, que, por vezes, possuem a capacidade de trazerem temas para a agenda do governo (Wu et al., 2010).

Como relatado por Wu et al. (2010), “por mais surpreendente que possa parecer, “o povo” geralmente desempenha um papel bem pequeno e apenas indireto no processo de políticas públicas. Isso não quer dizer que seu papel é irrelevante, pois ele fornece o pano de fundo de normas, atitudes e valores de base para se desenrolar o processo de políticas.

Para compreender porque determinadas questões são tidas como mais relevantes e passam a integrar a agenda, John Kingdon (Kingdon, 2003, como citado em Capella, 2018, p. 39) desenvolve o Modelo de Múltiplo Fluxos. Kingdon compreende “o governo como uma organização permeada por três fluxos decisórios relativamente independentes – problemas (*problemsstream*); soluções ou alternativas (*polycystream*); e política (*politicalstream*).

As mudanças na agenda resultam do processo de convergência desses três fluxos, em momentos críticos em que janelas de oportunidade (*policywindows*) favorecem a mudança, operada pelos empreendedores de políticas (*policyentrepreneurs*). “O modelo teórico proposto por Kingdon procura explicar como esses elementos estruturais se combinam, afetando o processo de formulação compreendido em dois momentos: formação da agenda e definição de alternativas (Capella, 2007).”

A agenda está passível de modificação ao longo do tempo. Para explicar essas alterações, Frank Baumgartner e Bryan Jones (1993) propuseram o Modelo de Equilíbrio Pontuado (*PunctuatedEquilibriumTheory*), “que é uma ferramenta teórica capaz de analisar tanto períodos de estabilidade, quanto de momentos de rápida mudança no processo de formulação de políticas públicas (Capella, 2007).”

Deve-se ressaltar ainda que muitas questões importantes são deixadas de fora da agenda governamental, fenômeno conhecido como bloqueio da agenda. Para Cobb e Ross (1997 como citado em Capella, 2018, p. 61), “o conflito envolvendo a agenda se desenvolve em dois diferentes níveis. Em primeiro lugar, o conflito se processa em torno da consideração ou não, pelo governo, das questões colocadas para os tomadores de decisão.

A diferenciação proposta por Kingdon (2003, p. 04) entre agenda governamental (conjunto de questões que concentram atenção) e agenda decisória (conjunto de questões prontas para uma decisão) esclarece parte desse tipo de conflito, pois nem todas as questões que chegam à agenda governamental se encaminham para a agenda decisória.

O segundo conflito emerge na competição pela interpretação das questões e visões de mundo subjacentes a essas interpretações, ou seja, o conflito se estrutura em torno de quais problemas serão objeto da ação governamental.

Trata-se de um processo essencialmente simbólico, no qual interesses materiais dos atores em conflito estão relacionados às definições das questões: “em todos os conflitos de agenda, nós sugerimos, interesses materiais são invariavelmente associados à definição simbólica, enquanto cada lado busca ampliar o apoio” (Cobb; Ross, 1997, p. 14)”.

2.2.2 Formulação

Segundo Wu et al. (2010, p. 52), a formulação de políticas públicas é entendida como o processo de escolha de diversas políticas que visam à solução de situações problemáticas socialmente.

Os principais atores envolvidos na formulação de políticas públicas são os políticos do alto escalão, como os ministros, nos sistemas presidencialistas, legisladores e os órgãos governamentais do setor de políticas públicas que são, conforme Wu et al. (2010), tidos como atores de grande importância na formulação de políticas. Há, também, atores não governamentais envolvidos na formulação das políticas, “esses grupos variam de associações profissionais a grupos da sociedade civil, muitas vezes intimamente identificados com questões de políticas específicas (Wu et al., 2010, p.54).”

Muitas são as estratégias existentes para que os gestores públicos melhorem a formulação de políticas públicas. Ressalta Wu et al. (2010) que “uma

atividade muito importante que eles podem realizar consiste em reunir com antecedência as informações necessárias sobre vários aspectos dos problemas existentes e emergentes, e desenvolver propostas de solução para uso dos principais formuladores de políticas.”

Alguns modelos foram desenvolvidos para explicar o motivo pelo qual determinadas políticas públicas são escolhidas em detrimento de outras. Entre esse modelo destaca-se o “tipo de política pública” de Lowi (1964; 1972, como citado em Souza, 2006, p. 28) “pela máxima a política pública faz a política”. Theodor Lowi diz que a política pública pode assumir quatro formatos: políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e, por fim, políticas constitutivas. Cada uma dessas políticas tende a criar dois grupos diferentes: um de apoio e um de rejeição.

Outro modelo de destaque é conhecido como “incrementalismo” de Lindblom, Caidene e Wildavsky (1979; 1980; 1992, como citado em Souza, 2006, p. 29). Para os autores, “os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos (Souza, 2006, p. 29)”. Escolhas do passado definem escolhas futuras dos governantes políticos, sendo, assim, as decisões políticas apenas incrementais.

Por fim, chama-se também a atenção para o modelo “lata de lixo” ou “garbagecan” elaborado por Cohen, March e Olsen (1972). Para os autores, “escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo” (Souza, 2006)”. Assim, depreende-se que o “garbagecan”, diferentemente dos demais modelos, prioriza as soluções e posteriormente os problemas. Esses quando compatíveis com as soluções podem criar uma oportunidade de escolha que gera uma decisão.

2.2.3 Implementação

A implementação das políticas públicas ocorre no momento em que o planejamento delas tornam-se ações conforme entendimento de Wu et al. (2010).

Segundo Souza et al. (2018, p. 26), a Coordenação de Política Pública leva em consideração o contexto na fase de implementação, “onde” as principais definições de política pública podem ser sintetizadas como o governo em ação, a

da implementação é a da política pública em ação. Posiciona no contexto particular que a definição mais influente sobre o que seja implementação é a de Sabatier e Mazmanian (1983, p. 20-21), que a definem como o cumprimento de decisões sobre uma política pública aprovada através de legislação ou de decisão das cortes. "Uma vez que", no seu sentido ideal, a decisão sobre uma política identifica o problema a ser enfrentado, especifica os objetivos a serem perseguidos e "estrutura" o processo de implementação.

Uma vez que a fase de implementação foi, muitas vezes, considerada como o elo perdido do processo de política pública (Hargrove, 1975), pela sua entrada tardia na agenda de pesquisa sobre políticas públicas, a implementação teve três gerações de estudos, como mapeadas por Goggin (1990). Ressalta Souza et al. (2018, p. 26) que a primeira, iniciada nos Estados Unidos, foi uma reação à falta de efetividade de programas e às frustrações das expectativas sobre as possibilidades da política de transformar situações vistas como problemas. Em outras palavras, a expectativa dos formuladores de política era a de que as regras eram claras e que os que a executaram essas regras de acordo com os objetivos dos formuladores das políticas.

Estudos de caso muito difundidos, como os de Derthick (1972), Pressman e Wildavsky (1984) e Bardach (1977), mostraram que esse não era o caso. Os estudos da primeira geração de pesquisa sistemática desvendaram os problemas da implementação para a comunidade de pesquisa e para o público em geral. Nessa geração de estudos, o problema da coordenação na fase da implementação já era reconhecido. Problemas de coordenação intra e interorganizacional e a interação das agências implementadoras com os grupos-alvo das políticas foram considerados e as variáveis mais proeminentes em relação às falhas de implementação (Pressman & Wildavsky, 1984; Hogwood & Gunn, 1984).

Em um novo contexto, a segunda geração das pesquisas partiu para a construção de molduras teóricas e de hipóteses, e para o debate do que depois ficou conhecido como as abordagens das pesquisas em implementação através dos modelos *top-down* (de cima, ou do centro, para baixo) e *bottom-up* (de baixo, ou do local, para cima). A primeira abordagem é representada pelos trabalhos de, por exemplo, Nakamura e Smallwood (1980) e Sabatier e Mazmanian (1983). Eles

conceberam a implementação como uma execução hierarquizada de políticas decididas no “centro”. A ênfase estava na capacidade dos decisores de produzir objetivos de políticas claros e de controlar a implementação da política.

Já na abordagem bottom-up, são representativas as pesquisas de Lipsky (1971), Ingram (1977), Elmore (1980); e Hjern e Hull (1982). Eles argumentaram que a implementação consiste na solução de problemas do dia a dia, por meio de decisões tomadas pelos “burocratas do nível de rua” (*street-levelbureaucrats*), na expressão cunhada por Lipsky (1971). Esses burocratas locais são os principais atores da implementação e são eles que fazem as negociações entre as redes de implementadores e entre essas e o público-alvo. Pode-se inferir das conclusões das pesquisas *bottom-up* que a coordenação de políticas seria tarefa das burocracias locais. Como é comum e esperado no mundo da ciência, novas pesquisas contestaram, mesmo que parcialmente, os resultados das anteriores, como consequência do caráter cumulativo da pesquisa científica, e geraram novas abordagens.

No caso da implementação, a ênfase da terceira geração foi a de construir pontes entre os modelos das gerações anteriores, agregando-os em novos modelos teóricos, mas acrescentando também novos elementos. Pülzl e Treib (2007) chamaram essa terceira geração de teorias híbridas, e nelas identificaram duas inovações. A primeira foi a de buscar superar o que os autores entendiam como fraquezas conceituais do debate polarizado entre as abordagens *bottom-up* e *top-down*, tentando conciliar o dois pólos dos modelos: decisão centralizada e autonomia local. A segunda foi a de chamar a atenção para questões para as quais as duas abordagens deram pouca importância. Sabatier (1984), em novo estágio da sua pesquisa e com a construção do seu modelo de *advocacycoalition* (coalizão de defesa), é representativo desse estágio.

Entretanto, Sabatier (1984) argumentou que não se pode analisar a implementação como uma etapa isolada do processo da política pública. Fatores externos à política tais como desenvolvimento econômico e a influência de outras políticas, devem ser levados em conta. Por conseguinte, outros autores, inspirados pela tipologia de Lowi (1972), argumentaram que o tipo da política faz diferença na implementação. Contudo, acredita-se que, nesse estágio, alguns autores também chamaram a atenção para a existência de múltiplos atores e

agências no momento de implementação das políticas, argumentando que as análises deveriam começar pela identificação das redes de atores e agências e a forma como tentam resolver os problemas que surgem (Hjern & Hull, 1982), ou seja, como a coordenação das políticas é exercida no momento da implementação, dado a multiplicidade de agências e atores envolvidos (Souza, 2018, p. 27).

2.2.4 Dimensões políticas e estratégicas

A implementação de uma política pública com foco na abertura de dados governamentais requer uma análise cuidadosa em vários sentidos, pois envolve uma complexa tomada de decisão em todos os seus processos (Zuiderwijk & Janssen, 2015b). Outros estudos, tais como os de Vetròet al. (2016) apontam que a falta de controle na qualidade pode diminuir as oportunidades da OGD e isso impacta negativamente na participação dos cidadãos. Sendo assim, os dados abertos, em especial, envolvem vários aspectos como: licenciamento, domínio dos dados, transparência, qualidade dos dados que, por muitas vezes, afetam nas decisões sobre publicar ou não um dado (Zuiderwijk et al., 2015b).

Conforme proposto no objetivo desta pesquisa, o foco é analisar as dimensões na implementação da política de abertura de dados governamentais, onde vários estudos revelaram as dimensões na implementação de dados abertos, pois somente a implementação não é suficiente para garantir a sustentabilidade e o sucesso da adoção da abertura dos dados governamentais em um país, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Síntese das dimensões dos Dados Abertos.

Dimensões	Descrições
Política e estratégia	Disponibilidade de um programa de dados abertos forte, regulação de dados abertos
Fundamentos legislativos	Disponibilidade de uma forte liberdade de informação e de legislação em matéria de proteção de dados, apoio institucional à abertura de informação e à proteção de dados
Arranjos Organizacionais	Forte liderança, envolvimento dos <i>stakeholders</i> no processo de abertura de dados, rápida resposta aos requisitos da sociedade, cultura organizacional aberta adequada
Habilidades relevantes e apoio educacional	Habilidades relevantes de funcionários governamentais, habilidades relevantes de usuários potenciais, disponibilidade de programas educacionais e treinamentos
Apoio público e Consciência	Organizações não governamentais ativas, eventos de dados abertos, competições e Prêmios organizados pelo sector público, o nível de partilha de informações sobre dados abertos
Fatores no processo de desempenho organizacional	Barreiras ambientais, organizacionais e individuais

Fonte: Safarov (2018, p. 6) adaptado pela autora (2019).

Faz-se necessária uma análise cuidadosa dessas dimensões, pois, conforme proposto no modelo de Ammons (2004), para analisar as barreiras e os desafios que inibem o desempenho de uma política, é preciso agrupá-las em três

conjuntos, tais como: barreiras ambientais, organizacionais e individuais. Segundo o autor, as barreiras ambientais são os fatores políticos que exercem grande influência na tomada de decisão, a falta de apelo político, anti-produtividade de alguns subsídios, outros programas intergovernamentais, preferência dominante do *status quo* ou até mesmo ações que não são favoráveis à inovação.

Assim, as barreiras organizacionais referem-se aos processos burocráticos, à resistência da supervisão, à falta de prestação de contas, o indevido compromisso da gestão para a manutenção no decorrer do processo, objetivos ambíguos, mitos de desempenho, o foco na execução e investimentos ao invés de resultados (Ammons, 2004). As barreiras individuais referem-se às características individuais inibidores, como a falta de interesse e iniciativa, o controle inadequado do tempo e a falta de cooperação (Ammons, 2004).

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Nesta seção, se apresenta uma breve caracterização da pesquisa em termos de sua finalidade, alcance temporal, natureza da evidência e fonte das evidências. Considerando o objetivo do presente estudo, a pesquisa será de cunho qualitativo, uma vez que pretende aprofundar a análise sobre a implementação da política de dados abertos no Poder Executivo Federal.

Hairet et al. (2005) afirmam que o papel desse tipo de pesquisa é identificar ou refinar problemas de pesquisa que podem ajudar a formular e testar estruturas conceituais, geralmente utiliza amostras menores ou estudos de caso. Para Richardson (2012), esse tipo de pesquisa é caracterizado como a tentativa de uma compreensão e percepção precisa dos significados e características das situações apresentada pelos pesquisados.

Esta abordagem considera o contato direto e alongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo pesquisada (Godoy, 2005), e geralmente utilizada para buscar as respostas do problema, justificando-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social de maneira a aprofundar a compreensão do objeto estudado (Richardson, 1989).

A pesquisa também é classificada como descritiva, pois busca a compreensão da Política de Dados Abertos, via Decreto nº 8.777/2016. Esse tipo

de pesquisa observa, analisa, registra e correlaciona alguns aspectos que envolvem fatos ou fenômenos, sem modificá-los. Os fenômenos são investigados sem a interferência do pesquisador que apenas “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características” (Cervo & Bervian, 1983, p. 55).

A pesquisa utilizou a combinação de fontes primárias e secundárias com o propósito de analisar e discutir as iniciativas e inquietudes para a Abertura de Dados Governamentais. A intenção é descrever qual tem sido o diferencial para o alcance dos objetivos da abertura de dados governamentais, com perspectiva de compreender a implementação proposta no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal e a gestão das instituições.

Os dados primários foram levantados por meio de questionários na busca de compreender e descrever o grau das dimensões das OGD por parte de cada órgão federal. Os dados secundários foram obtidos por meio da análise de artigos científicos, livros e base de dados dos portais de dados abertos no Brasil como o INDA e CGU com análise documental.

Neste sentido, a pesquisa documental, foi necessária para identificar como ocorreu a criação ou aprovação da Política de Dados abertos no Brasil, bem como as informações referentes como se deu a agenda, formulação e implementação, que poderão ser analisados com os Planos de ação da OGD no Brasil. A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (Lakatos & Marconi, 1991) e que podem ser elaboradas no momento em que o fato ocorre ou até mesmo depois.

Quanto ao alcance temporal, a pesquisa focalizou um período definido, delimitado pelo período de implementação da política de dados abertos, com vigência a partir do Decreto nº 8.777 de 2016. As seguintes premissas embasaram as seguintes situações:

- a) O período permite uma visão geral do desenvolvimento da implementação e o desempenho da Política de dados abertos e seus resultados;
- b) A política de dados abertos já possui uma avaliação de resultados e

desempenho disponibilizados na página da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e pela Controladoria Geral da União (CGU);

O período recente retrata a experiência da implementação da política de dados abertos no Poder Executivo Federal.

Na busca de esclarecer os passos seguidos da pesquisa, seguem as fases especificadas a seguir: fase 1) desenvolvimento metodológico da pesquisa; fase 2) Estudo de múltiplos casos; Fase 3) Aplicação csQCA; Fase 4) Resultados; Fase 5) conclusões, limitações e agenda de pesquisa. As fases especificadas estão conforme na Figura 2.

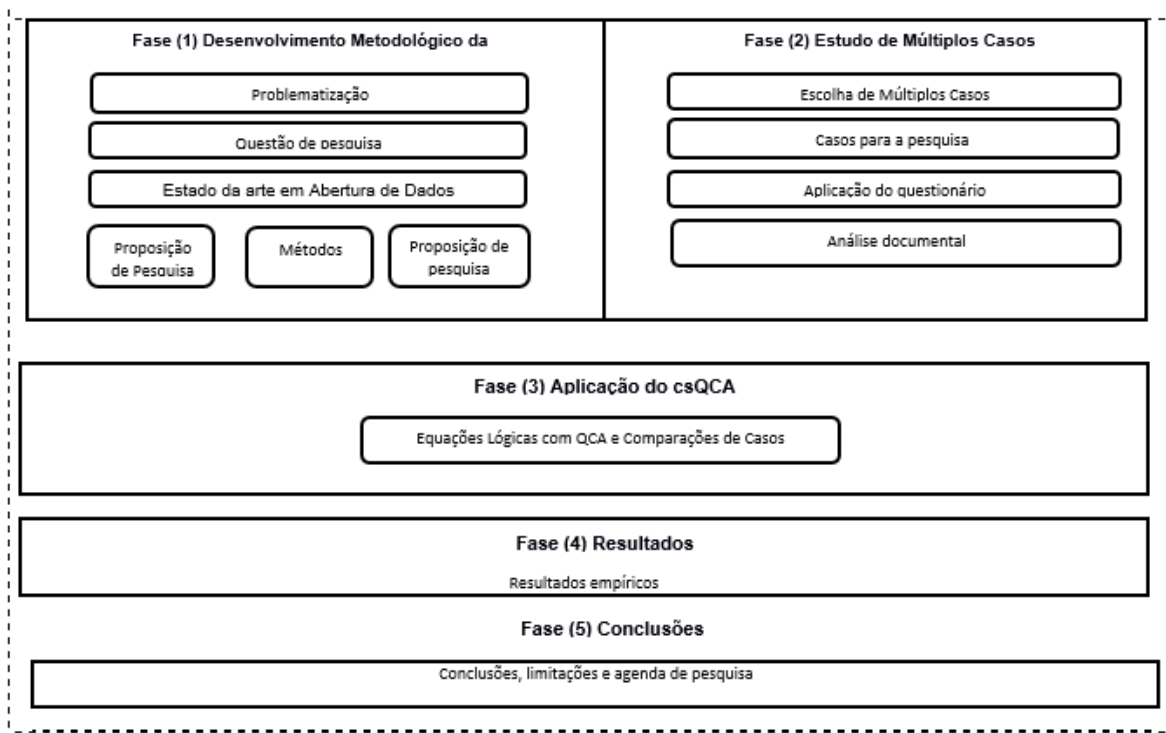


Figura 2 - Fases de pesquisa.
Fonte: elaborado pela autora

3.2 Seleção dos casos

Para observar o fenômeno de interesse, como mencionado considera-se casos de sucesso os resultados favoráveis de implementação e desempenho da política de dados abertos e que tiveram êxito quanto aos prazos e objetivos estipulados no plano e que serão descritos nos parágrafos seguintes.

A pesquisa tem como alvo o Poder Executivo Federal, especificamente, a Administração Indireta, com as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas,

Sociedade de Economia Mista e também outros arranjos, por apresentar disparidade nas metas estabelecidas e o não cumprimento dos prazos estipulados.

Neste sentido, faz-se necessário entender os parâmetros que foram estabelecidos para justificar os casos de sucesso e insucesso e como ocorreu a escolha dos casos. Para isso, o critério utilizado para a escolha das instituições que cumpriram o prazo estipulado no processo de construção e implementação dessa política, tendo como produto final a publicação do Plano de Dados Abertos (PDA), juntamente com a catalogação e publicação de seus dados no Portal Institucional.

Com isso, faz-se necessário a compreensão das condicionantes que levaram à justificativa do que é sucesso ou insucesso na dinâmica da implementação de uma Política Pública neste estudo. O que leva a entender que somente os conteúdos estarem alinhados com a agenda do governo não é suficiente para o sucesso, mas que a dinâmica da implementação tenha êxito em seus objetivos (Barbosa, 2010).

Esse método de distinção de casos de sucesso e insucesso foi inspirado em mecanismo de gradação elaborado e aplicado pela Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, para qualificar o cumprimento das metas físicas, na avaliação dos programas e da execução dos planos plurianuais (Barbosa, 2010). É relevante mencionar que como são ações que não necessitam de ações corretivas, são ações que podem ser consideradas como de sucesso.

E, nessa perspectiva, esta pesquisa considera que o sucesso ou insucesso será atribuído ao resultado da implementação efetivado e alcançado ao final do período de vigência do Plano de Dados abertos, o que quer dizer que, ao menos, 80% do plano devem ser finalizados para ser considerado de sucesso. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que esse sucesso será baseado no resultado de abertura de dados apresentado pelo Painel de Monitoramento dos dados abertos pelo portal da CGU, que traz um panorama da abertura desses dados no Poder Executivo Federal, em porcentagem de 0% a 100% em cada organização e também no portal de Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, que

especifica o período de vigência de cada plano¹.

E assim, os casos que terão relevância para a pesquisa serão as instituições de cada segmento organizacional, que se destacaram na implementação desta política pública, tendo como ponto crucial o sucesso na implementação, quanto aos prazos e seus objetivos realizados em 80%. Também serão utilizados como objeto de análise e para comparação na pesquisa como casos de insucesso, as instituições que já possuem PDA e que não apresentam um desempenho satisfatório, no caso, menor que 80% publicação de seus dados, conforme especificado no painel de monitoramento da CGU. Para iniciar tais critérios, como casos de sucesso, faz-se necessário a análise, primeiramente no Portal Brasileiro de dados abertos da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), onde será possível obter acesso à lista de Instituições que publicaram o Plano de Dados Abertos (PDA), e verificar se os dados estão catalogados nos portais. E como segundo critério de busca para os casos, o Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU. Este painel apresenta o panorama da abertura de dados no Poder Executivo Federal, que vai de 0% a 100%, relatando, em porcentagem, a descrição dos dados abertos em atraso e dados a serem abertos na instituição.

Tal painel permite conferir as bases dos dados que foram publicados, o cronograma de publicações, acompanhamento e o cumprimento da Política de dados abertos por diversos órgãos e entidades do Governo Federal (CGU, 2017). E, nessa conjuntura, será possível identificar os casos pesquisados, por meio do relatório das instituições que estão com as bases de dados de 80% a 100% abertas e as que apresentam de 0% a 79% de dados abertos. Vale ressaltar que para efeitos de comparação a pesquisa tem como base os casos extremos em abertura de dados e os casos extremos em não abertura de dados.

Conforme especificado anteriormente, foi realizada uma pesquisa no INDA e no Painel de Monitoramento da CGU, com o objetivo de listar os órgãos que compõem o Poder Executivo Federal. Após realizar essa busca, foi possível analisar o período de vigência do PDA e a porcentagem da abertura de dados, conforme especificado no quadro apresentado no Anexo 1.

Após a busca e análise de todos os órgãos do Poder Executivo Federal foi

¹ <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/publicacoes/2008-2011/manual-de-avaliacao>

preciso selecionar os casos que fizessem parte da pesquisa, seguindo os seguintes critérios: as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, juntamente com outros arranjos e órgão que já possuíssem o Plano de Dados Abertos (PDA).

A partir da utilização desses critérios de filtragem, restaram quarenta e três instituições, sendo os órgãos potenciais de casos para a pesquisa.

A Tabela 1 apresenta a lista de instituições potenciais para a pesquisa:

Tabela 1 - Instituições listadas para a pesquisa.

ADM	Órgãos	Vigência	%	Situação PDA
1	BACEN – Banco Central do Brasil	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
2	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
3	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
4	UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
5	EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
6	SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
7	SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
8	FUNRei - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
9	IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
10	ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
11	CVM – Comissão de Valores Mobiliários	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
12	CP II – Colégio Pedro II	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
13	UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
14	IFFAR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
15	IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
16	ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
17	IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2016	95%	Dados Abertos
18	IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	2017	95%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
19	ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica	2016	89%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
20	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2016	88%	PDA publicado e disponível no portal do órgão

21	IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	2017	88%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
22	IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	2017	87%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
23	IFSE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	2017	79%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
24	UFCSA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2017	75%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
25	CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2017	60%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
26	IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	2016	57%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
27	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2016	57%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
28	INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	2016	50%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
29	CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2017	50%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
30	ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	2016	49%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
31	UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas	2017	42%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
32	DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral	2016	40%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
33	JBRJ – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	2017	36%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
34	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá	----	33%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
35	UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	2018	29%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
36	PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar	2016	23%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
37	IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	2017	15%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
38	ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	2018	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
39	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
40	IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
41	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
42	UFG – Universidade Federal de Goiás	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
43	UFAM – Fundação Universidade do Amazonas	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão

Fonte: Painel do CGU², adaptado pela autora (2019).

² Ministério da Defesa (MD) O órgão possui Plano de Dados Abertos para o período 2016-2019, o qual foi aprovado pela Instrução Normativa nº 6/SEORI/MD, de 23 de dezembro de 2016, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 051-B, edição extra, de 27 de dezembro de 2016. Entretanto, a abrangência do plano não inclui os Comandos da Aeronáutica, Exército e Marinha, que realizarão planejamento em separado.

3.3 Instrumentos e técnicas para coleta de dados

O instrumento para a primeira coleta de dados foi o questionário com o objetivo de identificar a presença das dimensões para a abertura de dados em questão. O questionário foi utilizado para viabilizar a análise das dimensões da OGD, aplicado por meio eletrônico. Foi utilizado o *Google forms* para a elaboração e desenvolvimento do questionário nesta plataforma e após, a criação de um banco de dados em uma planilha do Microsoft Excel.

Para elaboração do questionário, escolheu-se a aplicação de uma escala do tipo *Likert*, para analisar o grau de concordância nas experiências de implementação dessa Política Pública nas organizações. De acordo com Hair Jr. et al. (2009), esta escala é formada por um conjunto de indicadores que são frutos de constructos a serem construídos, em que cada indicador corresponde às respostas individuais fornecidas por cada observação. O número de categorias é fruto de discussões quanto ao seu tamanho (Fávero et al., 2009). Há na literatura indicações que devem ser levadas em conta, como condições de escolaridade e nível intelectual dos respondentes (Babbie, 1999 e Hair et al., 2009), sendo recomendável a utilização de escalas entre cinco e sete categorias.

Para construção da escala *Likert*, segundo Cunha (2007), pode-se seguir as seguintes etapas: 1) gerar declarações ou afirmações relacionadas ao objeto de pesquisa, tendo como base experiências anteriores, pesquisas exploratórias ou discussões em grupo; 2) editar as declarações, eliminando duplicidades possíveis problemas de ambiguidade, antinomias e dicotomias; 3) atribuir graus de conotação desfavorável ou favorável com 5 ou 7 pontos, tendo o centro neutro.

Para este trabalho, opta-se pela escala de cinco pontos, conforme especificado na figura abaixo.

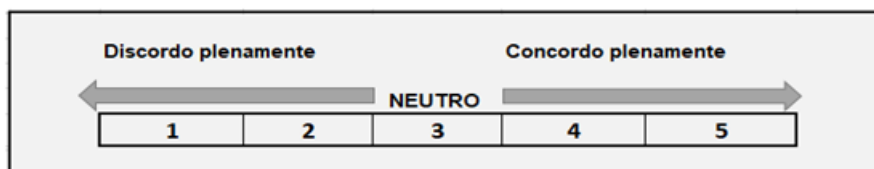


Figura 3 – Modelo de escala proposto.
Fonte: elaborado pela autora.

Para a revisão do instrumento desta pesquisa foi preciso seguir alguns critérios como: professores que já fizeram parte de alguma avaliação ou

orientação de trabalhos científicos sobre dados abertos/ estratégia ou implementação de alguma Política Pública.

Após uma breve pesquisa nas bases de teses da BCE da UnB, foi possível identificar professores com as características citadas acima, e com isso, encaminhadas um e-mail prévio com a identificação das datas de análises. Neste e-mail foi encaminhada uma carta de apresentação elaborada juntamente com o orientador, na busca de esclarecer aos especialistas sobre o que a pesquisa estava se propondo e quais eram seus objetivos, conforme Anexo 2.

Ressalto que não houve a identificação dos nomes dos professores na pesquisa, pois conforme mencionado na carta de apresentação contendo a proposta do estudo, a pesquisa tem fins estritamente acadêmicos. E espera-se, que desta maneira, elencar os fatores que contribuem para a política de dados aberto no Poder Executivo Federal.

3.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados o instrumento escolhido foi o questionário com o propósito de encaminhar aos coordenadores ou o responsável pelos dados abertos de cada órgão, servidores ou colaboradores que participam das ações de abertura de dados governamentais. Para isso, foi iniciado em uma tentativa em 20 de julho de 2019 com a criação de um banco de dados com todos os e-mails dos participantes que participavam ativamente da implementação em abertura de dados nos órgãos, porém, com esta tentativa não foi possível obter êxito, pois houve a dificuldade por parte dos órgãos na identificação dos responsáveis e dos departamentos que faziam parte da abertura de dados. Inclusive, como tentativa, direcionavam a ligação para a área de ouvidoria do órgão, porém, não se obteve êxito.

Com isso, foi iniciado uma segunda tentativa em 26 de agosto de 2019 como estratégia para obtenção desses e-mails, como a utilização da plataforma FALA.BR que é um sistema para as Ouvidorias que é oferecido gratuitamente a todos os membros da Rede Nacional de Ouvidorias. Para acessar o sistema o usuário precisa estar acessando a internet e qualquer município, órgãos e entidades, da administração direta e indireta, podem instituir canais de

recebimento, análise e resposta das manifestações de usuários de serviços públicos (Ouvidoria.Gov, 2019).

Neste sentido foi criado um login e senha na plataforma FALA.BR e após encaminhado uma mensagem as ouvidorias dos órgãos da administração indireta, solicitando o encaminhamento do link com o questionário aos coordenadores ou responsáveis pela abertura de dados no órgão. Com isso, foi possível o recebimento das respostas dos questionários sendo onze questionários no mês de agosto, sendo dezesseis no mês de setembro, sendo sete no mês de outubro, especificadamente no dia vinte e três de outubro. Sendo assim, o total de questionários recebidos para o estudo desta pesquisa, foram de trinta e quatro órgãos, tornando assim os casos estudados da pesquisa.

Por questões de sigilo não houve a identificação dos coordenadores e dos órgãos pesquisados, eles foram identificados apenas como casos, e o respectivo número atribuído pela pesquisadora de forma sequencial. A pesquisa alcançou um universo de trinta e quatro casos, sendo identificados 6 (seis) casos de sucesso e 28 (vinte e oito) de insucesso, conforme a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Relação dos casos de sucesso e insucesso em abertura de dados governamentais.

CASES	<ou = 79% Insucesso	> ou = 80% Sucesso
case 1	36% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 2	100% DE DADOS ABERTOS SUCESSO	
case 3		0%
case 4		0%
case 5		0%
case 6		0%
case 7	39% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 8	39% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 9		0%
case 10	14% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 11		0%
case 12	89% DE DADOS ABERTOS SUCESSO	
case 13	95% DE DADOS ABERTOS SUCESSO	
case 14	75% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 15	100% DE DADOS ABERTOS SUCESSO	
case 16		0%
case 17	100% DE DADOS ABERTOS SUCESSO	
case 18		0%
case 19		0%
case 20		0%
case 21	40% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	
case 22		0%
case 23		0%
case 24	36% DE DADOS ABERTOS INSUCESO	

case 25	44% DE DADOS ABERTOS INSUCESSO
case 26	69% DE DADOS ABERTOS INSUCESSO
case 27	0%
case 28	75% DE DADOS ABERTOS INSUCESSO
case 29	50% DE DADOS ABERTOS INSUCESSO
case 30	0%
case 31	0%
case 32	0%
case 33	100% DE DADOS ABERTOS SUCESSO
case 34	44% DE DADOS ABERTOS INSUCESSO

Fonte: elaborado pela autora.

3.5 Operacionalização da Pesquisa

Foram extraídas seis dimensões originais da literatura segundo pesquisas realizadas no campo de dados abertos com condições que contribuem para a implementação da abertura de dados governamentais e com o desempenho de uma Política Pública. O objetivo é de verificar a presença dessas dimensões para o êxito na implementação e gestão desta Política.

As variáveis da pesquisa foram caracterizadas em variáveis ordinais, que assumem valores de 1 até 5 na busca de compreender a presença dessas influências. Esse procedimento foi feito em função das exigências e disponibilidades operacionais do método de análise.

Assim, as variáveis originais estão apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 4 - Fatores selecionados por meio da literatura.

Fatores	Literatura
V1 – Fatores Políticos e estratégicos;	Milner (2006); Worthy (2015); Jetzek (2016);Conra- morrer & Choenni (2014); Zuiderwijk et al. (2014);Piotrowski,Grimmelikhuijsen, & Deat (2017).
V2 – Fatores Fundamentos legislativos;	Parycek, Höchtl, & Ginner (2014); Dulong de Rosnay & Janssen (2014);Wirtz et al.(2015); Yang, Lo, e Shiang (2015).
V3 – Fatores Arranjos Organizacionais;	Sivarajah et al (2016); Dulong de Rosnay & Janssen (2014); Barry & Bannister (2014).
V4 – Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional;	(Gertrudis-Casado, Gertrudix-Barrio, e Álvarez-García (2016); Yang & Wu (2016); Ho & McCall (2016).
V5 – Apoio público e consciência;	Ohemeng & Ofosu-Adarkwa (2015); Sieber e Johnson (2015); Gonzalez-Zapata & Heeks (2015).
V6 – Fatores no processo de desempenho organizacional	Ammons (2004).
A 7 – Variável resposta	Com base na implementação acima de 80% ou abaixo de 80%, conforme Painel da CGU.

Fonte: elaborado pela autora.

As variáveis de 1 a 6 foram transformadas em quarenta e duas variáveis ordinais, e a variável 7 como variável resposta sobre a implementação acima ou abaixo de 80%, conforme explicitado abaixo:

Seção 1 –Fatores Políticos e estratégicos

- V1. Considero que a política de dados abertos neste órgão está consolidada.
- V.2 A política de dados abertos foi disseminada inicialmente a todos desta organização.
- V.3 As estratégias formuladas do Poder Executivo têm colaborado para a implementação/Gestão da Política de dados abertos nesta organização.
- V.4 As estratégias do Poder Executivo em longo prazo tendem a contribuir para que a política de dados abertos neste órgão seja ampliada de forma que mais setores (departamentos) disponibilizem dados.
- V.5 As estratégias do Poder Executivo em longo prazo tendem para que a política de dados abertos neste órgão seja ampliada de forma que dados mais complexos sejam disponibilizados.
- V.6 As estratégias para abertura de dados sinalizada no Plano de Dados Abertos (PDA) estão conforme o planejamento estratégico desta organização.
- V.7 Houve a falta de apelo das instâncias governamentais para a abertura de dados nas organizações.
- V.8 Houve a falta de algum apoio institucional para a implementação da Política de Dados abertos nesta organização.

Seção 2 - Fatores Fundamentos legislativos:

- V.9 A legislação sobre Dados abertos disponibiliza liberdade de informação;
- V.10 A legislação sobre Dados abertos tem sido efetiva nos seus objetivos;
- V.11 A legislação sobre Dados abertos de Dados abertos tem tido o apoio institucional das organizações;
- V.12 A legislação e os prazos estipulados têm considerado os processos de implementação/Gestão desta política;
- V.13 A legislação sobre Dados abertos tem levado em conta a proteção de dados da organização;
- V.14 A legislação sobre Dados abertos precisa de ser reformulada para o alcance dos objetivos de abertura de dados.

Seção 3 - Fatores Arranjos Organizacionais:

- V.15 Houve o envolvimento das partes interessadas no processo de implementação e manutenção da política de dados abertos em sua organização;
- V.16 É relevante o envolvimento das partes interessadas no processo de implementação da política de dados abertos;

V.17 A cultura organizacional de sua organização é receptiva à política de dados abertos;

V.18 O ambiente interno desta organização é adaptável às mudanças e variações da advindos do público externo;

V.19 A liderança reconhece e transfere ao ambiente organizacional a importância do programa de dados abertos;

V.20 A liderança coordena os fluxos e processos da implementação da política de dados abertos;

V.21 O órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política a respeito do plano dados abertos de sua organização.

V.22 Há algum canal de comunicação formal sobre a conscientização das pessoas sobre a política de dados abertos nesta organização.

Seção 4 - Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional:

V.23 Na conscientização da política de dados abertos na organização foi necessário o apoio do público;

V.24 Estou engajado para atuar na implementação de Dados abertos.

V.25 Acredito que os dados devam ser disponíveis ao público externo apenas se demonstrarem objetivos claros;

V.26 É importante que o público externo apresente capacidade de utilização das ferramentas para ter acesso aos dados;

V.27 É importante a existência de cursos para capacitar o público externo a terem acesso à política de dados abertos.

V.28 Obtive orientação ou planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos;

V.29 Obtive treinamento, orientação e planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos.

Seção 5 - Apoio público e consciência:

V.30 Eventos apoiados pelo setor público relativo a dados abertos são relevantes para a evolução e implementação desta política.

V.31 O poder público criou prêmios e competições entre seus órgãos visando a evolução da política de dados abertos.

V.32 Organizações não governamentais tiveram um papel ativo na implementação, manutenção de dados abertos.

V.33 O nível de partilha de informação tem fomentado as organizações a aumentarem a quantidade de dados publicados.

V.34 Houve a interferência de outros programas intergovernamentais nesta Política de abertura de Dados.

V.35 Houve algum tipo de ação não favorável para a abertura de Dados nesta organização.

Seção 6 – Fatores no processo de desempenho organizacional:

V.36 A prestação de contas ocorreu como previsto por parte do Grupo de Trabalho desta organização.

V.37 O compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados foi contínuo ao longo do processo.

V.38 Os objetivos estipulados pela organização para a abertura de dados estavam ambíguos.

V.39 Considero que o foco no processo de abertura de dados estava somente na execução e não nos resultados.

V.40 O conjunto de dados fornecidos na área de dados abertos nesta organização são suficientes para a *accountability* de instâncias controladoras ou os seus representantes.

V.41 O compromisso dos participantes do grupo de trabalho (GT) para a manutenção do processo de abertura de dados foi contínuo ao longo do processo.

V. 42 Considero que o foco no processo de abertura de dados estava somente nos resultados e não na execução.

V.43 como variável dependente, referente a (implementação satisfatória com 80% ou mais e não satisfatória 79% ou menos de desempenho de dados abertos).

3.6 Tratamento dos Dados

A fim de analisar a confiabilidade do questionário aplicado quanto à sua adequabilidade aos fatores analisados, este trabalho aplica o Alfa de Cronbach que, conforme Fávero e Belfiore (2015) corresponde a uma medida do grau de confiabilidade de uma determinada escala proposta, comparando as variáveis originais para que se produza resultados consistentes sobre essas variáveis. De acordo com Hairet al. (2009) o Alfa de Cronbach é a medida mais comumente utilizada para se avaliar a consistência de uma escala. Ainda segundo os autores, o limite inferior do coeficiente de confiabilidade é de 0,70, podendo cair para 0,60 em pesquisas exploratórias.

O índice de confiabilidade geral do questionário foi de 0,9174. O fator 1 (Fatores Políticos e estratégicos) apresentou índice de confiabilidade de 0,8465. Já o fator 2 (Fatores Fundamentos legislativos) apresentou um Alpha de Cronbach de 0,7251. O fator 3 (Fatores Organizacionais) apresentou um índice de confiabilidade de 0,8378, enquanto que o fator 4 (Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional) apresentou o valor de 0,6155. Já os fatores 5

(Apoio público e consciência) e 6 (Fatores no processo de desempenho organizacional) apresentaram, respectivamente, os valores de 0,7094 e 0,8489.

Inicialmente os dados brutos contidos nas respostas estavam no formato de 1 a 5, devido a aplicação do questionário com escala Likert. Como abordado sobre os recursos para a dicotomização de dados os autores. Rihoux e Meur (2009) explanam que como recurso, alguns pontos de corte mais mecânicos são utilizados, tais como a média ou mediana para a dicotomização. Para este trabalho optou-se em retirar a média das respostas dos questionários, para cada fator específico, conforme fórmula e figura abaixo:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

CASOS									MÉDIAS										
FATORES POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS									DICOTOMIZAÇÃO ENTRE 0 e 1										
case 1	4	5	5	5	5	5	2	1	case 1	MÉDIA 4	0	1	1	1	1	1	0	0	
case 2	5	4	5	5	5	5	2	1	case 2	MÉDIA 4	1	0	1	1	1	1	1	0	0
case 3	2	2	4	3	3	3	3	2	case 3	MÉDIA 2,75	0	0	1	1	1	1	1	0	0
case 4	3	2	3	3	3	4	2	5	case 4	MÉDIA 3,125	0	0	0	0	0	1	1	1	1
case 5	4	5	5	5	5	5	2	1	case 5	MÉDIA 4	0	1	1	1	1	1	1	0	0
case 6	4	5	4	5	5	4	1	1	case 6	MéDIA 3,625	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 7	4	5	4	4	4	3	1	4	case 7	MéDIA 3,625	1	1	1	1	1	1	0	0	1
case 8	4	4	4	5	5	5	3	2	case 8	MéDIA 4	0	0	0	1	1	1	1	0	0
case 9	3	4	4	4	4	4	2	2	case 9	MéDIA 3,375	0	1	1	1	1	1	1	0	0
case 10	4	2	4	4	3	3	3	1	case 10	MéDIA 3	1	0	1	1	0	0	0	0	0
case 11	5	5	5	5	5	3	2	2	case 11	MéDIA 4,75	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 12	5	4	2	1	1	4	1	1	case 12	MéDIA 2,375	1	1	0	0	0	1	0	0	0
case 13	4	4	5	5	5	5	1	1	case 13	MéDIA 3,75	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 14	3	3	3	3	3	2	3	3	case 14	MéDIA 2,875	1	1	1	1	1	0	1	1	1
case 15	5	5	5	5	5	5	2	1	case 15	MéDIA 4,125	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 16	5	5	5	5	5	4	2	2	case 16	MéDIA 4,125	1	1	1	1	1	1	0	0	0
case 17	5	4	4	4	4	4	1	1	case 17	MéDIA 3,375	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 18	2	2	2	4	3	2	4	3	case 18	MÉDIA 2,75	0	0	0	1	1	1	0	1	1
case 19	4	4	4	4	4	2	2	2	case 19	MéDIA 3,25	1	1	1	1	1	1	0	0	0
case 20	5	5	3	3	3	4	3	2	case 20	MéDIA 3,5	1	1	0	0	0	1	0	0	0
case 21	4	2	5	5	5	4	5	5	case 21	MÉDIA 4,375	0	0	1	1	1	1	0	1	1
case 22	4	5	4	4	4	4	1	1	case 22	MéDIA 3,375	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 23	4	4	4	3	3	4	2	4	case 23	MéDIA 3,5	1	1	1	0	0	1	0	0	1
case 24	4	4	4	5	5	4	1	1	case 24	MéDIA 3,5	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 25	5	3	2	3	3	4	1	1	case 25	MÉDIA 2,75	1	1	0	1	1	1	1	0	0
case 26	5	5	5	5	5	5	1	1	case 26	MéDIA 4	1	1	1	1	1	1	1	0	0
case 27	4	3	5	4	4	3	2	2	case 27	MÉDIA 3,125	1	0	0	1	1	1	1	0	0
case 28	2	2	3	4	4	2	2	3	case 28	MéDIA 2,75	0	0	1	1	1	1	0	0	1
case 29	4	3	3	3	4	3	2	2	case 29	MéDIA 3	1	0	0	0	1	1	0	0	0
case 30	3	2	4	4	4	4	2	2	case 30	MÉDIA 3,125	0	0	1	1	1	1	1	0	0
case 31	2	2	2	3	4	2	2	4	case 31	MéDIA 2,625	0	0	0	1	1	1	0	0	1
case 32	4	4	4	4	2	4	4	2	case 32	MéDIA 3,5	1	1	1	1	0	1	1	1	0
case 33	4	3	4	4	3	4	2	2	case 33	MéDIA 3,25	1	0	1	1	0	1	1	0	0
case 34	5	4	5	5	5	5	1	1	case 34	MéDIA 3,875	1	1	1	1	1	1	1	0	0

Figura 4 – Dicotomização dos fatores.
Fonte: elaborado pela autora.

Foi retirada a média de todos os fatores, como mostrado na Figura 4 e foi estabelecido que valores iguais ou menores que a média seriam baixos, equivalente a 0 e os valores acima da média o valor seria 1.

Os autores Rihoux & Meur (2009) enfatizam que para se basear na dicotomização das condições, é melhor usar o conhecimento empírico (baseado em casos) e teórica.

Após a dicotomização foi possível elaborar a tabela verdade gerada com os

dados dicotômicos acessível ao software Tosmana, sendo possível elaborar análises com equações gerais e equações reduzidas, conforme saídas do software abaixo:

The screenshot shows a window titled 'Marceta_Database_convertido - Tosmana'. The main area displays a truth table with the following columns: CASOS, F1_FME1, F1_FME2, F1_FME3, F1_FME4, F1_FME5, F1_FME6, F1_FME7, F1_FME8, F2_F11, F2_F12, F2_F13, and F2_F14. The rows are labeled 'caso 1' through 'caso 29'. Each cell in the table contains either a '0' or a '1', representing the binary values of the variables for each case. The first row (caso 1) has values: 0, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 0, 0, 1, 1, 1, 1. The table continues with similar binary patterns for subsequent cases.

Figura 5 – Tabela verdade importada do Tosmana.
 Fonte: Tosmana (1.61).

Buscando obter equações mais parcimoniosas em relação as dimensões institucionais para a abertura de dados governamentais nos órgãos, as análises foram efetuadas com a utilização do método crisp set QCA (csQCA) do software Tosmana, versão 1.61. Esta análise permite combinações que levam a determinados resultados.

Nestas análises serão utilizadas as minimizações booleanas que permitem verificar um número grande de casos possíveis, podendo também verificar a existência de condições necessárias, caracterizadas como fatores que precisam estar presentes para que o resultado aconteça, e também a identificação de condições suficientes, correspondentes aos fatores chaves que, isoladamente, podem determinar o alcance do resultado (Rihoux & DeMeur, 2009).

Com a análise dos dados através desta técnica, serão geradas equações pela indicação do número “1” dentro de um colchete (Ex. {1}) representando que aquele fator está presente e a ausência pelo número “0” (Ex. {0}).

As análises foram realizadas em três partes, sendo a primeira com a análise das equações gerais e minimizadas de todos os fatores correspondentes a abertura de dados governamentais, logo após a segunda análise com os casos extremos de sucesso e insucesso e a terceira análise somente com os fatores

retirados da literatura e dicotomizados.

3.7 Método QCA

O método de análise será o de Análise Comparativa Qualitativa (QCA). Baseado na lógica Booleana, o QCA é utilizado para realizar pesquisas comparativas e interpretar os dados qualitativamente, estabelecendo relações causais das variações de fenômenos sociais (Ragin, 2014). O método trata de casos simultâneos que, dependendo da forma como se combinam podem explicar, de maneira associada, uma determinada saída, diferentemente dos métodos estatísticos mais usualmente utilizados.

Essa técnica é utilizada para estabelecer relações lógicas entre diferentes conceitos para auxiliar nos problemas provocados e ocasionados pela necessidade de se fazer análises causais com base em um número amostral de casos, buscando solucionar e propor soluções para casos complexos analisados pelo aspecto quantitativo e qualitativo (Rihoux, 2006), conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Comparação entre os métodos quantitativos convencionais e o método configuracional.

Métodos quantitativos convencionais	Método configuracional (QCA)
Amostra aleatória	Seleção intencional dos casos para incluir casos típicos
Generalização estatística	Generalização modesta, limitada no tempo e no espaço
Causalidade única ou múltipla	Causalidade Múltipla conjuntural
Desmembra os casos em um conjunto de variáveis independentes	Desmembra Casos em um conjunto de atributos inter-relacionados
Foco nas variáveis e nas relações entre variáveis causais e dependentes	Foco em configurações de variáveis que resultem em diferentes resultados

Fonte: Rihoux; Ragin (2009) e Ragin (2008).

Em termos de técnicas, a análise de QCA é um amplo que abriga quatro técnicas:

- a) Versão original (Booleana) de QCA, utiliza-se a notação csQCA (onde 'cs' significa 'crisp set' – conjunto numérico tradicional);
- b) Versão que permite condições de multicategoria utiliza-se se a notação mvQCA (onde 'mv' significa 'multi-value');
- c) Versão de conjuntos fuzzy, utiliza-se fsQCA (onde 'fs' significa 'fuzzy set'); e
- d) Versão fuzzy set, significa designar a análise fuzzy set original, conforme desenvolvida por Ragin (2000).

Com isso, a diferença de um modelo de análise crisp-set para fuzzy-set são conforme o Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 - Diferenças entre crisp-set e fuzzy-set QCA.

Crisp-set	Fuzzy-set
1 = condição presente 0 = condição ausente	1 = condição completamente presente
	$0,5 < x < 1$ = alto grau de presença da condição
	0,5 = condição nem ausente e nem presente (<i>crossover</i>)
	$0 < x < 1$ = baixo grau de presença da condição
	0 = condição completamente ausente

Fonte: Ragin (2009).

Este trabalho tem o propósito de analisar múltiplos casos em busca de realizar um estudo comparativo entre vários órgãos da Administração. E neste sentido a QCA oferece uma maneira mais sistemática de analisar causalidade complexa e relações lógicas entre fatores causais e um resultado (Schneider; Wagemann, 2010).

Este método confere ao pesquisador a possibilidade de encontrar distintas combinações de condições que, por seu turno, geram diferentes caminhos teóricos para um determinado resultado (Hudson; Kühner, 2013). Este método também necessita da utilização do software TOSMANA, que é um software de análise comparativa, para a obtenção de equações lógicas sinalizando condições para um determinado resultado selecionado pelo pesquisador.

Neste método é utilizado a álgebra booleana para realizar a análise comparativa, indicando a presença ou ausência de condições que levam a determinado resultado. Para este tipo de estudo, a seleção dos casos não procura alcançar a representatividade estatística, mas aproveitar ao máximo a informação que possa se derivar de um conjunto reduzido de casos, ou de casos considerados únicos dentro da problemática que se estuda (Flyvbjerg, 2004).

Segundo (Ragin, 1987) o método comparativo é usado somente quando o número de casos relevantes é muito pequeno para permitir que o pesquisador estabeleça controle estatístico sobre as condições e causas de variação em fenômenos sociais. A diversidade e complexidade dos casos geram desafios para aqueles que almejam tirar lições para políticas públicas a partir de técnicas

estatísticas de caráter exploratório, descritivo ou inferencial (Hudson; Kühner, 2013).

Como informado acima as principais conversões e operações da álgebra booleana são:

- A maiúscula letra representa o [1] valor para uma determinada variável binária. Assim [A] é lido como: “variável A é grande, presente, alta, . . .”.
- Uma letra minúscula representa o [0] valor para uma determinada variável binária. Assim, [a] é lido como: “variável A é pequeno, ausente, baixo, . . .”.
- Um traço símbolo [-] representa o “não se importam” valor para uma determinada variável binária, o que significa que pode ser presente (1) ou ausente (0).

Seus operadores lógicos se baseiam em:

2. Lógica “AND”, representada pelo símbolo [*] (multiplicação). NB: Pode também ser representada com a ausência de um espaço: [A * B] também pode ser escrita como: [AB].

• Lógica “OR”, representada pelo símbolo [+] (adição).

3. O símbolo de seta [→] 1 é usado para expressar a conexão entre as condições e os resultados.

Com isso, condições necessárias (tem que estar presente) e suficientes (basta ela), conforme especificado abaixo:

$Y = AC + Bc$ (Sem causa necessária ou suficiente);

$Y = AC + BC$ (C é necessário, mas não suficiente);

$Y = AC$ (Ambos A e C são necessários, mas não suficientes);

$Y = A + Bc$ (A é suficiente, mas não necessário);

$Y = B$ (B é ambos, isto é, necessário e suficiente).

Os resultados são lidos da seguinte forma:

* = e – AB ou A*B, lê-se A e B + = ou – A+B, lê-se A ou B

Presença = letra maiúscula, Ausência = letra minúscula

EX.: $Y = AC + Bc$ – Lê-se: O resultado de Y é proveniente de A e B ou B, na ausência de “c”, portanto, sem condição necessária ou suficiente.

$Y = AC + BC$ – Lê-se: O resultado de Y é proveniente de A e C ou B e C, portanto, C é uma condição necessária, mas não suficiente.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Política da OGP no Brasil

“A Parceria para Governo Aberto ou OGP (do inglês *Open GovernmentPartnership*) é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social” (CGU,2020).

Lançada em 20 de setembro de 2011, a OGP iniciou com oito países fundadores da Parceria, sendo a África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido, quando os mesmos assinaram a Declaração de Governo Aberto e apresentaram seus Planos de Ação.

Atualmente, 75 países integram a Parceria, reunindo várias nações e organizações da sociedade civil, líderes em transparência e governo aberto. A OGP é um veículo para se avançar mundialmente no fortalecimento das democracias, na luta contra a corrupção e no fomento a inovações e tecnologias para transformar a governança do século XXI (CGU,2020).

Na OGP, cada país participante especifica quais são os seus compromissos e quais as estratégias para concretizá-los. Os planos de ação possuem duração de até dois anos e, ao longo desse período, os Governos precisam publicar, anualmente, um relatório sobre a execução dos compromissos assumidos. No Brasil a Administração Pública tem promovido ações para o Governo aberto com uma nova visão de projetos e ações baseadas nos princípios da transparência, prestação de contas (*accountability*), participação cidadã e tecnologia e inovação (CGU, 2020).

Nesta perspectiva a transparência entra no intuito de disponibilizar informações e atividades do governo que sejam compreensíveis, tempestivas e no padrão básico de dados abertos. A prestação de contas, conhecida também por *accountability* são regras e mecanismos estabelecidos para que os atores justifiquem suas ações.

A participação cidadã entra no intuito do governo mobilizar a sociedade para contribuir, debater, propor e colaborar para um governo responsável e efetivo em suas ações. Na tecnologia e inovação é reconhecido pelo governo a importância

de se ter novas tecnologias e o incentivo à inovação para no intuito da sociedade utilizá-la.

Nesta conjuntura para que um governo seja considerado aberto é preciso que seus projetos, programas, gestão e ações tenham todos estes princípios citados acima.

Segundo a Declaração de Governo Aberto da OGP, para um governo ser considerado aberto é necessário aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais, implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração, Apoiar a participação social e ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas. (CGU, 2020).

Nesta conjuntura várias ações legislativas foram realizadas relacionadas ao tema Governo Aberto no Brasil. As principais realizações legais relacionadas ao tema seguem especificadas no quadro abaixo:

Quadro 6 - Principais realizações legais relacionadas ao tema.

4 de maio de 2000	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de responsabilidade Fiscal (LRF)	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
17 de julho de 2002	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Pregão Eletrônico	Representa o início da transparência e da ampliação da possibilidade de participação das empresas nos processos de compras governamentais.
27 de maio de 2009	Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 - Lei Capiberibe	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
15 de setembro de 2011	Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto	Decreto de 15 de setembro de 2011 Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências.
18 de novembro de 2011	Lei de Acesso à Informação	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
16 de maio de 2012	Dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º	Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
12 de março de 2013	Altera o Decreto sobre Governo Aberto.	Decreto de 12 de março de 2013 Altera o Decreto de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.

16 de maio de 2013	Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal	Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.
1º de agosto de 2013	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas	Lei nº 12.846, 1º de agosto de 2013 Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
18 de novembro de 2014	Institui Grupo de Trabalho temático da sociedade civil	Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014 Institui Grupo de Trabalho temático da sociedade civil para assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto.
11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos	Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

Fonte: CGU, adaptado pela autora (2020).

Também foi instituído no âmbito do Poder Executivo federal, pelo Decreto nº 10.160/2019, o Comitê Interministerial de Governo Aberto que é composto por 13 ministérios, e coordenado pela Controladoria-Geral da União. Este comitê é responsável por desenvolver estratégias de governo aberto, orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil, conforme especificação no quadro abaixo:

Quadro 7 - Especificação das responsabilidades do Comitê Interministerial de Governo Aberto.

Comitê Interministerial de Governo Aberto	
Órgãos integrantes	Ações

<p>I - Controladoria-Geral da União, que o coordenará;</p> <p>II - Casa Civil da Presidência da República;</p> <p>III - Ministério da Justiça e Segurança Pública;</p> <p>IV - Ministério das Relações Exteriores;</p> <p>V - Ministério da Economia;</p> <p>VI - Ministério da Educação;</p> <p>VII - Ministério da Cidadania;</p> <p>VIII - Ministério da Saúde;</p> <p>IX - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;</p> <p>X - Ministério do Meio Ambiente;</p> <p>XI - Ministério do Desenvolvimento Regional;</p> <p>XII - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e</p> <p>XIII - Secretaria-Geral da Presidência da República.</p>	<p>1- Propor medidas para o desenvolvimento e a implementação da estratégia de governo aberto no âmbito do Poder Executivo federal;</p> <p>2- Promover a cultura e o conhecimento sobre governo aberto entre os servidores da administração pública federal;</p> <p>3- Propor ações prioritárias a ser implementadas por meio dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;</p> <p>4- Promover a articulação intragovernamental necessária à execução de ações conjuntas, à troca de experiências, à transferência de tecnologia e à capacitação, no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;</p> <p>5- Identificar ações de pesquisa e desenvolvimento necessárias no âmbito dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;</p> <p>6- Orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos planos de ação nacionais sobre governo aberto;</p> <p>7- Aprovar as propostas de planos de ação nacionais sobre governo aberto e promover a articulação intragovernamental para a sua implementação e a execução;</p> <p>8- Identificar os meios necessários à elaboração, à implementação e ao monitoramento dos planos de ação nacionais sobre governo aberto; e</p> <p>9- Avaliar os resultados e propor alterações ou revisões nos planos de ação nacionais sobre governo aberto.</p>
---	--

Fonte: CGU³, adaptado pela autora (2020).

4.2 Planos de ação para abertura de dados no Poder Executivo Federal

Na OGP as ações são operacionalizadas por meio de um “Plano de Ação Nacional”. Os planos de ação são criados pelos próprios países, de acordo com as áreas nas quais precisam se desenvolver em relação aos desafios propostos pela Parceria.

No Quadro 8 são sintetizados com as principais realizações nos planos de ações para Governo Aberto.

Quadro 8 - Plano de ações para Governo Aberto.

1º Plano de Ação Brasileiro para Governo Aberto 2011 – 2013	2º Plano de Ação para Governo Aberto 2013 – 2016
<ul style="list-style-type: none"> Parceria para Governo Aberto (OGP na sigla em inglês) foi apresentado no dia 20 de setembro de 2011, data em que a Parceria foi lançada. Oito países fundadores (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) assinaram a Declaração de Governo 	<ul style="list-style-type: none"> Foram assumidos pelo Brasil 52 compromissos no documento. 36 foram integralmente implementados e 16 ainda se encontram com grau de cumprimento substantivo ou limitado; 70 países passaram a integrar a Parceria, congregando nações e organizações da sociedade

³Com a publicação do Decreto nº 10.160/2019, o Decreto de 15 de setembro de 2011 e o Decreto de 12 de março de 2013 ficam revogados.

Aberto na busca conjunta de difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social;

- A Controladoria-Geral da União foi o órgão responsável por liderar a inserção do Brasil na OGP, articulando-se com diversos órgãos públicos e com setores da sociedade civil para construir o Plano de Ação Brasileiro;

- Inicialmente foram assumidos 32 compromissos por cinco órgãos do Governo Federal;

- Ressaltando a importância de dar transparência ao desenvolvimento das ações e permitindo um acompanhamento contínuo desse processo, o Brasil previu a construção de um portal brasileiro sobre a Parceria para o Governo Aberto. Hoje, as informações sobre a OGP estão disponíveis dentro do site da Controladoria-Geral da União, em seção específica;

- Outras medidas que significavam um avanço na implementação de um Governo Aberto no Brasil, e que não estavam previstas como compromissos, foram adotadas pelos órgãos que fizeram parte do primeiro plano: publicação dos salários de servidores públicos, padronização de Página de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 - LAI), desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), revisão da seção Copa do Mundo 2014 do Portal da Transparência, entre outros.

civil líderes em transparência e governo aberto;

- Para garantir ampla participação social na construção do 2º Plano de Ação do Brasil, foi instituído informalmente, em 2012, um Grupo de Trabalho (GT) que reuniu 10 organizações da sociedade civil;

- Foi realizado em 2012, para a elaboração do 2º Plano de Ação, o Diálogo Virtual, processo online que deu voz aos cidadãos, instigando-os a se manifestarem sobre a elaboração e a priorização de propostas de compromissos para o Brasil. Como produto deste processo virtual, 15 propostas foram encaminhadas para análise na etapa presencial;

- Com a finalidade de complementar os debates do Diálogo Virtual, e, principalmente, de ampliar o envolvimento da sociedade com a construção do 2º Plano de Ação, em março de 2013, foi realizado o evento Diálogo Presencial em Brasília. Além de contar com a representação de diversos atores do Governo Federal, o evento teve a expressiva presença de quase 80 organizações da sociedade civil e de outros 10 cidadãos que tiveram atuação destacada durante a etapa do diálogo virtual;

- O 2º Plano de Ação Nacional, aprovado pelo CIGA em outubro de 2013, contém 52 compromissos, sendo originários do diálogo virtual, de propostas de ofício do Governo Federal e do evento presencial;

- Algumas outras ações de Governo Aberto não foram contempladas nos 52 compromissos, mas impactaram sensivelmente a sociedade e o próprio Governo Federal, dentre as quais se destacam: Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813/2013); Lei de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas (Lei 12.846/2013); Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI); Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto nº 8.777/2016); entre outros.

3º Plano de Ação para Governo Aberto 2016 – 2018

- Foi realizado com base em uma metodologia única e inovadora construída pelo Grupo Executivo - Comitê Interministerial Governo Aberto (GE-CIGA) e pelo Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil. Segundo essa metodologia, a discussão dos desafios e a definição dos compromissos deveriam acontecer por meio da realização de oficinas de cocriação, ou seja, reuniões que contariam com a participação paritária de especialistas do governo e da sociedade civil nos temas definidos;
- Criação, pela Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014, do Grupo de Trabalho para Assessoramento em Governo Aberto. Também conhecido como GT da Sociedade Civil, este grupo teve o processo seletivo regido pelo Edital nº1/2015, por meio do qual as próprias entidades da sociedade civil escolheram seus representantes;
- De forma inovadora, o 3º Plano contou não somente com a participação de entes subnacionais, que discutiram o tema “Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios”, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário. O intercâmbio de experiências ampliou a visão e o escopo dos trabalhos e permitiu o estabelecimento de ações mais ambiciosas;
- No caso do Poder Legislativo, o compromisso assumido envolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, casas legislativas estaduais e municipais, e entidades da sociedade civil vinculadas a questões parlamentares;
- No caso do Poder Judiciário, a participação aconteceu por meio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, que contribuiu na construção do Plano de maneira sui generis, dado o ineditismo da parceria. O Tribunal inseriu um compromisso importante e pioneiro no documento ao prever a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todos os Tribunais Regionais Eleitorais do país até dezembro de 2017. Além de diminuir o risco de perda dos documentos, esta iniciativa pretende aumentar a transparência dos processos e gerar benefícios relativos ao tempo de tramitação;
- O envolvimento direto de entes subnacionais, estados e municípios, nas discussões e na construção de compromissos, diversificou as perspectivas e os desdobramentos do Plano e conferiu a ele maior alcance e legitimidade.

- O Processo de elaboração do 4º Plano de Ação brasileiro foi realizado com base na metodologia do 3º Plano de Ação para Governo Aberto;
- Foram assumidos 11 compromissos, os quais foram desenhados e discutidos com o envolvimento de 105 pessoas, representantes de 88 instituições, sendo 39 organizações da sociedade civil, 39 órgãos da Administração Pública Federal e 10 órgãos das Administrações Públicas Estaduais e Municipais;
- Diferentemente do 3º Plano de Ação, e com vistas a permitir uma participação ainda mais ampla da sociedade no processo de construção do 4º Plano, foi realizada consultas públicas, originalmente consideradas opcionais, para priorização dos desafios que norteariam a definição dos compromissos do futuro Plano. Assim, os participantes elencaram 3 desafios considerados fundamentais para se avançar no tema em questão que podiam ser alavancados com ações de Governo Aberto. Após um período de votação de 15 dias, chegava-se ao desafio eleito pela sociedade e este passava a orientar, a partir de então, as ações da oficina de elaboração dos compromissos.

Fonte: Plano de Ação do CGU.

4.3 Parceria para Governo Aberto (OGP)

Conforme mencionado neste estudo, esta pesquisa se propõe a descrever a Política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal, sob a perspectiva do ciclo das Políticas Públicas.

Conforme o primeiro Plano de ação para a Parceria para o Governo aberto (OGP), o Brasil já trabalhava com outras iniciativas para fortalecer a transparência, conforme explicitado no Plano a seguir:

“Para atingir os objetivos da Parceria para o Governo Aberto, o Brasil buscou o fortalecimento das iniciativas de transparência e participação social já em curso, assim como o desenvolvimento de novas atividades em parceria com atores públicos e privados engajados nas áreas afetas ao Plano de Ação, buscando, desta forma, promover uma sociedade mais justa, livre e igualitária” (1º Plano CGU, 2013, p.3).

Conforme mencionado é possível identificar que o Brasil trabalhava em várias iniciativas e atividades em parceria com atores públicos e privados engajados nessas áreas anteriores ao plano de ação. Para os atores (Wu et al., 2010) a definição da agenda se dá tanto por atores estatais quanto por atores sociais.

É relevante especificar que o primeiro plano de ação da OGP do Brasil contou com entidades governamentais, sociedade civil, Conselhos e etc, conforme explicitado no Plano a seguir:

O primeiro Plano de Ação apresentado pelo Brasil foi desenvolvido por meio de consultas a órgãos públicos do Poder Executivo Federal, a entidades da sociedade civil, bem como ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão consultivo e colegiado vinculado à Controladoria-Geral da União, que conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil. (1º Plano ação CGU, 2013, p.5).

Neste entendimento é possível compreender que a agenda surgiu de iniciativas de atores públicos e privados para o engajamento em abertura de dados governamentais no Brasil. Os atores sociais compreendem os ativistas, os eleitores, as organizações religiosas, as empresas, os sindicatos, a mídia, entre outros, que, por vezes, possuem a capacidade de trazerem temas para a agenda

do governo (Wu et al., 2010).

Deste modo é possível compreender e identificar que a OGP teve influência nesta agenda de abertura de dados governamentais no Brasil. A agenda se refere ao conjunto de temas que atores políticos e outros membros da comunidade de política pública entendem ser de maior relevância em determinado período.(Wu et al., 2010).

Para Cobb e Elder (1972 como citado em Capella, 2018, p. 28), existem dois tipos de agenda: sistêmica e governamental. A agenda sistêmica é compreendida como os diversos temas que têm relevância para uma parte considerável da sociedade e demandam uma ação concreta dos agentes governamentais. Sendo assim também é possível identificar uma agenda sistemática e não governamental.

O primeiro plano de ação foi tido como um grande desafio para o Brasil, o qual o país se propôs a realizar vários compromissos e ações na Parceria para Governo Aberto, sendo relevante mencionar as iniciativas para o Poder Executivo Federal:

Quadro 9 - Compromissos da Parceria para Governo Aberto - Poder Executivo Federal.

Compromissos	Situação
Pesquisa diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro	Dez/2011
Estudo diagnóstico sobre o papel das Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal na Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas	Mar/2012
Desenvolvimento de modelo para a estruturação dos serviços de informações ao cidadão em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e de procedimentos para o funcionamento do sistema de acesso a informações públicas	Set/2012
Política de Formação Continuada para as Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal	Set/de 2012

Fonte: 1º Plano de Ação OGP adaptado pela autora.

No Segundo Plano de ação elaborado conjuntamente pelo Governo Federal e por setores da sociedade civil, evidenciado a concretização e o estabelecimento de regras no âmbito dos órgãos no Poder Executivo Federal através do Decreto 8.777/2016, conforme especificado no Plano a seguir.

“Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto nº 8.777/2016) – estabeleceu regras para disponibilização de dados no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Federal. O objetivo da Política é promover a ampliação do foco da transparência para que não se limite a combater a corrupção e controlar os gastos públicos, mas que também alcance a qualidade do gasto, assim como a obtenção de informações para monitorar e avaliar as políticas públicas”.(2º Plano ação CGU, 2016, p.35).

Nessa conjuntura o segundo plano de ação (2016) evidencia o fortalecimento da Política no Brasil e esforços para a formulação de uma Política consolidada. Segundo Wu et al. (2010, p. 52), a formulação de políticas públicas é entendida como o processo de escolha de diversas políticas que visam à solução de situações problemáticas socialmente.

Por ser um ponto focal da OGP no Brasil ao mencionar que “o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) articulou, com os 19 órgãos federais envolvidos e com a sociedade civil, a formulação, o acompanhamento e a realização de todos os compromissos assumidos. ” Evidencia-se que neste período juntamente com as ações da OGP a Política foi formulada, conforme especificado no segundo plano:

“Relevante mencionar que durante os debates para a formulação do Plano, buscou-se a consonância entre os compromissos e as ações propostas com os desafios de melhoria dos serviços públicos, de aumento da integridade pública, de gestão mais efetiva dos recursos públicos, de criação de comunidades mais seguras e de aumento da responsabilidade corporativa. ”(2º Plano ação CGU, 2016, p.35).

Nesta perspectiva de formulação de uma Política, destaca-se o “tipo de política pública” de Lowi (1964; 1972, como citado em Souza, 2006, p. 28), que a política pública pode assumir quatro formatos: políticas distributivas, políticas regulatórias, políticas redistributivas e, por fim, políticas constitutivas. No âmbito do Poder executivo Federal a criação do Decreto 8.777/2016 veio como forma regulatória no âmbito no Poder Executivo Federal.

Para nivelar as informações acerca do 2º Plano de Ação, os “Diálogos Governo e Sociedade Civil” destacaram-se uso dinâmico pela sociedade civil de recursos da internet, com debates virtuais realizados em plataforma online (fórum e-Democracia, mantido pela Câmara dos Deputados); e organização, pela CGU e pela Secretaria de Governo da Presidência da República, atual Secretaria de Governo, SeGov-PR, de um grande encontro presencial em Brasília. (2º Plano ação CGU, 2016, p.6).

Relevante mencionar a participação ativa da sociedade civil no segundo plano de ação para o auxílio e obtenção de informações para a continuidade das ações propostas pela OGD. Na formulação ressalta Wu et al. (2010) que “ uma atividade muito importante que eles podem realizar consiste em reunir com antecedência as informações necessárias sobre vários aspectos dos problemas existentes e emergentes, e desenvolver propostas de solução para uso dos principais formuladores de políticas”.

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (Decreto nº 8.777/2016) – estabeleceu regras para disponibilização de dados no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Federal. Assim, a implementação da Política de Dados Abertos ocorreu com a execução de um Plano de Dados Abertos no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional (3º Plano ação CGU, 2016, p.8). Com isso, pode-se dizer que a implementação ocorreu oficialmente após o decreto para a abertura de dados governamentais regulamentando a abertura de dados por parte dos órgãos no Poder Executivo Federal, que conforme Wu et al. (2010) diz que ocorre no momento em que o planejamento delas tornam-se ações conforme entendimento de Wu et al. (2010).

Na visão de Sabatier e Mazmanian (1983, p. 20-21) é a, que a definem como o cumprimento de decisões sobre uma política pública aprovada através de legislação ou de decisão de cortes. Sendo possível identificar também que o Decreto 8.777/2016 entra no contexto como uma decisão política.

O terceiro plano de ação traz a perspectiva do Decreto 8.777/2016, sobre a implementação da Política de Dados Abertos que ocorrerá com a execução de um Plano de Dados Abertos no âmbito de cada órgão ou entidade da Administração

Pública Federal, direta, autárquica e fundacional. Sendo assim é possível identificar que a implementação desta Política é considerada de baixo para cima, representadas nas pesquisas de Lipsky (1971), Ingram (1977), Elmore (1980), e Hjern e Hull (1982). Eles argumentaram que a implementação consiste na solução de problemas do dia a dia, por meio de decisões tomadas pelos “burocratas do nível de rua” (street-levelbureaucrats), na expressão cunhada por Lipsky (1971). Esses burocratas locais são os principais atores da implementação e são eles que fazem as negociações entre as redes de implementadores e entre essas e o público-alvo.

Relevante mencionar que não se pode analisar a implementação como uma etapa isolada do processo da política pública, pois há fatores externos à política, tais como desenvolvimento econômico e a influência de outras políticas, devem ser levados em conta. (Sabatier,1984). E com isso é relevante aprofundar o estudo da implementação dessa Política Pública com vários fatores entrelaçados a elas, pois fatores diferenciais devem existir para o sucesso e insucesso de alguns órgãos por parte do Poder executivo Federal.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS MÚLTIPLOS CASOS

Para iniciar a análise foi preciso exportar todas as respostas obtidas do questionário para uma planilha do MicrosoftExcel, na busca de viabilizar a manipulação dos dados. A análise foi dividida em duas partes, sendo a primeira relacionada a informações pertinentes à localidade dos órgãos, posição hierárquica do correspondente, escolaridade, gênero e tempo de serviço. A segunda análise é relacionada aos fatores específicos da pesquisa com a aplicação do csQCA.

Conforme informado anteriormente, a aplicação do questionário foi realizada em vários órgãos da Administração Indireta, inclusive fora da Capital do Brasil. A primeira pergunta era referente à localidade do órgão, pois a pesquisa tinha por interesse analisar os órgãos e estados que fizessem parte da pesquisa, conforme especificado na Figura 6:

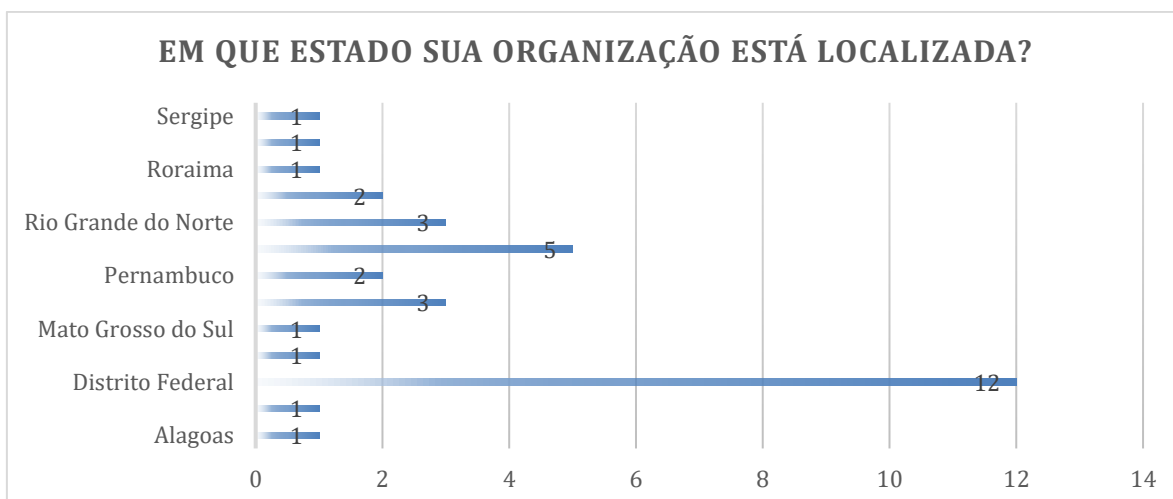


Figura 6 - Estados de localização dos órgãos pesquisados.
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Nesta conjuntura, houve a participação de vários órgãos pelo Brasil, com ênfase para os doze órgãos em Brasília, demonstrando assim interesse pelo tema por parte da capital do Brasil e de suas lideranças. Vale ressaltar que de um universo de trinta e quatro casos, a três maiores representações estão localizadas em Brasília com 35,3% e Rio de Janeiro com 14,7% e Rio Grande do Norte juntamente com Minas Gerais com 8,8% de respondentes.

A segunda pergunta era referente posição e cargo que ocupavam os coordenadores de abertura de dados, pois a pesquisa tinha por interesse verificar se estavam em posição estratégica ou em nível técnico, conforme especificado na figura abaixo:

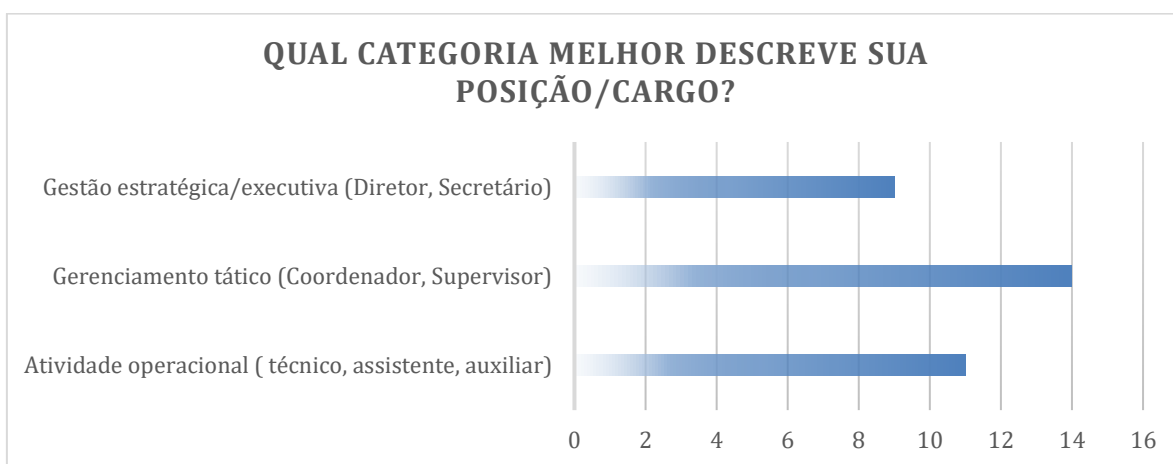


Figura 7 – Posição e cargo dos respondentes.
Fonte: elaborado pela autora.

Segundo o gráfico, dos trinta e quatro órgãos pesquisados, onze

respondentes estão em nível operacional ou técnico, sendo um total de 32,4% no universo pesquisado. Em posição de nível tático estão quatorze respondentes como coordenadores ou supervisores, sendo um total de 41,2% e identificados como diretores ou secretários apenas nove respondentes, representando um quantitativo de 26,5%.

Dando continuidade à análise a terceira pergunta referia-se ao grau de escolaridade dos respondentes, sendo de graduação, especialização, mestrado ou doutorado, conforme gráfico abaixo:

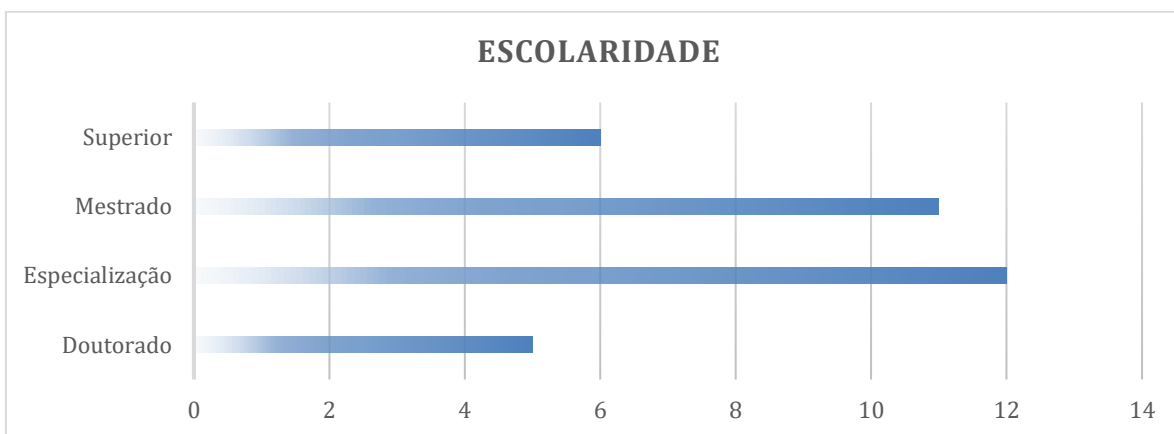


Figura 8 - Grau de escolaridade dos respondentes.
Fonte: elaborado pela autora.

A Figura 8 demonstra que dos trinta e quatro respondentes, seis estão em nível de graduação, representando 17,6% da pesquisa e doze estão em nível de especialização em alguma área sendo 35,3%, onze já possui mestrado, sendo 32,4% e apenas cinco em nível de doutorado sendo 14,7%.

É possível identificar que dos quatro casos de sucesso em 100% de abertura de dados, dois órgãos são compostos por profissionais com mestrado e dois por doutorado, podendo levar ao entendimento de que o nível de escolaridade e conhecimento adquiridos são fatores que podem ter uma grande influência na gestão e coordenação em frente a esses órgãos para a abertura desses dados, conforme explicado no gráfico abaixo.

Outro quesito que a pesquisa pretendia compreender era sobre a participação de homens e mulheres à frente da abertura de dados governamentais.

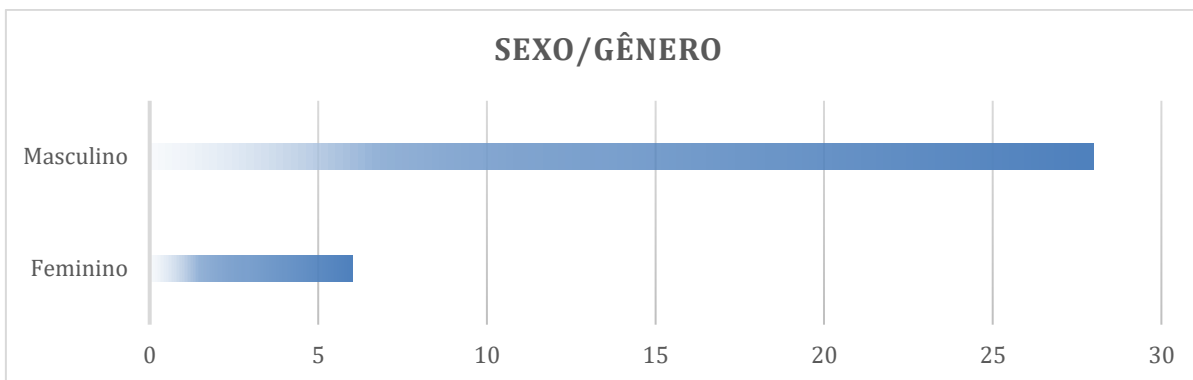


Figura 9 – Sexo dos respondentes.

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme especificado no gráfico, dos trinta e quatro órgãos pesquisados vinte e oito respondentes são homens, representando um universo de 82,4% e seis mulheres fazem parte deste universo de abertura de dados, compreendendo 17,6%. Vale ressaltar que dos quatro casos de sucesso absoluto, um caso está coordenado por uma mulher. Neste aspecto (Metz, 2014) enfatiza que a participação das mulheres frente à liderança traz benefícios como o relacionamento colaborativo e a tendência a inovação.

Finalizando esta primeira parte da análise a pesquisa pretendia compreender o tempo de serviço dos respondentes, conforme gráfico abaixo:



Figura 10 – Experiência dos respondentes com abertura de dados.

Fonte: elaborado pela autora.

Do universo de trinta e quatro casos, nove respondentes possuem experiência de até um ano, sendo 26,5%, demonstrando experiência recente em abertura de dados. Sete respondentes possuem até dois anos, representando 20,6%, dez respondentes com experiência de até três anos sendo 29,4% três com

experiência de até quatro anos, sendo 8,8% e cinco respondentes com experiência acima de cinco anos em abertura de dados, representando 14,7%.

Para a compreensão das análises realizadas com csQCA referente aos seis fatores, foi preciso identifica-los com siglas, sendo:

F1_P&E - Fatores Políticos e estratégicos

F1_P&E 1 - Consolidação da Política;

F1_P&E 2 - Disseminação da Política;

F1_P&E3 - Estratégias para abertura de dados;

F1_P&E4- Ampliação da Política;

F1_P&E5 - Estratégias ao longo prazo;

F1_P&E6 - Estratégias para abertura de dados sinalizadas com o planejamento estratégico da organização.

F1_P&E7- Falta de apelo das instâncias governamentais;

F1_P&E8 - Falta de apoio institucional.

F2_FL - Fatores Fundamentos legislativos

F2_FL1 - A legislação disponibiliza liberdade de informação;

F2_FL2 – Efetividade da legislação sobre Dados abertos;

F2_FL3 - A legislação e o apoio institucional das organizações;

F2_FL4 - A legislação e os prazos estipulados;

F2_FL5 - A legislação sobre Dados abertos e a proteção de dados;

F2_FL6 - Necessidade da formulação da legislação sobre Dados abertos.

F3_O - Fatores Arranjos Organizacionais:

F3_O1–O envolvimento das partes interessadas;

F3_O2 – A relevância do envolvimento das partes interessadas;

F3_O3- Cultura organizacional receptiva à política de dados abertos;

F3_O4 - Ambiente interno adaptável às mudanças;

F3_O5- A liderança e a transferência da importância dos dados abertos;

F3_O6 - A liderança e a coordenação dos fluxos;

F3_O7 - O órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política de dados abertos;

F3_O8- Canal de comunicação formal sobre a política de dados abertos.

F4_H&E - Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional

F4_H&E1-Conscientização da política e a necessidade do apoio do público;

F4_H&E2- Engajamento para atuar na implementação de Dados abertos;

F4_H&E3- Disponibilidade dos dados ao público externo somente se demonstrarem objetivos claros;

F4_H&E4-Público externo e capacidade de utilização de ferramentas para acesso aos dados;

F4_H&E5- Existência de cursos para capacitar o público externo;

F4_H&E6- Obtenção de orientação e planejamento para a manutenção da política;
F4_H&E7- Obtenção de treinamento, orientação e planejamento adequado.

F5_APC - Apoio público e consciência:

F5_APC1- Eventos apoiados pelo setor público e a relevância para a evolução e implementação da política;

F5_APC2-A presença de prêmios e competições entre seus órgãos visando a evolução da política de dados abertos;

F5_APC3- Organizações não governamentais e o papel ativo na implementação da Política;

F5_APC4-O nível de partilha de informação e o fomento aos dados publicados;

F5_APC5-Interferência de outros programas intergovernamentais na Política de abertura de Dados;

F5_APC6- Ação não favorável para a abertura de dados na organização.

F6_DO - Fatores no processo de desempenho organizacional

F6_DO1 -A prestação de contas ocorrer como previsto por parte do Grupo de Trabalho desta organização.

F6_DO2- O compromisso da gestão para a manutenção e continuidade do processo;

F6_DO3- Objetivos ambíguos estipulados pela organização;

F6_DO4- Foco do processo de abertura de dados na execução e não nos resultados ;

F6_DO5- O conjunto de dados da organização é suficiente para a *prestação de contas* de instâncias controladoras;

F6_DO6- Comprometimento do (GT) para a manutenção do processo de abertura de dados;

F6_DO7- Foco no processo nos resultados e não na execução.

5.1 Primeira análise comparativa com csQCA

5.1.1 Análises do fator Político e Estratégico

A variável “Político e Estratégico”, compreendida como a disponibilização de um programa de dados abertos forte e regulado, foi analisada por oito itens, conforme Figura 11 que traz as respectivas descrições:

Tosmana Report

Minimizing: 1
including

Truth Table:

v1: F1_P&E1 v2: F1_P&E2
v3: F1_P&E3 v4: F1_P&E4
v5: F1_P&E5 v6: F1_P&E6
v7: F1_P&E7 v8: F1_P&E8

O: Var_Resp id: FatorPolítico e Estratégico

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	0	0	0	1	1	1	0	case 4
0	0	0	1	1	0	0	1	0	case 31
0	0	0	1	1	0	1	1	0	case 18
0	0	0	1	1	1	0	0	0	case 8
0	0	1	1	1	0	0	1	0	case 28
0	0	1	1	1	0	1	1	0	case 21
0	0	1	1	1	1	0	0	0	case 30
0	0	1	1	1	1	1	0	0	case 3
0	1	1	1	1	1	0	0	0	case 1, case 5, case 9
1	0	0	0	1	0	0	0	0	case 29
1	0	0	1	1	0	0	0	0	case 27
1	0	1	1	0	0	0	0	0	case 10
1	0	1	1	0	1	0	0	1	case 33
1	0	1	1	1	1	0	0	1	case 2
1	1	0	0	0	1	0	0	C	case 12(1), case 20(0)
1	1	0	1	1	1	0	0	0	case 25
1	1	1	0	0	1	0	1	0	case 23
1	1	1	1	0	1	1	0	0	case 32
1	1	1	1	1	0	0	0	0	case 16, case 19
1	1	1	1	1	0	0	1	0	case 7
1	1	1	1	1	0	1	1	0	case 14
1	1	1	1	1	1	0	0	C	case 6(0), case 11(0), case 13(1), case 15(1), case 17(1), case 22(0), case 24(0), case 26(0), case 34(0)

Result(s):

F1_P&E1{1} * F1_P&E2{0} * F1_P&E3{1} * F1_P&E4{1} * F1_P&E6{1} * F1_P&E7{0} * F1_P&E8{0}
(case 2+case 33)

Figura 11 – Análise ampliada do fator 4: políticos e estratégicos.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

A primeira análise realizada com a equação geral referente o fator político e estratégico é possível identificar a presença fortemente das variáveis deste fator em quase todas as equações. Sendo $F1_P\&E1\{1\} * F1_P\&E2\{0\} * F1_P\&E3\{1\} * F1_P\&E4\{1\} * F1_P\&E6\{1\} * F1_P\&E7\{0\} * F1_P\&E8\{0\}$ evidencia a presença da variável F1_P&E1 que é a presença da Política consolidada no órgão, e a ausência da variável F1_P&E2 referindo-se à disseminação da mesma. Identifica as presenças das variáveis F1_P&E3, F1_P&E4 e F1_P&E6 que corresponde que as estratégias formuladas pelo Poder Executivo têm colaborado e contribuído para a implementação/Gestão da Política de dados abertos na organização, de forma que a mesma seja ampliada a mais setores e departamentos.

Uma variável presente é a que se refere ao Plano de Dados Abertos (PDA) em sintonia com o planejamento estratégico da organização. As variáveis F1_P&E7 e F1_P&E8 estão ausentes na equação geral, sinalizando que não

houve a falta de apelo das instâncias governamentais para a abertura de dados nas organizações e que não houve a falta de apoio institucional para a implementação da Política de Dados abertos para os casos de sucesso 2 e 33.

Tosmana Report

Settings:
Minimizing: 1 including R

Truth Table:

v1: F1_P&E1 v2: F1_P&E2
v3: F1_P&E3 v4: F1_P&E4
v5: F1_P&E5 v6: F1_P&E6
v7: F1_P&E7 v8: F1_P&E8

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	0	0	0	1	1	1	0	case 4
0	0	0	1	1	0	0	1	0	case 31
0	0	0	1	1	0	1	1	0	case 18
0	0	0	1	1	1	0	0	0	case 8
0	0	1	1	1	0	0	1	0	case 28
0	0	1	1	1	0	1	1	0	case 21
0	0	1	1	1	1	0	0	0	case 30
0	0	1	1	1	1	1	0	0	case 3
0	1	1	1	1	1	0	0	0	case 1, case 5, case 9
1	0	0	0	1	0	0	0	0	case 29
1	0	0	1	1	0	0	0	0	case 27
1	0	1	1	0	0	0	0	0	case 10
1	0	1	1	0	1	0	0	1	case 33
1	0	1	1	1	1	0	0	1	case 2
1	1	0	0	0	1	0	0	C	case 12(1), case 20(0)
1	1	0	1	1	1	0	0	0	case 25
1	1	1	0	0	1	0	1	0	case 23
1	1	1	1	0	1	1	0	0	case 32
1	1	1	1	1	0	0	0	0	case 16, case 19
1	1	1	1	1	0	0	1	0	case 7
1	1	1	1	1	0	1	1	0	case 14
1	1	1	1	1	1	0	0	C	case 6(0), case 11(0), case 13(1), case 15(1), case 17(1), case 22(0), case 24(0), case 26(0), case 34(0)

Result(s):
F1_P&E1{1}F1_P&E2{0}F1_P&E6{1}
(case 2+case 33)

Figura 12 - Análise reduzida do fator 1: político e estratégico.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta segunda análise foi realizada a análise minimizada que segundo Rihoux&Meur (2009) é a “redução” de uma expressão longa, complexa em uma expressão mais curta e mais parcimoniosa. Após a minimização identificou-se a seguinte equação: F1_P&E1{1}F1_P&E2{0}F1_P&E6{1} sendo possível identificar novamente a presença da variável F1_P&E1 que corresponde que a Política foi consolidada no órgão, associada com a ausência da variável F1_P&E2 que refere-se a disseminação da política de dados abertos. Também foi possível identificar a presença da variável F1_P&E6 que corresponde que as estratégias para abertura de dados sinalizadas no Plano de Dados Abertos (PDA) estão

associadas ao planejamento estratégico da organização.

Neste contexto, é possível afirmar que nas equações gerais e minimizadas o fator Político e estratégico está fortemente presente nos órgãos pesquisados, trazendo consigo a característica mais marcante a consolidação da Política através do Plano de Dados Abertos (PDA) em sintonia com o planejamento estratégico da organização, sinalizando assim a importância da institucionalização da Política através de canais formais para que haja êxito da Política.

5.1.2 Análise do fator Legislativo

A variável “Fundamento Legislativos”, compreendida como forte liberdade de informação e do apoio institucional à proteção de dados, foi analisada por seis itens, conforme Figura 13, que traz as respectivas descrições:

Tosmana Report							
Settings:							
		Minimizing: 1					
		including					
Truth Table:							
v1:	F2_FL1	v2:	F2_FL2				
v3:	F2_FL3	v4:	F2_FL4				
v5:	F2_FL5	v6:	F2_FL6				
O:	Var_Resp	id:	CASOS				
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
0	0	0	0	0	0	0	case 24
0	0	0	0	1	0	0	case 7, case 27
0	0	0	1	1	0	0	case 20
0	0	1	1	1	0	0	case 8
0	1	1	0	0	0	0	case 22
0	1	1	0	1	0	0	case 10
0	1	1	1	1	0	0	case 19
1	0	0	0	0	1	1	case 17
1	0	0	0	1	0	0	case 28
1	0	0	1	1	0	0	case 3, case 31
1	0	1	1	1	0	0	case 11
1	1	0	0	0	0	1	case 2
1	1	0	0	1	0	0	case 9, case 18, case 25, case 29
1	1	1	0	0	0	C	case 12(1), case 23(0)
1	1	1	0	0	1	0	case 4
1	1	1	0	1	0	C	case 15(1), case 21(0), case 34(0)
1	1	1	0	1	1	0	case 14
1	1	1	1	0	0	0	case 5
1	1	1	1	0	1	0	case 30, case 32
1	1	1	1	1	0	C	case 1(0), case 6(0), case 16(0), case 26(0), case 33(1)
1	1	1	1	1	1	1	case 13

Result(s):	
$F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{1\} * F2_FL4\{1\} * F2_FL5\{1\} * F2_FL6\{1\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{0\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{1\}$	<p>(case 2) (case 13) (case 17)</p>

Figura 13 - Análise ampliada do fator 4: legislativo.
 Fonte: TosmanaReport (1.61).

A primeira análise realizada com a equação geral referente o fator

legislativo apresenta a presença da variável F2_FL1 que corresponde que a legislação sobre Dados abertos disponibiliza liberdade de informação e a presença da variável F2_FL2 que sinaliza que a legislação sobre Dados abertos tem sido efetiva nos seus objetivos.

A ausência da variável F2_FL3 sinaliza a falta do apoio institucional das organizações quanto à legislação vigente; a ausência da variável F2_FL4 referente aos prazos estipulados nos processos de implementação/Gestão da política; ausência da variável F2_FL5 que a legislação leva em conta a proteção de dados da organização; e a ausência da variável F2_FL6 sobre a necessidade de a legislação ser reformulada para o alcance dos objetivos de abertura de dados.

Tosmana Report

Settings: Minimizing: 1 including R

Truth Table:

v1:	F2_FL1	v2:	F2_FL2
v3:	F2_FL3	v4:	F2_FL4
v5:	F2_FL5	v6:	F2_FL6

O:	Var_Resp	id:	CASOS				
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
0	0	0	0	0	0	0	case 24
0	0	0	0	1	0	0	case 7, case 27
0	0	0	1	1	0	0	case 20
0	0	1	1	1	0	0	case 8
0	1	1	0	0	0	0	case 22
0	1	1	0	1	0	0	case 10
0	1	1	1	1	0	0	case 19
1	0	0	0	0	1	1	case 17
1	0	0	0	1	0	0	case 28
1	0	0	1	1	0	0	case 3, case 31
1	0	1	1	1	0	0	case 11
1	1	0	0	0	0	1	case 2
1	1	0	0	1	0	0	case 9, case 18, case 25, case 29
1	1	1	0	0	0	C	case 12(1), case 23(0)
1	1	1	0	0	1	0	case 4
1	1	1	0	1	0	C	case 15(1), case 21(0), case 34(0)
1	1	1	0	1	1	0	case 14
1	1	1	1	0	0	0	case 5
1	1	1	1	0	1	0	case 30, case 32
1	1	1	1	1	0	C	case 1(0), case 6(0), case 16(0), case 26(0), case 33(1)
1	1	1	1	1	1	1	case 13

Result(s):

$$F2_FL1\{1\}F2_FL3\{0\}F2_FL5\{0\} + F2_FL4\{1\}F2_FL5\{1\}F2_FL6\{1\}$$

(case 2+case 17) (case 13)

Figura 14 – Análise reduzida do Fator 2: fundamentos legislativos.
 Fonte: TosmanaReport (1.61).

Com a análise reduzida do fator foi possível chegar a duas equações:
 $F2_FL1\{1\}F2_FL3\{0\}F2_FL5\{0\} + F2_FL4\{1\}F2_FL5\{1\}F2_FL6\{1\}$ que identifica a

presença da variável F2_FL1 sinalizando novamente que a legislação sobre Dados abertos tem disponibilizado liberdade de informação, a ausência da variável F2_FL3 identificando a falta de apoio institucional das organizações quanto à legislação; ausência da variável F2_FL5 que leva em conta a proteção de dados da organização.

Para os casos 2 e 17 de sucesso a equação apresentada foi F2_FL4{1}F2_FL5{1}F2_FL6{1} que sinaliza a presença da variável F2_FL4 que identifica que a legislação e os prazos estipulados têm considerado os processos de implementação/Gestão da política; a presença da variável F2_FL5 que leva em conta a proteção de dados da organização; e a presença da variável F2_FL6 sobre a necessidade de a legislação ser reformulada para o alcance dos objetivos em abertura de dados.

5.1.3 Análise do fator Arranjos Organizacionais

A variável “Organizacional”, compreendida como uma forte liderança, o envolvimento das pessoas e das partes interessadas, e uma cultura aberta e adequada para o alcance dos objetivos, foram analisadas por oito itens, conforme Figura 15, que traz as respectivas descrições:

Tosmana Report								
Algorithm: Quine								
File: C:\Users\GRE\Downloads\Marcela_DataBase_convertido.xml								
Settings:								
Minimizing: 1								
including								
Truth Table:								
v1:	F3_O1	v2:	F3_O2					
v3:	F3_O3	v4:	F3_O4					
v5:	F3_O5	v6:	F3_O6					
v7:	F3_O7	v8:	F3_O8					
O:	Var_Resp	id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	1	0	1	1	0	case 25
0	1	0	0	0	0	1	1	case 12
0	1	1	1	1	1	0	1	case 15
1	0	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 7(0), case 33(1)
1	0	0	0	0	1	0	0	case 3, case 30, case 31
1	0	0	0	0	1	1	0	case 5
1	0	0	0	1	1	0	0	case 1
1	0	0	1	0	0	1	0	case 19
1	0	0	1	1	0	1	0	case 14
1	0	0	1	1	1	0	C	case 6(0), case 13(1)
1	0	0	1	1	1	1	0	case 8
1	0	1	0	0	1	0	0	case 22
1	0	1	1	1	1	0	0	case 20, case 27
1	1	0	0	0	0	0	C	case 2(1), case 21(0)
1	1	0	0	0	1	0	0	case 24
1	1	0	1	0	0	0	0	case 34
1	1	0	1	0	1	0	0	case 9
1	1	0	1	1	0	1	0	case 32

1	1	1	0	0	1	0	0	case 29
1	1	1	1	0	1	0	0	case 10, case 28
1	1	1	1	1	0	1	0	case 26
1	1	1	1	1	1	0	0	case 18
1	1	1	1	1	1	1	C	case 11(0), case 16(0), case 17(1), case 23(0)

Result(s):

$$F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{0\} * F3_O5\{0\} * F3_O6\{0\} * F3_O7\{0\} * F3_O8\{1\} + F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{0\}$$

(case 12) (case 15)

Figura 15 – Análise ampliada do fator 4: organizacional.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

A primeira análise realizada referente ao fator Arranjo organizacional traz duas equações que demonstram a presença de algumas variáveis associadas ao sucesso, porém a maioria dos resultados apresentaram ausências, sendo a equação $F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{0\} * F3_O5\{0\} * F3_O6\{0\} * F3_O7\{0\} * F3_O8\{1\}$ que sinaliza a ausência da variável F3_O2 que refere-se a relevância do envolvimento das partes interessadas no processo de implementação da política de dados abertos; a presença da variável F3_O3 quanto a cultura organizacional ser receptiva à política de dados abertos; e a ausência da variável F3_O4 referente ao ambiente interno da organização ser adaptável às mudanças e variações da advindos do público externo.

A ausência da variável F3_O5 sobre o reconhecimento da liderança em transferir ao ambiente organizacional a importância do programa de dados abertos; a ausência da variável F3_O6 sobre a liderança coordenar os fluxos e processos da implementação da política de dados abertos; e a ausência da variável F3_O7 que sinaliza que o órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política a respeito do plano dados abertos de sua organização; a presença da variável F3_O8 sobre haver canal de comunicação formal sobre a conscientização das pessoas sobre a política de dados abertos na organização para o caso 12 de sucesso.

A equação $F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{0\}$ que sinaliza a presença novamente da variável F3_O3 que corresponde que a cultura organizacional da organização é receptiva à política de dados abertos, sendo uma variável presente tanto para os casos 12 e 15.

Tosmana Report

Settings: Minimizing: 1 including R

Truth Table:

v1: F3_O1 v2: F3_O2
v3: F3_O3 v4: F3_O4
v5: F3_O5 v6: F3_O6
v7: F3_O7 v8: F3_O8

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	1	0	0	0	0	1	1	case 12
0	0	1	1	1	1	1	0	1	case 15
0	1	0	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 7(0), case 33(1)
0	1	0	0	0	0	1	0	0	case 30, case 31
0	1	0	0	0	1	1	0	0	case 1
0	1	0	0	1	1	0	1	0	case 14
0	1	0	0	1	1	1	0	1	case 13
0	1	0	1	1	1	1	0	0	case 20, case 27
0	1	1	0	0	0	0	0	C	case 2(1), case 21(0)
0	1	1	1	0	0	1	0	0	case 29
0	1	1	1	1	0	1	0	0	case 28
0	1	1	1	1	1	1	0	0	case 18
0	1	1	1	1	1	1	1	0	case 16
1	0	0	0	1	0	1	1	0	case 25
1	1	0	0	0	0	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	1	1	0	case 5
1	1	0	0	1	0	0	1	0	case 19
1	1	0	0	1	1	1	0	0	case 6
1	1	0	0	1	1	1	1	0	case 8
1	1	0	1	0	0	1	0	0	case 22
1	1	1	0	0	0	1	0	0	case 24
1	1	1	0	1	0	0	0	0	case 34
1	1	1	0	1	0	1	0	0	case 9
1	1	1	0	1	1	0	1	0	case 32
1	1	1	1	1	0	1	0	0	case 10
1	1	1	1	1	1	0	1	0	case 26
1	1	1	1	1	1	1	1	C	case 11(0), case 17(1), case 23(0)

Result(s):

F3_O1{0}F3_O2{0}+ F3_O1{0}F3_O4{0}F3_O5{1}F3_O7{1}
(case 12+case 15) (case 13)

F3_O1{0}F3_O2{0}+ F3_O1{0}F3_O4{0}F3_O5{1}F3_O8{0}
(case 12+case 15) (case 13)

F3_O2{0}F3_O3{1}+ F3_O1{0}F3_O4{0}F3_O5{1}F3_O7{1}
(case 12+case 15) (case 13)

Figura 16 - Análise reduzida do fator 3: organizacional.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Com a redução na análise foi possível identificar variáveis que podem levar ao sucesso, sendo que para o caso 13 de sucesso há a presença fortemente das variáveis F3_O5 e F3_O7 nas equações correspondendo a presença do reconhecimento da liderança em transferir ao ambiente organizacional a importância do programa de dados abertos e a presença de F3_O7 que sinaliza que o órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política a respeito do plano dados abertos da organização.

5.1.4 Análise do fator Habilidade e Apoio Educacional

A variável “Habilidade e Apoio Educacional”, compreendida como a participação de usuários potenciais e com o apoio de programas que proporcionam treinamentos para o aperfeiçoamento destes usuários. Foi analisada por sete itens, conforme Figura 17 que traz as respectivas descrições:

Tosmana Report								
Minimizing: 1 including								
Truth Table:								
v1:	F4_H&E1	v2:	F4_H&E2					
v3:	F4_H&E3	v4:	F4_H&E4					
v5:	F4_H&E5	v6:	F4_H&E6					
v7:	F4_H&E7							
O:	Var_Resp	id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	0	0	0	1	0	case 14
0	0	1	1	1	0	0	0	case 4
0	0	1	1	1	1	1	0	case 5
0	1	0	0	0	0	0	0	case 1, case 25
0	1	0	0	0	1	1	0	case 6, case 24
0	1	0	0	1	1	1	0	case 22
0	1	0	1	0	0	0	0	case 28
0	1	0	1	0	1	1	C	case 15(1), case 23(0), case 33(1)
0	1	0	1	1	0	0	C	case 9(0), case 17(1), case 21(0), case 34(0)
0	1	0	1	1	1	1	0	case 18
0	1	1	0	0	0	0	0	case 20, case 29
0	1	1	0	0	1	1	0	case 7
0	1	1	0	0	1	3	0	case 10
0	1	1	0	1	0	0	0	case 30
0	1	1	1	0	0	0	0	case 3
0	1	1	1	1	1	1	0	case 32
1	1	0	0	0	0	1	1	case 12
1	1	0	0	0	1	1	C	case 8(0), case 13(1), case 16(0), case 31(0)
1	1	0	0	1	0	0	0	case 11
1	1	0	0	1	1	1	0	case 27
1	1	0	1	0	1	1	0	case 26
1	1	1	0	0	0	0	0	case 19
1	1	1	0	0	1	0	1	case 2

Result(s):
 $F4_H\&E1\{1\} * F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{1\} * F4_H\&E4\{0\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{1\} * F4_H\&E7\{0\} + F4_H\&E1\{1\} * F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{0\} * F4_H\&E4\{0\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{0\} * F4_H\&E7\{1\}$
(case 2) (case 12)

Figura 17 - Análise ampliada do fator 4: habilidade e apoio educacional
Fonte: TosmanaReport (1.61).

A primeira análise realizada referente ao fator Habilidade e Apoio Educacional traz duas equações a seguir:

$$F4_H\&E1\{1\} * F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{1\} * F4_H\&E4\{0\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{1\} * F4_H\&E7\{0\} + F4_H\&E1\{1\} * F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{0\} * F4_H\&E4\{0\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{0\} * F4_H\&E7\{1\}$$

para os (case 2) e (case 12).

Na primeira equação é possível verificar a presença da variável

F4_H&E1 que trata da conscientização da política de dados abertos na organização com a necessidade do apoio do público; a presença da variável F4_H&E2 que diz respeito ao engajamento para atuar na implementação de Dados abertos; a presença da variável F4_H&E3 que especifica que os dados devem ser disponíveis ao público externo apenas se demonstrarem objetivos claros.

A ausência da variável F4_H&E4 sobre a importância do público externo apresentar capacidade de utilização das ferramentas para ter acesso aos dados; a ausência da variável F4_H&E5 que especifica a existência de cursos para capacitar o público externo a terem acesso à política de dados abertos; a presença da variável F4_H&E6 sobre o recebimento de orientação ou planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos; e a ausência da variável F4_H&E7 que trata do recebimento de treinamento, orientação e planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos.

Na segunda equação é relevante mencionar a repetição da presença dos fatores F4_H&E1 e F4_H&E2 para o sucesso tanto nos casos 2 e 12 que enfatiza a conscientização da política de dados abertos na organização com a necessidade do apoio do público e o engajamento para atuar na implementação de Dados abertos na organização.

Tosmana Report								
Settings:								
Minimizing: 1		R						
including								
TruthTable:								
v1:	F4_H&E1	v2:	F4_H&E2					
v3:	F4_H&E3	v4:	F4_H&E4					
v5:	F4_H&E5	v6:	F4_H&E6					
v7:	F4_H&E7							
O:	Var_Resp	id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	0	0	0	1	0	case 14
0	0	1	1	1	0	0	0	case 4
0	0	1	1	1	1	1	0	case 5
0	1	0	0	0	0	0	0	case 1, case 25
0	1	0	0	0	1	1	0	case 6, case 24
0	1	0	0	1	1	1	0	case 22
0	1	0	1	0	0	0	0	case 28
0	1	0	1	0	1	1	C	case 15(1), case 23(0), case 33(1)
0	1	0	1	1	0	0	C	case 9(0), case 17(1), case 21(0), case 34(0)
0	1	0	1	1	1	1	0	case 18
0	1	1	0	0	0	0	0	case 20, case 29
0	1	1	0	0	1	1	0	case 7
0	1	1	0	0	1	3	0	case 10
0	1	1	0	1	0	0	0	case 30
0	1	1	1	0	0	0	0	case 3

0	1	1	1	1	1	1	0	case 32
1	1	0	0	0	0	1	1	case 12
1	1	0	0	0	1	1	C	case 8(0), case 13(1), case 16(0), case 31(0)
1	1	0	0	1	0	0	0	case 11
1	1	0	0	1	1	1	0	case 27
1	1	0	1	0	1	1	0	case 26
1	1	1	0	0	0	0	0	case 19
1	1	1	0	0	1	0	1	case 2

Result(s):

F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E1{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}
F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E2{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}
F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E1{1}F4_H&E3{0}F4_H&E5{0}F4_H&E6{0}
F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E1{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}
F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E2{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}
F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ (case 2)	(case 12)	F4_H&E1{1}F4_H&E3{0}F4_H&E5{0}F4_H&E6{0}

Figura 18 - Análise reduzida do fator 4: habilidade e apoio educacional.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Após a análise foi possível identificar a presença da variável F4_H&E1 em quase todas as equações para os casos 02 de sucesso, reforçando que a conscientização da Política é necessária para o sucesso desta Política; a presença da variável F4_H&E6 que evidencia a presença da obtenção de orientação ou planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos; e a presença na maioria dos casos da variável F4_H&E3 que evidencia que os dados devem ser disponíveis ao público externo apenas se demonstrarem objetivos claros.

Nos casos doze (12) de sucesso é possível evidenciar a presença da variável F4_H&E1 na conscientização da política de dados abertos na organização foi necessário o apoio do público; e a presença combinada da variável F4_H&E7 referente a obtenção de treinamento, orientação e planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos.

5.1.5 Análise do fator Apoio Público e Consciência

A variável “Apoio Público e Consciência”, compreendida como o engajamento das organizações para que sejam ativas em eventos de dados abertos, competições e prêmios proporcionados pelo setor público, com o aumento de informações sobre dados abertos. Esta variável foi analisada por seis itens, conforme figura 19, que traz as respectivas descrições:

Tosmana Report							
Settings:							
Minimizing: 1 including							
Truth Table:							
v1:	F5_APC1	v2:	F5_APC2				
v3:	F5_APC3	v4:	F5_APC4				
v5:	F5_APC5	v6:	F5_APC6				
O:	Var_Resp	id:	CASOS				
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
1	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 8(0), case 9(0), case 20(0), case 22(0), case 25(0), case 33(1)
1	0	0	0	0	1	0	case 30
1	0	0	0	1	1	0	case 27
1	0	0	1	0	0	C	case 6(0), case 12(1), case 18(0), case 28(0)
1	0	0	1	1	0	C	case 5(0), case 17(1), case 31(0)
1	0	1	0	1	0	0	case 32
1	0	1	1	0	0	0	case 10, case 16, case 26
1	0	1	1	0	1	0	case 7, case 23
1	0	1	1	1	0	C	case 2(1), case 11(0), case 34(0)
1	1	0	0	1	0	0	case 1
1	1	0	1	1	0	C	case 15(1), case 24(0)
1	1	0	1	1	1	0	case 14
1	1	1	1	0	0	0	case 3, case 29
1	1	1	1	1	0	C	case 13(1), case 19(0), case 21(0)
Result(s):							

Figura 19 - Análise ampliada do fator 5:apoio público e consciência.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Não há equação minimizada para o Fator 5, pois não há configuração exclusiva para os casos de sucesso. Todos os sucessos tiveram combinações com contradição.

5.1.6 Análise do fator Desempenho Organizacional

A variável “Desempenho Organizacional”, compreendida como o compromisso e objetivos organizacionais. Esta variável foi analisada por sete itens, conforme Figura 20, que traz as respectivas descrições:

TosmanaReport								
Settings:								
Minimizing: 1 including								
Truth Table:								
v1:	F6_DO1	v2:	F6_DO2					
v3:	F6_DO3	v4:	F6_DO4					
v5:	F6_DO5	v6:	F6_DO6					
v7:	F6_DO7							
O:	Var_Resp	id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	0	0	0	0	0	case 14
0	0	0	1	0	0	0	0	case 31
0	0	0	1	0	0	1	0	case 5
0	0	1	1	0	0	1	0	case 4, case 18, case 30
0	0	1	1	1	1	1	1	case 12
0	1	0	0	1	1	0	0	case 19
0	1	0	1	0	0	0	0	case 9, case 20
1	0	1	1	1	0	1	0	case 28
1	0	1	1	1	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	0	0	case 32
1	1	0	0	0	1	0	C	case 1(0), case 2(1), case 11(0), case 26(0), case 33(1)
1	1	0	0	0	1	1	0	case 22
1	1	0	0	1	0	0	0	case 7
1	1	0	0	1	1	0	C	case 6(0), case 10(0), case 13(1), case 15(1), case 16(0), case 25(0), case 27(0), case 29(0), case 34(0)
1	1	0	1	1	0	0	C	case 17(1), case 21(0)
1	1	0	1	1	1	1	0	case 23
1	1	1	0	0	1	0	0	case 24
1	1	1	0	1	1	0	0	case 8
Result(s):								
F6_DO1{0} * F6_DO2{0} * F6_DO3{1} * F6_DO4{1} * F6_DO5{1} * F6_DO6{1} * F6_DO7{1}								
(case 12)								

Figura 20 - Saída geral de software referente ao fator 6: desempenho organizacional.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Para a primeira análise referente ao Desempenho Organizacional foi dada a seguinte equação: $F6_DO1\{0\} * F6_DO2\{0\} * F6_DO3\{1\} * F6_DO4\{1\} * F6_DO5\{1\} * F6_DO6\{1\} * F6_DO7\{1\}$ para o caso de sucesso (case 12) especificando a ausência da variável F6_DO1 referente a prestação de contas ocorrer como previsto por parte do Grupo de Trabalho da organização; a ausência da variável F6_DO2 referente ao compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados ser contínuo ao longo do processo; a presença da variável F6_DO3 referente aos objetivos estipulados pela organização para a abertura de dados não estarem ambíguos.

A presença da variável F6_DO4 que considera que o foco no processo de abertura de dados estava somente na execução e não nos resultados; a presença da variável F6_DO5 referente ao conjunto de dados fornecidos na área de dados abertos nesta organização são suficientes para a prestação de contas de instâncias controladoras ou seus representantes; a presença da variável F6_DO6 em que o compromisso dos participantes do grupo de trabalho (GT) estar contínuo

para a manutenção do processo de abertura de dados; a presença da variável F6_DO7 sobre o foco no processo de abertura de dados estar somente nos resultados e não na execução.

Tosmana Report

Algorithm: Graph-based Agent
 File: C:\Embrapa_Abr_2018\Cleudson\Doutorado_ADM\Disciplinas_2020_01\Marcela_DataBase_convertido.xml

Settings:
 Minimizing: 1
 including R

Truth Table:

v1:	F6_DO1	v2:	F6_DO2
v3:	F6_DO3	v4:	F6_DO4
v5:	F6_DO5	v6:	F6_DO6
v7:	F6_DO7		

O:	Var_Resp	id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	0	0	0	0	0	case 14
0	0	0	1	0	0	0	0	case 31
0	0	0	1	0	0	1	0	case 5
0	0	1	1	0	0	1	0	case 4, case 18, case 30
0	0	1	1	1	1	1	1	case 12
0	1	0	0	1	1	0	0	case 19
0	1	0	1	0	0	0	0	case 9, case 20
1	0	1	1	1	0	1	0	case 28
1	0	1	1	1	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	0	0	case 32
1	1	0	0	0	1	0	C	case 1(0), case 2(1), case 11(0), case 26(0), case 33(1)
1	1	0	0	0	1	1	0	case 22
1	1	0	0	1	0	0	0	case 7
1	1	0	0	1	1	0	C	case 6(0), case 10(0), case 13(1), case 15(1), case 16(0), case 25(0), case 27(0), case 29(0), case 34(0)
1	1	0	1	1	0	0	C	case 17(1), case 21(0)
1	1	0	1	1	1	1	0	case 23
1	1	1	0	0	1	0	0	case 24
1	1	1	0	1	1	0	0	case 8

Result(s):

- F6_DO1{0}F6_DO2{0}F6_DO5{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO2{0}F6_DO6{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO3{1}F6_DO5{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO3{1}F6_DO6{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO4{1}F6_DO5{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO4{1}F6_DO6{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO5{1}F6_DO7{1}
(case 12)
- F6_DO1{0}F6_DO6{1}F6_DO7{1}
(case 12)
- F6_DO2{0}F6_DO6{1}F6_DO7{1}
(case 12)
- F6_DO3{1}F6_DO6{1}F6_DO7{1}
(case 12)

Figura 21 - Análise reduzida do fator 6: desempenho organizacional.
 Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta análise reduzida ocorreram várias combinações apenas para um (01) caso de sucesso, sendo o caso doze (12), porém não deu equação parcimoniosa para explicar o sucesso com este fator.

5.2 Segunda análise comparativa com csQCA

Como na pesquisa existem apenas quatro (4) casos de sucesso absoluto com 100% de dados abertos, optou-se em utilizá-los, em contrapartida, os 4 primeiros casos de insucesso total, que não publicaram nenhum dado. Sendo eles os casos 2, 15, 17, 33 de sucesso e casos 3,4,5 e 6 de Insucesso. E para complementação desta análise foi necessário dicotomizar os fatores. Para isto, após a soma de todas as variáveis presentes (1) nas linhas referentes a cada fator específico, tirou-se a média da coluna inteira.

Assim ficou estabelecido que valores iguais ou menores que a média serão baixos, equivalente a 0 e os valores acima da média o valor seria 1, conforme fórmula abaixo:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

Após a retirada da média foi possível elaborar a dicotomização de todos os fatores f1,f2,f3,f4,f5,f6, sendo possível unificar os fatores para apenas 1 variável e importar a planilha para o *software* conforme especificado abaixo:

CASES	FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3	FATOR 4	FATOR 5	FATOR 6	VSR RESP
case 2	1	0	0	1	1	0	1
case 3	1	0	0	0	1	1	0
case 4	0	1	0	0	0	0	0
case 5	1	1	0	1	1	0	0
case 6	1	1	1	0	0	1	0
case 15	1	1	1	1	1	1	1
case 17	1	0	1	0	1	1	1
case 33	0	1	0	1	0	0	1

Figura 22 – Tabela verdade importada do Tosmana.
Fonte: Tosmana (1.61).

Para todas as análises abaixo, com exceção do Fator 3, os resultados culminaram em equações parcimoniosas com a exclusão das combinações contraditórias.

5.2.1 Análise do 1 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso

```

TosmanaReport

Settings:
    Minimizing: 1
    including

TruthTable:
v1:    F1_P&E1  v2:    F1_P&E2
v3:    F1_P&E3  v4:    F1_P&E4
v5:    F1_P&E5  v6:    F1_P&E6
v7:    F1_P&E7  v8:    F1_P&E8

O:      Var_Resp  id:      CASOS

v1      v2      v3      v4      v5      v6      v7      v8      O      id
0       0       0       0       0       1       1       1       0     case 4
0       0       1       1       1       1       1       0       0     case 3
0       1       1       1       1       1       0       0       0     case 5
1       0       1       1       0       1       0       0       1     case 33
1       0       1       1       1       1       0       0       1     case 2
1       1       1       1       1       1       0       0       C     case 6(0), case 15(1), case
17(1)

Result(s):

F1_P&E1{1} * F1_P&E2{0} * F1_P&E3{1} * F1_P&E4{1} * F1_P&E6{1} * F1_P&E7{0} * F1_P&E8{0}
(case 2+case 33)

```

Figura 23 - Análise ampliada do 1 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Após a análise foi possível identificar nas equações a presença de fatores primordiais e associados ao sucesso na abertura de dados somente com os casos extremos, sendo a presença das variáveis F1_P&E1, F1_P&E3, F1_P&E4 e F1_P&E6 que correspondem que a política de dados abertos está consolidada; que as estratégias formuladas do Poder Executivo têm colaborado para a implementação/Gestão da Política de dados abertos nesta organização; as estratégias do Poder Executivo têm contribuído para que a política de dados abertos neste órgão seja ampliada de forma que mais setores (departamentos) disponibilizem dados; as estratégias para abertura de dados estão sinalizadas no Plano de Dados Abertos (PDA) estão conforme o planejamento estratégico desta organização.

Foi possível identificar também as ausências das variáveis F1_P&E2, F1_P&E7 e F1_P&E8 que correspondem que a política de dados abertos foi disseminada inicialmente a todos desta organização; a falta de apelo das instâncias governamentais para a abertura de dados nas organizações; e a falta de algum apoio institucional para a implementação da Política de Dados abertos na organização.

TosmanaReport									
Settings:									
	Minimizing:		1 C						
	including		R						
TruthTable:									
v1:	F1_P&E1			v2: F1_P&E2					
v3:	F1_P&E3			v4: F1_P&E4					
v5:	F1_P&E5			v6: F1_P&E6					
v7:	F1_P&E7			v8: F1_P&E8					
O:	Var_Resp id:		CASOS						
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	0	0	0	1	1	1	0	case 4
0	0	1	1	1	1	1	0	0	case 3
0	1	1	1	1	1	0	0	0	case 5
1	0	1	1	0	1	0	0	1	case 33
1	0	1	1	1	1	0	0	1	case 2
1	1	1	1	1	1	0	0	C	case 6(0), case 15(1), case 17(1)
Result(s):									
F1_P&E1{1}									
(case 2+case 6,case 15,case 17+case 33)									

Figura 24 - Análise reduzida do fator 1 com 4 casos de de sucesso e 4 casos insucesso.

Fonte: TosmanaReport (1.61).

Com a minimização booleana foi possível identificar a presença da variável F1_P&E1 que identifica que a política de dados abertos está consolidada no órgão, sendo um fator fortemente presente nos órgãos.

5.2.2 Análise do 2 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso

TosmanaReport

Algorithm: Quine
 File: C:\Users\intel\Downloads\Marcela_DataBase_convertido (1).xml
 Settings:

Minimizing: 1
 including

TruthTable:

v1:	F2_FL1	v2:	F2_FL2
v3:	F2_FL3	v4:	F2_FL4
v5:	F2_FL5	v6:	F2_FL6

O:	Var_Resp	id:	CASOS
----	----------	-----	-------

v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
1	0	0	0	0	1	1	case 17
1	0	0	1	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	1	case 2
1	1	1	0	0	1	0	case 4
1	1	1	0	1	0	1	case 15
1	1	1	1	0	0	0	case 5
1	1	1	1	1	0	C	case 6(0), case 33(1)

Result(s):

$$\begin{aligned}
 & F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{1\} * \\
 & F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{1\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{0\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{1\} \\
 & \quad \text{(case 2)} \quad \text{(case 15)} \quad \text{(case 17)}
 \end{aligned}$$

CreatedwithTosmanaVersion 1.61

Figura 25 - Análise ampliada do 2 fator com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso.
 Fonte: TosmanaReport (1.61).

Conforme especificado o fator dois (2) gerou três (3) equações gerais, sendo que a variável que está em evidência é a variável F2_FL1 referente à legislação sobre dados abertos disponibilizar liberdade de informação, presente em todas as equações, sendo associado ao sucesso da abertura de dados governamentais.

A presença da variável F2_FL2 está presente para os casos 2 e 15 correspondendo que as legislações sobre Dados abertos têm sido efetivas nos seus objetivos. Outras variáveis não demonstraram resultados de sucesso nestas análises, estando presente em uma ou nenhuma equação.

TosmanaReport							
Settings:							
	Minimizing:	1 C					
	including	R					
TruthTable:							
v1:	F2_FL1	v2:	F2_FL2				
v3:	F2_FL3	v4:	F2_FL4				
v5:	F2_FL5	v6:	F2_FL6				
O:	Var_Resp	id:	CASOS				
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
1	0	0	0	0	1	1	case 17
1	0	0	1	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	1	case 2
1	1	1	0	0	1	0	case 4
1	1	1	0	1	0	1	case 15
1	1	1	1	0	0	0	case 5
1	1	1	1	1	0	C	case 6(0), case 33(1)
Result(s):							
	F2_FL2{1}F2_FL5{1}+		F2_FL3{0}F2_FL4{0}				
	(case 6,case 33+case 15)		(case 2+case 17)				
	F2_FL2{1}F2_FL5{1}+		F2_FL3{0}F2_FL5{0}				
	(case 6,case 33+case 15)		(case 2+case 17)				
	F2_FL3{0}F2_FL4{0}+		F2_FL3{1}F2_FL5{1}				
	(case 2+case 17)		(case 6,case 33+case 15)				
	F2_FL3{0}F2_FL5{0}+		F2_FL3{1}F2_FL5{1}				
	(case 2+case 17)		(case 6,case 33+case 15)				

Figura 26 - Análise reduzida do fator 2 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Após esta análise é possível evidenciar fortemente a presença das variáveis F2_FL2 e F2_FL5 relacionadas à legislação sobre Dados abertos ser efetiva nos seus objetivos e a legislação sobre Dados abertos levar em conta a proteção de dados da organização.

5.2.3 Análise do fator 3 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso

TosmanaReport					
Settings:					
	Minimizing:	1			
	including				
TruthTable:					
v1:	F3_O1	v2:	F3_O2		
v3:	F3_O3	v4:	F3_O4		
v5:	F3_O5	v6:	F3_O6		

v7:	F3_O7	v8:	F3_O8						
O:	Var_Resp	id:	CASOS						
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	1	1	1	1	1	0	1	case 15
0	1	0	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 33(1)
0	1	1	0	0	0	0	0	1	case 2
1	1	0	0	0	0	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	1	1	0	case 5
1	1	0	0	1	1	1	0	0	case 6
1	1	1	1	1	1	1	1	1	case 17

Result(s):

$$\begin{aligned}
& F3_O1\{0\} * F3_O2\{1\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{0\} * F3_O5\{0\} * F3_O6\{0\} * F3_O7\{0\} * F3_O8\{0\} + F3_O1\{0\} * \\
& F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{0\} + F3_O1\{1\} * F3_O2\{1\} * F3_O3\{1\} * \\
& F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{1\} \\
& \text{(case 2) \quad (case 15) \quad (case 17)}
\end{aligned}$$

Figura 27 - Análise ampliada do fator 3 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta análise ocorreram várias equações sem um resultado com equação parcimoniosa para explicar o sucesso.

TosmanaReport									
Settings:									
		Minimizing: 1							
		including		R					
TruthTable:									
v1:	F3_O1	v2:	F3_O2						
v3:	F3_O3	v4:	F3_O4						
v5:	F3_O5	v6:	F3_O6						
v7:	F3_O7	v8:	F3_O8						
O:	Var_Resp	id:	CASOS						
v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	v8	O	id
0	0	1	1	1	1	1	0	1	case 15
0	1	0	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 33(1)
0	1	1	0	0	0	0	0	1	case 2
1	1	0	0	0	0	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	0	1	1	0	case 5
1	1	0	0	1	1	1	0	0	case 6
1	1	1	1	1	1	1	1	1	case 17

Result(s):

$$\begin{aligned}
& F3_O3\{1\} \\
& \text{(case 2+case 15+case 17)}
\end{aligned}$$

Figura 28 - Análise reduzida do fator 3 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso
Fonte: TosmanaReport (1.61).

A análise evidencia a presença única da variável F3_O3 para os casos de sucesso 2,15 e 17 que correspondem que a cultura organizacional é receptiva à política de dados abertos, sendo um fator de relevante para o sucesso na abertura de dados governamentais.

5.2.4 Análise do fator 4 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso

TosmanaReport

Algorithm: Quine
 File: C:\Users\intel\Downloads\Marcela_DataBase_convertido (1).xml
 Settings:
 Minimizing: 1
 including

TruthTable:

v1: F4_H&E1 v2: F4_H&E2
 v3: F4_H&E3 v4: F4_H&E4
 v5: F4_H&E5 v6: F4_H&E6
 v7: F4_H&E7

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	1	1	1	0	0	0	case 4
0	0	1	1	1	1	1	0	case 5
0	1	0	0	0	1	1	0	case 6
0	1	0	1	0	1	1	1	case 15, case 33
0	1	0	1	1	0	0	1	case 17
0	1	1	1	0	0	0	0	case 3
1	1	1	0	0	1	0	1	case 2

Result(s):

$$\begin{aligned}
 & F4_H\&E1\{1\} * F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{1\} * F4_H\&E4\{0\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{1\} * F4_H\&E7\{0\} + F4_H\&E1\{0\} * \\
 & F4_H\&E2\{1\} * F4_H\&E3\{0\} * F4_H\&E4\{1\} * F4_H\&E5\{0\} * F4_H\&E6\{1\} * F4_H\&E7\{1\} + F4_H\&E1\{0\} * F4_H\&E2\{1\} * \\
 & F4_H\&E3\{0\} * F4_H\&E4\{1\} * F4_H\&E5\{1\} * F4_H\&E6\{0\} * F4_H\&E7\{0\} \\
 & \quad \quad \quad \text{(case 2)} \quad \quad \quad \text{(case 15,case 33)} \quad \quad \quad \text{(case 17)}
 \end{aligned}$$

CreatedwithTosmanaVersion 1.61

Figura 29 - Análise ampliada do fator 4 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso
 Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta análise ocorreram várias combinações, porém não deu equação parcimoniosa para explicar o sucesso com este fator.

TosmanaReport

Settings:
 Minimizing: 1 C
 including R

TruthTable:

v1: F4_H&E1 v2: F4_H&E2
 v3: F4_H&E3 v4: F4_H&E4
 v5: F4_H&E5 v6: F4_H&E6
 v7: F4_H&E7

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	1	1	1	0	0	0	case 4
0	0	1	1	1	1	1	0	case 5
0	1	0	0	0	1	1	0	case 6
0	1	0	1	0	1	1	1	case 15, case 33
0	1	0	1	1	0	0	1	case 17
0	1	1	1	0	0	0	0	case 3
1	1	1	0	0	1	0	1	case 2

Result(s):

$F4_H\&E1\{1\} + F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\}$
(case 2) (case 15, case 33+case 17)

$F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\} + F4_H\&E3\{1\}F4_H\&E4\{0\}$
(case 15, case 33+case 17) (case 2)

$F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\} + F4_H\&E4\{0\}F4_H\&E7\{0\}$
(case 15, case 33+case 17) (case 2)

$F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\} + F4_H\&E6\{1\}F4_H\&E7\{0\}$
(case 15, case 33+case 17) (case 2)

$F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\} + F4_H\&E2\{1\}F4_H\&E3\{1\}F4_H\&E6\{1\}$
(case 15, case 33+case 17) (case 2)

$F4_H\&E3\{0\}F4_H\&E4\{1\} + F4_H\&E3\{1\}F4_H\&E5\{0\}F4_H\&E6\{1\}$
(case 15, case 33+case 17) (case 2)

Figura 30 – Equações minimizadas do fator 4 com contraditório e remainders.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

5.2.5 Análise do fator 5 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso

Nesta análise ocorreram várias combinações, porém não deu equação parcimoniosa para explicar o sucesso com este fator.

TosmanaReport

Settings:
Minimizing: 1
including

TruthTable:

v1: F5_APC1 v2: F5_APC2
v3: F5_APC3 v4: F5_APC4
v5: F5_APC5 v6: F5_APC6

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
1	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 33(1)
1	0	0	1	0	0	0	case 6
1	0	0	1	1	0	C	case 5(0), case 17(1)
1	0	1	1	1	0	1	case 2
1	1	0	1	1	0	1	case 15
1	1	1	1	0	0	0	case 3

Result(s):

$F5_APC1\{1\} * F5_APC2\{0\} * F5_APC3\{1\} * F5_APC4\{1\} * F5_APC5\{1\} * F5_APC6\{0\} + F5_APC1\{1\} * F5_APC2\{1\} * F5_APC3\{0\} * F5_APC4\{1\} * F5_APC5\{1\} * F5_APC6\{0\}$
(case 2) (case 15)

Figura 31 - Análise ampliada do fator 5 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta análise foi possível identificar a presença da variável F5_APC1 que retrata a importância de eventos apoiados pelo setor público relativo a dados abertos para a evolução e implementação da política. A presença da variável F5_APC4 que indica que o nível de partilha de informação tem fomentado as organizações a aumentarem a quantidade de dados publicados. E a presença da

variável F5_APC5 retratando a interferência de outros programas intergovernamentais para o sucesso desta Política de abertura de Dados.

TosmanaReport							
Algorithm: Graph-based Agent							
File: C:\Users\intel\Downloads\Marcela_Dados_Geral_sucesso_insucesso (1).xml							
Settings:							
	Minimizing:	1 C					
	including	R					
TruthTable:							
v1:	F5_APC1	v2:	F5_APC2				
v3:	F5_APC3	v4:	F5_APC4				
v5:	F5_APC5	v6:	F5_APC6				
O:	Var_Resp id:	CASOS					
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
1	0	0	0	0	0	C	case 4(0), case 33(1)
1	0	0	1	0	0	0	case 6
1	0	0	1	1	0	C	case 5(0), case 17(1)
1	0	1	1	1	0	1	case 2
1	1	0	1	1	0	1	case 15
1	1	1	1	0	0	0	case 3
Result(s):							
	F5_APC4{0}+	F5_APC5{1}					
	(case 4,case 33)	(case 2+case 5,case 17+case 15)					
CreatedwithTosmanaVersion 1.61							

Figura 32 - Análise reduzida do fator 5 com 4 casos de sucesso e 4 casos de insucesso.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Nesta análise foi possível identificar uma equação que traz a presença da variável F5_APC5, evidenciando que houve a interferência de outros programas intergovernamentais para o sucesso dessa Política de abertura de Dados ou a ausência da variável F5_APC4 que retrata o nível de partilha de informação tem fomentado as organizações a aumentarem a quantidade de dados publicados.

5.2.6 Análise do fator 6 com 4 casos de sucesso e 4 casos insucesso

TosmanaReport

Algorithm: Quine
File: C:\Users\intel\Downloads\Marcela_DataBase_convertido (1).xml
Settings:

Minimizing: 1
including

TruthTable:

v1: F6_DO1 v2: F6_DO2
v3: F6_DO3 v4: F6_DO4
v5: F6_DO5 v6: F6_DO6
v7: F6_DO7

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	1	0	0	1	0	case 5
0	0	1	1	0	0	1	0	case 4
1	0	1	1	1	1	0	0	case 3
1	1	0	0	0	1	0	1	case 2, case 33
1	1	0	0	1	1	0	C	case 6(0), case 15(1)
1	1	0	1	1	0	0	1	case 17

Result(s):

$$F6_DO1\{1\} * F6_DO2\{1\} * F6_DO3\{0\} * F6_DO4\{0\} * F6_DO5\{0\} * F6_DO6\{1\} * F6_DO7\{0\} + F6_DO1\{1\} * F6_DO2\{1\} * F6_DO3\{0\} * F6_DO4\{1\} * F6_DO5\{1\} * F6_DO6\{0\} * F6_DO7\{0\}$$

(case 2,case 33) (case 17)

CreatedwithTosmanaVersion 1.61

Figura 33 - Análise ampliada do fator 6 com 4 de sucessos e 4 insucessos.

Fonte: TosmanaReport (1.61).

Após a análise é possível identificar duas equações que podem explicar o sucesso deste fator, sendo evidente a presença necessária e suficiente da variável F6_DO1 referente à prestação de contas ocorrer como previsto por parte do Grupo de Trabalho da organização; e a presença da variável F6_DO2 e o compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados ser contínuo ao longo do processo.

TosmanaReport

Settings:

Minimizing: 1 C
including R

TruthTable:

v1: F6_DO1 v2: F6_DO2
v3: F6_DO3 v4: F6_DO4
v5: F6_DO5 v6: F6_DO6
v7: F6_DO7

O: Var_Resp id: CASOS

v1	v2	v3	v4	v5	v6	v7	O	id
0	0	0	1	0	0	1	0	case 5
0	0	1	1	0	0	1	0	case 4
1	0	1	1	1	1	0	0	case 3

1	1	0	0	0	1	0	1	case 2, case 33
1	1	0	0	1	1	0	C	case 6(0), case 15(1)
1	1	0	1	1	0	0	1	case 17
Result(s):								
F6_DO2{1}								
(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17)								
F6_DO1{1}F6_DO3{0}								
(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17)								
F6_DO3{0}F6_DO7{0}								
(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17)								

Figura 34 - Análise reduzida do fator 6 com 4 sucessos e 4 insucessos
Fonte: TosmanaReport (1.61).

Para este fator foi gerado três equações que podem explicar o sucesso, sendo que somente a primeira e segunda traz a presença de fatores relevantes para explicar o sucesso. Na primeira equação a presença do fator F6_DO2 referente ao compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados ser contínuo ao longo do processo.

Para a segunda equação evidencia a presença do fator F6_DO1 referente a prestação de contas ocorrer como previsto por parte do Grupo de Trabalho desta organização combinado com a ausência do fator F6_DO3 sobre os objetivos estipulados pela organização para a abertura de dados estarem ambíguos.

5.3 Terceira análise comparativa com csQCA

A terceira análise foi com base na seguinte lógica: Após a soma de todos as variáveis presentes (1) nas linhas referentes a cada fator específico, tirou-se a média da coluna inteira.

Assim ficou estabelecido que valores iguais ou menores que a média serão baixos, equivalente a 0 e os valores acima da média o valor seria 1, conforme formula abaixo:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$$

Após a retirada da média foi possível elaborar a dicotomização de todos os fatores f1,f2,f3,f4,f5,f6, sendo possível unificar os fatores para apenas 1 variável.

5.3.1 Análise dos fatores dicotomizados ampliada

Após a unificação do fator foi possível elaborar uma análise ampliada e reduzida novamente no software, conforme especificado nos resultados do

software abaixo:

```

TosmanaReport

Settings:
  Minimizing: 1
  including

TruthTable:
v1:      FATOR 1  v2:      FATOR 2
v3:      FATOR 3  v4:      FATOR 4
v5:      FATOR 5  v6:      FATOR 6

O:       VAR. RESP id:      CASES

v1      v2      v3      v4      v5      v6      O      id
0       0       0       0       0       1       1      case 12
0       0       0       0       1       1       0      case 29
0       0       0       1       1       0       0      case 31
0       0       1       0       0       0       0      case 20
0       0       1       0       0       1       0      case 28
0       0       1       1       0       0       0      case 18
0       0       1       1       0       1       0      case 8
0       0       1       1       1       1       0      case 27
0       1       0       0       0       0       0      case 4, case 30
0       1       0       1       0       0       1      case 33
1       0       0       0       0       1       0      case 25
1       0       0       0       1       1       0      case 3, case 24
1       0       0       1       0       1       0      case 22
1       0       0       1       1       0       1      case 2
1       0       1       0       0       0       0      case 9
1       0       1       0       1       1       1      case 17
1       0       1       1       1       0       0      case 7
1       0       1       1       1       1       0      case 10, case 23
1       1       0       0       1       0       0      case 1, case 14, case 19
1       1       0       0       1       1       0      case 21, case 34
1       1       0       1       1       0       0      case 5
1       1       0       1       1       1       1      case 13
1       1       1       0       0       1       0      case 6
1       1       1       0       1       0       0      case 11
1       1       1       1       1       0       0      case 26, case 32
1       1       1       1       1       1       C      case 15(1), case 16(0)

Result(s):
  FATOR 1{1} * FATOR 2{0} * FATOR 3{0} * FATOR 4{1} * FATOR 5{1} * FATOR 6{0} + FATOR 1{0} * FATOR 2{0} *
  FATOR 3{0} * FATOR 4{0} * FATOR 5{0} * FATOR 6{1} + FATOR 1{1} * FATOR 2{1} * FATOR 3{0} * FATOR 4{1} *
  FATOR 5{1} * FATOR 6{1} + FATOR 1{1} * FATOR 2{0} * FATOR 3{1} * FATOR 4{0} * FATOR 5{1} * FATOR 6{1} +
  FATOR 1{0} * FATOR 2{1} * FATOR 3{0} * FATOR 4{1} * FATOR 5{0} * FATOR 6{0}
  (case 2) (case 12) (case 13) (case 17) (case 33)

```

Figura 35 - Análise ampliada dos fatores dicotomizados.
 Fonte: Tosmana Report (1.61).

5.3.2 Análise reduzida dos fatores dicotomizados

Nesta próxima análise ocorreram várias combinações, sendo possível identificar a presença fortemente de dois fatores que estão associados ao sucesso dos dados abertos.

```

TosmanaReport

Algorithm: Graph-based Agent
File: C:\Users\intel\Downloads\Marcela_Dados_Geral_sucesso_insucesso (1).xml

Settings:
  Minimizing: 1 C
  including   R

TruthTable:

```

v1:	FATOR 1	v2:	FATOR 2				
v3:	FATOR 3	v4:	FATOR 4				
v5:	FATOR 5	v6:	FATOR 6				
O:	VAR. RESP	id:	CASES				
v1	v2	v3	v4	v5	v6	O	id
0	1	0	0	0	0	0	case 4
0	1	0	1	0	0	1	case 33
1	0	0	0	1	1	0	case 3
1	0	0	1	1	0	1	case 2
1	0	1	0	1	1	1	case 17
1	1	0	1	1	0	0	case 5
1	1	1	0	0	1	0	case 6
1	1	1	1	1	1	1	case 15
Result(s):							
FATOR 1{0}FATOR 4{1}+ FATOR 2{0}FATOR 4{1}+ FATOR 3{1}FATOR 5{1}							
(case 33) (case 2) (case 15+case 17)							
FATOR 1{0}FATOR 4{1}+ FATOR 2{0}FATOR 6{0}+ FATOR 3{1}FATOR 5{1}							
(case 33) (case 2) (case 15+case 17)							
FATOR 2{0}FATOR 4{1}+ FATOR 3{1}FATOR 5{1}+ FATOR 4{1}FATOR 5{0}							
(case 2) (case 15+case 17) (case 33)							
FATOR 2{0}FATOR 6{0}+ FATOR 3{1}FATOR 5{1}+ FATOR 4{1}FATOR 5{0}							
(case 2) (case 15+case 17) (case 33)							
CreatedwithTosmanaVersion 1.61							

Figura 36 - Análise dos oito casos de sucesso e minimizadas e com contradição.
Fonte: TosmanaReport (1.61).

A análise traz doze (12) equações, sendo possível identificar a presença de diferenciais em quase todas as equações, evidenciado que suas presenças são relevantes para os resultados de sucesso, sendo os fatores três e quatro.

Esses fatores podem ser sinalizados como diferenciais para o sucesso na abertura de dados nas organizações, o fator quatro traz características como as de conscientização da política e a necessidade do apoio do público; o engajamento para atuar na implementação de Dados abertos; A disponibilidade dos dados ao público externo somente se demonstrarem objetivos claros.

Outro fator que pode ser sinalizado como de sucesso para a abertura de dados nas organizações é o fator três com características de envolvimento das partes interessadas;a cultura organizacional receptiva à política de dados abertos; o ambiente interno adaptável às mudanças;a liderança e a transferência da importância dos dados abertos;a liderança e a coordenação dos fluxos;o órgão ser

aberto a possíveis mudanças vindas da política de dados abertos; canal de comunicação formal sobre a política de dados abertos.

5.4 Barreiras Inibidoras no Desempenho dos órgãos

Esta seção apresenta as barreiras inibidoras do desempenho dos órgãos do Poder Executivo Federal, com base no modelo de análise proposto por Ammons (2004). Essas barreiras apresentadas neste modelo referem-se às barreiras que dificultam e inibem o processo de desempenho dos órgãos, sendo as barreiras ambientais, barreiras organizacionais e barreiras individuais.

Na busca de identificar os fatores que correspondem a cada barreira, foi realizado o preenchimento do quadro conforme os resultados das equações geradas a partir do software Tosmana, que identificou os fatores presentes e ausentes nas equações, que seguindo esta análise considera um fator ausente é um fator que precisa ser melhorado e torna-se uma barreira para melhorar desempenho desses fatores.

Para dar continuidade nos resultados, será apresentado um quadro na busca de sumarizar os fatores da pesquisa e as barreiras a que pertencem. E com isso, apresentar um quantitativo de ausências das equações apresentadas de fzQCA:

Quadro 10 - Resumo dos resultados.

Barreiras Ambientais		
V1 – Fatores Políticos e estratégicos		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores nas equações
<ul style="list-style-type: none"> -Relacionados a fatores políticos; - Falta de apelo político; -Relacionados à tomada de decisão; -Restrições legais. 	$F1_P\&E1\{1\} * F1_P\&E2\{0\} * F1_P\&E3\{1\} * F1_P\&E4\{1\} * F1_P\&E6\{1\} * F1_P\&E7\{0\} * F1_P\&E8\{0\}$ (case 2+case 33)	<ul style="list-style-type: none"> F1_P&E2 (3 ausências) F1 P&E3 (1 ausência) F1_P&E7 (2 ausências) F1_P&E8 (2 ausências) Total de ausências: 08
	$F1_P\&E1\{1\}F1_P\&E2\{0\}F1_P\&E6\{1\}$ (case 2+case 33)	
	$F1_P\&E1\{1\} * F1_P\&E2\{0\} * F1_P\&E3\{1\} * F1_P\&E4\{1\} * F1_P\&E6\{1\} * F1_P\&E7\{0\} * F1_P\&E8\{0\}$ (case 2+case 33)	
	$F1_P\&E1\{1\}$ (case 2+case 6,case 15,case 17+case 33)	
V2 Fatores Fundamentos legislativos		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores

<p>-Relacionados a fatores políticos; -Falta de apelo político; -Relacionados à tomada de decisão; -Restrições legais.</p>	$F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{1\} * F2_FL4\{1\} * F2_FL5\{1\} * F2_FL6\{1\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{0\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{1\}$ (case 2) (case 13) (case 17)	<p>F2_FL2 (1 ausência) F2_FL3 (8 ausências) F2_FL4 (7 ausências) F2_FL5 (7 ausências) F2_FL6 (3 ausências)</p> <p>Total de ausências: 26</p>
	$F2_FL1\{1\}F2_FL3\{0\}F2_FL5\{0\} + F2_FL4\{1\}F2_FL5\{1\}F2_FL6\{1\}$ (case 2+case 17) (case 13)	
	$F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{1\} * F2_FL3\{1\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{1\} * F2_FL6\{0\} + F2_FL1\{1\} * F2_FL2\{0\} * F2_FL3\{0\} * F2_FL4\{0\} * F2_FL5\{0\} * F2_FL6\{1\}$ (case 2) (case 15) (case 17)	
	$F2_FL2\{1\}F2_FL5\{1\} + F2_FL3\{0\}F2_FL4\{0\}$ (case 6,case 33+case 15) (case 2+case 17) $F2_FL2\{1\}F2_FL5\{1\} + F2_FL3\{0\}F2_FL5\{0\}$ (case 6,case 33+case 15) (case 2+case 17) $F2_FL3\{0\}F2_FL4\{0\} + F2_FL3\{1\}F2_FL5\{1\}$ (case 2+case 17) (case 6,case 33+case 15) $F2_FL3\{0\}F2_FL5\{0\} + F2_FL3\{1\}F2_FL5\{1\}$ (case 2+case 17) (case 6,case 33+case 15)	

Barreiras Organizacionais		
V3 – Fatores Organizacionais		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores
<p>-Relacionados a processos burocráticos; -Relacionados a objetivos ambíguos; -Relacionados a falta de prestação de contas; -Relacionados ao foco na execução em vez de em resultados.</p>	$F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{0\} * F3_O5\{0\} * F3_O6\{0\} * F3_O7\{0\} * F3_O8\{1\} + F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{0\}$ (case 12) (case 15) $F3_O1\{0\}F3_O2\{0\} + F3_O1\{0\}F3_O4\{0\}F3_O5\{1\}F3_O7\{1\}$ (case 12+case 15) (case 13) $F3_O1\{0\}F3_O2\{0\} + F3_O1\{0\}F3_O4\{0\}F3_O5\{1\}F3_O8\{0\}$ (case 12+case 15) (case 13) $F3_O2\{0\}F3_O3\{1\} + F3_O1\{0\}F3_O4\{0\}F3_O5\{1\}F3_O7\{1\}$ (case 12+case 15) (case 13) $F3_O1\{0\} * F3_O2\{1\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{0\} * F3_O5\{0\} * F3_O6\{0\} * F3_O7\{0\} * F3_O8\{0\} + F3_O1\{0\} * F3_O2\{0\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{0\} + F3_O1\{1\} * F3_O2\{1\} * F3_O3\{1\} * F3_O4\{1\} * F3_O5\{1\} * F3_O6\{1\} * F3_O7\{1\} * F3_O8\{1\}$ (case 2) (case 15) (case 17) $F3_O3\{1\}$ (case 2+case 15+case 17)	<p>F3_O1 (8 ausências) F3_O2 (6 ausências) F3_O4 (5 ausências) F3_O5 (2 ausências) F3_O6 (2 ausências) F3_O7 (2 ausências) F3_O8 (4 ausências)</p> <p>Total de ausências: 29</p>
V6 – Fatores no processo de desempenho organizacional		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores
<p>-Relacionados a processos burocráticos; -Relacionados a objetivos ambíguos; -Relacionados a falta de prestação de contas; -Relacionados ao foco na execução em vez de em resultados.</p>	$F6_DO1\{0\} * F6_DO2\{0\} * F6_DO3\{1\} * F6_DO4\{1\} * F6_DO5\{1\} * F6_DO6\{1\} * F6_DO7\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO2\{0\}F6_DO5\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO2\{0\}F6_DO6\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO3\{1\}F6_DO5\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO3\{1\}F6_DO6\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO4\{1\}F6_DO5\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO4\{1\}F6_DO6\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO5\{1\}F6_DO7\{1\}$ (case 12) $F6_DO1\{0\}F6_DO6\{1\}F6_DO7\{1\}$	<p>F6_DO1 (10 ausências) F6_DO2 (3 ausências) F6_DO3 (3 ausências) F6_DO4 (1 ausência) F6_DO5 (1 ausência) F6_DO6 (1 ausência) F6_DO7 (2 ausências)</p> <p>Total de ausências: 21</p>

	<p>(case 12) F6_DO2{0}F6_DO6{1}F6_DO7{1}</p> <p>(case 12) F6_DO3{1}F6_DO6{1}F6_DO7{1}</p> <p>(case 12)</p> <hr/> <p>F6_DO1{1} * F6_DO2{1} * F6_DO3{0} * F6_DO4{0} * F6_DO5{0} * F6_DO6{1} * F6_DO7{0} + F6_DO1{1} * F6_DO2{1} * F6_DO3{0} * F6_DO4{1} * F6_DO5{1} * F6_DO6{0} * F6_DO7{0}</p> <p>(case 2,case 33) (case 17)</p> <hr/> <p>F6_DO2{1}</p> <p>(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17) F6_DO1{1}F6_DO3{0}</p> <p>(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17) F6_DO3{0}F6_DO7{0}</p> <p>(case 2,case 33+case 6,case 15+case 17)</p>	
--	--	--

Barreiras Individuais		
<i>V4 – Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional</i>		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionados à falta de interesse; - Relacionado à falta de iniciativa; - Relacionados a controle inadequado do tempo; - Relacionados à falta de cooperação. 	<p>F4_H&E1{1} * F4_H&E2{1} * F4_H&E3{1} * F4_H&E4{0} * F4_H&E5{0} * F4_H&E6{1} * F4_H&E7{0} + F4_H&E1{1} * F4_H&E2{1} * F4_H&E3{0} * F4_H&E4{0} * F4_H&E5{0} * F4_H&E6{0} * F4_H&E7{1}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <hr/> <p>F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ F4_H&E1{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <p>F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ F4_H&E2{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <p>F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}+ F4_H&E1{1}F4_H&E3{0}F4_H&E5{0}F4_H&E6{0}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <p>F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ F4_H&E1{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <p>F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ F4_H&E2{1}F4_H&E6{0}F4_H&E7{1}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <p>F4_H&E1{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}+ F4_H&E1{1}F4_H&E3{0}F4_H&E5{0}F4_H&E6{0}</p> <p>(case 2) (case 12)</p> <hr/> <p>F4_H&E1{1}+F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}</p> <p>(case 2) (case 15,case 33+case 17)</p> <p>F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}+ F4_H&E3{1}F4_H&E4{0}</p> <p>(case 15,case 33+case 17) (case 2)</p> <p>F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}+ F4_H&E4{0}F4_H&E7{0}</p> <p>(case 15,case 33+case 17) (case 2)</p> <p>F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}+ F4_H&E6{1}F4_H&E7{0}</p> <p>(case 15,case 33+case 17) (case 2)</p> <p>F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}+ F4_H&E2{1}F4_H&E3{1}F4_H&E6{1}</p> <p>(case 15,case 33+case 17) (case 2)</p> <p>F4_H&E3{0}F4_H&E4{1}+ F4_H&E3{1}F4_H&E5{0}F4_H&E6{1}</p> <p>(case 15,case 33+case 17) (case 2)</p>	<p>F4_H&E3 (2 ausências) F4_H&E4 (4 ausências) F4_H&E5 (5 ausências) F4_H&E6 (7 ausências) F4_H&E7 (5 ausentes)</p> <p>Total de ausências: 23)</p>
<i>V5 – Apoio público e consciência</i>		
Barreiras	Equações	Ausências dos Fatores
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionados à falta de interesse; - Relacionado à falta de iniciativa; - Relacionados a controle inadequado do tempo; - Relacionados à falta de cooperação. 	<p>Não houve Result(s)</p>	<p>Não houve Result(s)</p>

Fonte: elaborado pela autora.

5.5 Análise e discussão complementares

5.5.1 Fator Político e Estratégico

No modelo de Ammons (2004) embasa que a barreira ambiental está relacionada a fatores políticos; como a falta de apelo político, à tomada de decisão e as restrições legais. Neste sentido este fator apresentou apenas oito ausências no que diz respeito a essa barreira.

Foi possível verificar que o fator Político e Estratégico é um fator presente nas equações e para a pesquisa indicam oito (8) ausências nas equações apresentadas, podendo ser considerado como um fator presente nos órgãos pesquisados, porém não como um diferencial para os casos de sucesso. Neste quesito quando se fala que há um diferencial para que os objetivos sejam alcançados, a autora Souza (2018) menciona que a fase da implementação é crucial porque não existe garantia de que, uma vez aprovada, a política pública será implementada.

As análises em csQCA realizadas quanto a este fator evidenciam a presença da Política consolidada nos órgãos de sucesso, juntamente com as estratégias formuladas que têm colaborado e contribuído para a implementação/Gestão da Política de dados abertos, de forma que seja ampliada a mais setores para a disponibilização de dados. Outra variável do fator político presente nos casos de sucesso desta Política, analisado nas equações é a presença do Plano de Dados Abertos (PDA) conforme o planejamento estratégico da organização, o qual é sinalizado nos estudos de Zuiderwijk et al. (2014), que a falta de diretrizes e dos participantes interessados nos dados, tornam-se grandes desafios para abertura de dados.

Por outro lado, os estudos de (Piotrowski, Grimmelikhuij & Deat, 2017) embasam que o mais importante não é só aumentar a quantidade de informações divulgadas pelas organizações, mas estrategicamente implementar informações que sejam relevantes quanto à diversidade e expectativas dos usuários. Nesta perspectiva Política e estratégica o estudo de Jetzek (2016) traz o desenvolvimento de um modelo relevante para a implementação dessas iniciativas, políticas em abertura de dados governamentais, sendo linear incluindo a estratégia e planejamento, a implementação, a transformação de dados abertos,

e o impacto da utilização de dados.

5.5.2 Fator Legislativo

As análises realizadas com fatores legislativo dentro das barreiras ambientais evidenciam um número maior, sendo de vinte e seis (26) ausências que segundo Ammons (2004) estão relacionados à tomada de decisão e restrições legais. Estudos referentes a legislação e a política como os de Yang, Lo, e Shiang (2015) sinalizam que esses fatores são os que mais têm impactos significativos para abrir dados.

Referente ao fator legislativo, a análise realizada com a equação geral com csQCA, demonstra a ausência referente a falta de prazos aos processos de implementação/Gestão da política; ausentes fatores que levam em conta a proteção de dados da organização e a necessidade da legislação ser reformulada para o alcance dos objetivos de abertura de dados. Os estudos de (Wirtz et al., 2015) afirmam que este tipo de barreira referente a proteção de dados e regulamentos tem impacto direto sobre a resistência da abertura de dados governamentais.

5.5.3 Fator Arranjos Organizacionais

Os fatores de arranjos organizacionais Ammons (2004) embasam que essas barreiras estão relacionadas aos processos burocráticos ou muitas vezes objetivos ambíguos que podem leva à falta de prestação de contas e foco na execução e não nos resultados. Nos estudos de (Gertrudis-Casado & Gertrudix-Barrio e Álvarez-García, 2016) evidenciam como um fator vital para a pesquisa e abertura de dados.

A análise realizada com csQCA referente ao fator arranjos organizacionais evidenciaram ausências de vinte e nove (29) fatores que retratam a falta do envolvimento das partes interessadas no processo de implementação da política de dados abertos e a ausência referente ao ambiente interno da organização ser adaptável às mudanças e variações da advindos do público externo não havendo uma coordenação por parte desses órgãos.

Na percepção de (Souza, 2018) a capacidade de coordenação tem sido um dos maiores desafios da administração pública. Conseguir que as decisões e

os objetivos governamentais guiam efetivamente o processo de implementação das políticas, em particular quando requerem ação conjunta de múltiplas agências, não é trivial. Na visão dos autores (Wu et al., 2010) a burocracia, com todos os seus conflitos intra e inter organizacionais endêmicos, é um ator importante e determinante da implementação de políticas públicas.

Nesta conjuntura a habilidade tem um papel fundamental para usuários e governo (Yang & Wu, 2016), pois ambos precisam saber como preparar e utilizar os recursos de abertura de dados. Estudos como os de (Ho & Mc Call, 2016, p. 20) afirmam que a maioria dos cidadãos comuns não são tecnicamente qualificados e podem não saber como usar os dados aberto para estar mais informados e envolvidos.

Relevante mencionar também que há a ausência da variável de reconhecimento da liderança em transferir ao ambiente organizacional a importância do programa de dados abertos; e a ausência do fator que indica que a liderança coordena os fluxos e processos da implementação da política de dados abertos; e de que o órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política a respeito do plano dados abertos de sua organização. A falta de coordenação intragovernamental pode levar a que diversas políticas sejam bloqueadas ou não implementadas, à duplicação de tarefas e ao aumento dos conflitos burocráticos (Gaetani, 2011).

O que sinaliza nos estudos de (Sivarajah et al., 2016) que abertura de dados governamentais baseada em uma boa governança transparente traz uma prospecção não só para os cidadãos, mas para o tomador de decisão política o que resulta no aumento do papel da liderança na implementação.

5.5.4 Fator Desempenho Organizacional

Para a análise referente ao Desempenho Organizacional foi previsto a ausência de vinte e um (21) fatores referente à prestação de contas ocorrer como previsto por parte do Grupo de Trabalho da organização; e a ausência referente o compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados ser contínuo ao longo do processo. Embora os políticos sejam atores significativos no processo de implementação, a maioria das atividades do dia a dia da administração de rotina está normalmente dentro da competência dos servidores

públicos (Wu et. Al, 2010).

Enquanto isso, fatores organizacionais são considerados desafios substanciais, que, juntamente com os desafios jurídicos e técnicos, limitam a disponibilidade e a reutilização de dados abertos (Dulong de Rosnay& Janssen, 2014).

5.5.5 Fator Habilidades relevantes e apoio educacional

Na barreira individual referente o fator de Habilidades relevantes e apoio educacional o estudo de Ammons (2004) retrata barreiras relacionadas à falta de interesse, falta de iniciativa, controle inadequado do tempo e falta de cooperação. A análise realizada com csQCA referente ao fator identifica vinte e três (23) ausências.

A presença da variável F6_DO4 considera que o foco no processo de abertura de dados estava somente na execução e não nos resultados; a presença do fator F6_DO5 referente ao conjunto de dados fornecidos na área de dados abertos na organização são suficientes para a prestação de contas de instâncias controladoras ou seus representantes; a presença da variável F6_DO6 em que o compromisso dos participantes do grupo de trabalho (GT) estar contínuo para a manutenção do processo de abertura de dados; e a presença da variável F6_DO7 sobre o foco no processo de abertura de dados está somente nos resultados e não na execução.

Nesta conjuntura, alguns fatores podem ser associados como de sucesso para a abertura de dados nas organizações. Após a análise dos casos extremos, foi possível identificar fatores que estão fortemente presentes nos casos de sucesso, sendo o fator quatro (4) com características de conscientização da política e necessidade do apoio do público; o engajamento para atuar na implementação de dados abertos; a disponibilidade dos dados ao público externo somente se demonstrarem objetivos claros; o público externo e capacidade de utilização de ferramentas para acesso aos dados; existência de cursos para capacitar o público externo; obtenção de orientação e planejamento para a manutenção da política; obtenção de treinamento, orientação e planejamento adequado.

Outro fator que pode ser associado ao sucesso para a abertura de dados nas organizações é o fator três (3) com oito variáveis, caracterizando o envolvimento das partes interessadas; a cultura organizacional receptiva à política de dados abertos; o ambiente interno adaptável às mudanças; a liderança e a transferência da importância dos dados abertos; a liderança e a coordenação dos fluxos; o órgão ser aberto a possíveis mudanças vindas da política de dados abertos; canal de comunicação formal sobre a política de dados abertos.

CONCLUSÕES

Este estudo teve por objetivo descrever a influência de dimensões em abertura de dados governamentais empiricamente em vários órgãos da esfera Federal. E como objetivo específico comparar casos e verificar a existência de dimensões diferenciais em relação aos resultados de desempenho na implementação da Política de Dados abertos, e como contribuição teórica apontar fatores associados ao sucesso.

Através da pesquisa aprofundada foi possível encontrar algumas dimensões da literatura como a dimensão política e estratégia, a dimensão de fundamentos legislativos, dimensão de arranjos organizacionais, dimensão de habilidade e apoio educacional, dimensão de apoio público e consciência. Ainda, foi possível identificar algumas especificações desta Política de dados abertos no Brasil, como compreender que a agenda surgiu de iniciativas de atores públicos e privados para o engajamento em abertura de dados governamentais.

Também foi possível identificar que a Parceria para Governo Aberto teve influência nessa agenda de abertura de dados governamentais no Brasil, em especial no Poder Executivo Federal, sendo uma agenda sistemática e não governamental.

No Segundo Plano de ação elaborado conjuntamente pelo Governo Federal e por setores da sociedade civil, evidenciou a concretização e o estabelecimento de regras no âmbito dos órgãos no Poder Executivo Federal através do Decreto 8.777/2016 que fortaleceu a Política no Brasil e esforços para a formulação de uma Política consolidada.

Por ser um ponto focal da Parceria para Governo Aberto no Brasil ao mencionar que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral

da União (CGU) articulou com os 19 órgãos federais envolvidos e com a sociedade civil, a formulação, o acompanhamento e a realização de todos os compromissos assumidos. Evidencia-se que neste período juntamente com as ações da OGP a Política foi formulada no propósito de regulamentar no âmbito no Poder Executivo Federal.

A implementação da Política, ocorreu oficialmente após o Decreto 8.777/2016 para a abertura de dados governamentais, na busca de regulamentar os procedimentos por parte dos órgãos no Poder Executivo Federal e como uma decisão política. Foi possível identificar que a implementação ocorreu de baixo para cima, na busca de solucionar problemas do dia a dia, por meio de decisões tomadas pelos burocratas do nível de rua.

Através dos questionários recebidos foi possível identificar que a maioria das pessoas que trabalham com Dados abertos nos órgãos estão em nível tático, em cargos de coordenadores ou supervisores. A pesquisa sugere que pessoas que estejam à frente, envolvidas com dados abertos, sejam preferencialmente pessoas em nível estratégico, na busca de facilitar a gestão e o engajamento do órgão em abrir seus dados.

A pesquisa identificou que de quatro (4) casos de sucesso, três (3) órgãos são geridos por profissionais com cinco ou mais anos de experiência em dados abertos, indicando assim que o fator experiência é um fator diferencial para o sucesso na implementação e abertura de dados nesses órgãos.

O gênero foi algo que chamou à atenção na pesquisa, pois dos trinta e quatro órgãos pesquisados vinte e oito respondentes são homens e apenas seis mulheres fazem parte do universo de abertura de dados, sendo sugestivo por esta pesquisa a inclusão e o engajamento de mulheres para trabalhar à frente de órgãos e à frente de Grupos de Trabalho em dados abertos.

Referente às análises realizadas para a busca de dimensões diferenciais para a abertura de dados através dos casos de sucesso, foi possível identificar que a Política estando consolidada no órgão fica mais fácil seu desdobramento para as atividades de abrir os dados. Foi possível identificar que a consolidação da Política está vinculada com a institucionalização que pode estar associado ao planejamento estratégico presente no órgão.

Foi possível também identificar o grau de concordância dos respondentes

em reconhecer que o Poder Executivo tem colaborado e contribuído para a implementação/Gestão da Política de dados abertos na organização, independente dos casos que são sucesso ou insucesso.

O fator organizacional foi destacado pela presença de uma variável relacionada à cultura aberta por parte dos profissionais que trabalhem com dados abertos e adaptáveis às mudanças e variações da advindos do público externo. Outro ponto relevante para o sucesso desta Política é que se tenha um canal de comunicação formal sobre a conscientização das pessoas sobre a política de dados abertos na organização, pois facilita o êxito e o engajamento dos profissionais que trabalham em dados abertos.

Quanto ao fator Habilidade e Apoio Educacional foi possível identificar que é um fator de sucesso no que diz respeito ao engajamento para atuar na implementação de Dados abertos. Uma variável presente para o sucesso em abrir dados foi o recebimento de orientação ou planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos por parte dos participantes.

Para um bom desempenho organizacional em abertura de dados é relevante que os objetivos estipulados estejam claros e bem definidos e que se tenham processos contínuos para a obtenção de bons resultados. As principais conclusões que se obteve nesta pesquisa é que há um conjunto de razões determinantes associados ao sucesso da Política de dados abertos, no qual dois fatores se destacaram, sendo o fator três (arranjos organizacionais) e o fator quatro (habilidades relevantes e apoio educacional) somente para os casos de sucesso.

Dentre as três barreiras que impedem o bom desempenho de uma política, a pesquisa pôde identificar uma quantidade alta de ausências em duas barreiras, sendo a barreira organizacional e individual. A primeira barreira é relacionada a processos burocráticos; objetivos ambíguos; a falta de prestação de contas; foco na execução em vez de em resultados. A segunda é relacionada à falta de interesse; à falta de iniciativa; ao controle inadequado do tempo ou falta de cooperação.

Neste diapasão acadêmico, este estudo sugere o aumento do nível de divulgação da legislação sobre dados abertos nos órgãos, na busca de

conscientizar não só a equipe que coordena, mas toda a organização sobre a importância e benefícios em abrir os dados. A promoção de cursos de capacitação sobre a legislação em dados abertos, juntamente com materiais didáticos na busca do engajamento das partes interessadas.

A proposição de pesquisas futuras com métodos quantitativos, na busca de verificar métricas ou medidas para auxiliar nos estudos de desempenhos em abertura de dados governamentais. É relevante que se tenha um esforço não só político, mas organizacional para o êxito desta Política, pois o direcionamento de estudos neste sentido pode se tornar potenciais não só de prestação de contas, mas também como um valor econômico para o País.

Outro ponto relevante é a sugestão e realização de pesquisas bibliométricas com artigos nacionais na busca de entender e compreender o estado da arte com pesquisas em dados abertos no Brasil, juntamente com estudos e análises comparadas somente com a América do Sul. Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa teve caráter qualitativo para uma melhor compreensão do fenômeno a ser investigado com o método csQCA, sendo sugerido pela pesquisa estudos com outros métodos como fsQCA ou mvQCA.

Assim, o presente trabalho melhora a compreensão sobre a abertura de dados governamentais na busca de propor ações que podem ser implementadas ou sugeridas e que podem ter implicações para a Política.

REFERÊNCIAS

Albu, O. B., & Flyverbom, M. (2016). Organizational Transparency: Conceptualizations, Conditions, and Consequences. *Business & Society*, 1, 1–30. Recuperado de: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0007650316659851?journalCode=basa>

Ammons, D. N. (2004). Productivity barriers in the public sector. *PUBLIC ADMINISTRATION AND PUBLIC POLICY-NEW YORK-*, 107, 139-164.

Attard, J., Orlandi, F., Scerri, S., & Auer, S. (2015). A systematic review of open government data initiatives. *Government Information Quarterly*, 32(4), 399-418. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/281349915_A_Systematic_Review_of_Open_Government_Data_Initiatives

Baltador, L. A., & Budac, C. (2014). Open Government—A Long Way Ahead for Romania. *Procedia Economics and Finance*, 16, 557-562. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/275541165_Open_Government_-_A_Long_Way_Ahead_for_Romania

Barbosa, S. C. T. (2010). *Implementação de programas públicos federais: caráter da coordenação interorganizacional*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Barzelay, M. (2001). *The new public management: improving research and policy dialogue*. Berkeley; Los Angeles, CA: University of California Press.

Bates, J. (2014). The strategic importance of information policy for the contemporary neoliberal state: The case of Open Government Data in the United Kingdom. *Government Information Quarterly*, 31(3), 388-395. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/264826899_The_Strategic_Importance_of_Information_Policy_for_the_Contemporary_Neoliberal_State_The_Case_of_Open_Government_Data_in_the_United_Kingdom

Betarelli Junior, A. A., & Ferreira, S. D. F. (2018). Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA).

Bicer, M., Yildiz, H. D., Yildiz, I., Coignet, G., Delmastro, M., Alexopoulos, T., ... & Potamianos, K. (2014). First look at the physics case of TLEP. *Journal of High Energy Physics*, 2014(1), 164.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Portal da Legislação*, Brasília, nov. de 2011. Disponível em:

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016. *Portal da Legislação*, Brasília, mai. de 2016. Disponível em:

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (1983). Tipos de pesquisa. In Cervo AL, Bervian PA. *Metodologia científica*. São Paulo: Mc Graw-Hill, 53-59.

Chatfield, A. T., & Reddick, C. G. (2017). A longitudinal cross-sector analysis of open data portal service capability: The case of Australian local governments. *Government Information Quarterly*, 34(2), 231-243.

Conde, E. S. (2013). Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, 2(2).

Conradie, P., & Choenni, S. (2014). On the barriers for local government releasing open data. *Government Information Quarterly*, 31, S10-S17.

Contreras, F., de Dreu, I.; Espinosa, J. C. (2017). Examining the Relationship between Psychological Capital and Entrepreneurial Intention: An Exploratory Study. *Asian Social Science*, 13(3), 80.

Cunha, L. M. A. D. (2007). Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes (Doctoral dissertation).

Dulong de Rosnay, M., & Janssen, K. (2014). Legal and institutional challenges for opening data across public sectors: towards common policy solutions. *Journal of theoretical and applied electronic commerce research*, 9(3), 1-14.

Fan, B., & Zhao, Y. (2017). The moderating effect of external pressure on the relationship between internal organizational factors and the quality of open government data. *Government Information Quarterly*, 34(3), 396-405.

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*.

Fávero, L.P.; Belfiore, P. (2015) *Análise de dados: técnicas multivariadas exploratórias*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Ferreira, D. F. (2008). *Estatística multivariada*. Lavras: Editora Ufla.

Flyvbjerg, B. (2004). Cinco malentendidos acerca de la investigación mediante los estudios de caso. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 106(1), 33-62.

Frey, K. (2000). Políticas públicas um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, jun.

Gaetani, F. (2011). La dinámica de la coordinación en el ámbito del Ejecutivo. Una reflexión a partir de las variaciones y contrastes en los dieciséis años de Cardoso y Lula. In: Grau, Nuria Cunill; Toro, Julio César Fernández; Sáez, Manuel Arenilla. (Orgs.). *Fortalecimiento del alto gobierno: aproximaciones conceptuales*. 1. ed. Caracas: Clad

Ganapati, S., & Reddick, C. G. (2012). Open e-government in US state governments: Survey evidence from Chief Information Officers. *Government Information Quarterly*, 29(2), 115-122.

Gertrudis-Casado, M. C., Gertrudix-Barrio, M., & Álvarez-García, S. (2016). Professional information skills and open data. Challenges for citizen empowerment and social change. *Comunicar. Media Education Research Journal*, 24(1).

Goggin, M. L. *Implementation theory and practice: toward a third generation*. Glenview, Ill. [u.a.]: Scott, Foresman/Little, Brown Higher Education, 1990.

Gonzalez-Zapata, F., & Heeks, R. (2015). The multiple meanings of open government data: Understanding different stakeholders and their perspectives. *Government Information Quarterly*, 32(4), 441-452.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.

Hair, J., Babin, B., Money, A., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Companhia Ed.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E.; Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Bookman Editora.

Hargrove, E. C. *The missing link: the study of the implementation of social policy* (Vol. 797, No 1). Washington: Urban Inst Pr., 1975.

Harrison, T. M., & Sayogo, D. S. (2014). Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. *Government Information Quarterly*,

31(4), 513-525.

Harrison, T. M., Guerrero, S., Burke, G.B., Cook, M., Cresswell, A., Helbig, N., Hrdinova, J., & Pardo, T. (2012). Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective. *Information Polity*, 17(2), 83-97.

Hill, M.; Hupe, P. Implementing public policy: governance in theory and in practice.
Huijboom, N., & Van den Broek, T. (2011). Open data: an international comparison of strategies. *European journal of ePractice*, 12(1), 4-16.

Ho, A. T. K., & McCall, B. (2016). Ten actions to implement big data initiatives: A study of 65 cities. Center for The Business of Government.

Hudson, J., & Kuehner, S. (2013). Qualitative comparative analysis and applied public policy analysis: New applications of innovative methods. *Policy and Society*, 32(4), 279-287.

Janssen, K. (2011). The influence of the PSI directive on open government data: An overview of recent developments. *Government Information Quarterly*, 28(4), 446-456.

Jetzek, T. (2016). Managing complexity across multiple dimensions of liquid open data: The case of the Danish basic data program. *Government Information Quarterly*, 33(1), 89-104.

Lasswell, H.D (1958) *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland, EUA: Meridian Books, 1958.

Lakatos, E. M., & de Andrade Marconi, M. (1991). *Metodologia científica* (Vol. 6). São Paulo: Atlas.

Lattin, J., Carroll, J. D., & Green, P. E. (2011). *Análise de dados multivariados*. São Paulo: Cengage Learning, 475.

Lee, G., & Kwak, Y. H. (2012). An open government maturity model for social media-based public engagement. *Government Information Quarterly*, 29(4), 492-503. London: Sage Publications, 2005.

Lourenço, R. P. (2015). An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*, 32(3), 323-332.

Magalhaes, G., & Roseira, C. (2017). Open government data and the private sector: An empirical view on business models and value creation. *Government Information Quarterly*.

Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.- São Paulo: Atlas.

Mc Dermott, P. (2010). Building open government. *Government Information Quarterly*, 27(4), 401-413.

Metz, E. S. (2014). Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. *Ágora-Revista de Divulgação Científica*, 19(2), 169-178.

Morettin, P. A., & Bussab, W. O. (2017). *Estatística básica*. Editora Saraiva.

Piotrowski, S., Grimmelikhuijsen, S., & Deat, F. (2019). Numbers over narratives? How

government message strategies affect citizens' attitudes. *Public Performance & Management Review*, 42(5), 1005-1028.

Ragin, C. C. (2014). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Univ of California Press.

Ragin, C. C. (1987). *The comparative method*. Berkley: University of California Press.

Rocha, M. C., Gonçalves, L. S. A., Rodrigues, R., da Silva, P. R. A., do Carmo, M. G. F., & de Souza Abboud, A. C. (2010). Uso do algoritmo de Gower na determinação da divergência genética entre acessos de tomateiro do grupo cereja. *Acta Scientiarum: Agronomy*, 32(3).

Richardson, R. J. (2012). *Pesquisa Social: métodos e técnicas/Roberto Jarry Richardson e colaboradores; José Augusto de Souza Pares... (et al.)--reimp.* São Paulo: Atlas.

Rihoux, B. (2006). Qualitative comparative analysis (QCA) and related systematic comparative methods: Recent advances and remaining challenges for social science research. *International Sociology*, 21(5), 679-706.

Rihoux, B., & De Meur, G. (2009). Crisp-set qualitative comparative analysis (csQCA). *Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*, 51, 33-68.

Ruijter, E., Grimmelikhuijsen, S., & Meijer, A. (2017). Open data for democracy: Developing a theoretical framework for open data use. *Government Information Quarterly*, 34(1), 45-52.

Sabatier, P. A.; Mazmanian, D. (1983). Policy implementation. *Encyclopedia of Policy Sciences*. New York: Marcel Dekker, 1983.

Sadiq, S., & Indulska, M. (2017). Open data: quality over quantity. *International Journal of Information Management*, 37(3), 150-154.

Safarov, I. (2018). Institutional Dimensions of Open Government Data Implementation: Evidence from the Netherlands, Sweden, and the UK. *Public Performance & Management Review*, 1-24.

Sandes-Freitas, V., & Bizzarro-Neto, F. (2015). Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. *Revista Política Hoje*, 24(2), 103-118.

Schmidt, V. A. (2008). Discursive institutionalism: The explanatory power of ideas and discourse. *Annual Review of Political Science*, 11, 303-326.

Schmidt, V. A. (2015). Discursive institutionalism: Understanding policy in context. In F. Fischer, D. Torgerson, A. Durnová & M. Orsini (Eds.), *Handbook of critical policy studies* (pp. 171-189). Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Schneider, C. Q., & Wagemann, C. (2010). Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-sets. *Comparative Sociology*, 9(3), 397-418.

Sivarajah, U., Weerakkody, V., Waller, P., Lee, H., Irani, Z., Choi, Y., & Glikman, Y. (2016). The role of e-participation and open data in evidence-based policy decision making in local government. *Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce*, 26(1-

2), 64-79.

Souza, C. (2018). Coordenação de Políticas Públicas.

Susha, I., Grönlund, Å., & Janssen, M. (2015). Organizational measures to stimulate user engagement with open data. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 9(2), 181-206.

Thorsby, J., Stowers, G. N., Wolslegel, K., & Tumbuan, E. (2017). Understanding the content and features of open data portals in American cities. *Government Information Quarterly*, 34(1), 53-61.

Tripodi, T., Fellers, P. W., & Meyer, H. J. (1975). Análise da pesquisa social diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. F. Alves.

Veljković, N., Bogdanović-Dinić, S., & Stoimenov, L. (2014). Benchmarking open government: An open data perspective. *Government Information Quarterly*, 31(2), 278-290.

Vetrò, A., Canova, L., Torchiano, M., Minotas, C. O., Iemma, R., & Morando, F. (2016). Open data quality measurement framework: Definition and application to open government data. *Government Information Quarterly*, 33(2), 325–337. doi:10.1016/j.giq.2016.02.001.

Wijnhoven, F., Ehrenhard, M., & Kuhn, J. (2015). Open government objectives and participation motivations. *Government information quarterly*, 32(1), 30-42.

Wirtz, B. W., Piehler, R., Thomas, M. J., & Daiser, P. (2016). Resistance of public personnel to open government: A cognitive theory view of implementation barriers towards open government data. *Public Management Review*, 18(9), 1335-1364.

Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2014). Guia de políticas públicas: gerenciando processos.

Yang, T. M., Lo, J., & Shiang, J. (2015). To open or not to open? Determinants of open government data. *Journal of Information Science*, 41(5), 596-612.

Yang, T. M., & Wu, Y. J. (2016). Examining the socio-technical determinants influencing government agencies' open data publication: A study in Taiwan. *Government Information Quarterly*, 33(3), 378-392.

Zotano, M. A. G., & Bersini, H. (2017). A data-driven approach to assess the potential of Smart Cities: the case of open data for Brussels Capital Region. *Energy Procedia*, 111, 750-758.

Zuiderwijk, A., & Janssen, M. (2014). Open data policies, their implementation and impact: A framework for comparison. *Government Information Quarterly*, 31(1), 17-29.

Zuiderwijk, A., & Janssen, M. (2015b). Towards decision support for disclosing data: Closed or open data? *Information Polity*, 20, 103–117. doi:10.3233/IP-150358

ANEXO 1

ÓRGÃOS	VIGÊNCIA	%	SITUAÇÃO PDA
PR – Presidência da República	2017	100%	Sem PDA
AGU – Advocacia-Geral da União	----	----	PDA em construção
BACEN – Banco Central do Brasil	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
CGU – Controladoria-Geral da União	2016	96%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2016	27%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2016	89%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MinC – Ministério da Cultura	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MD – Ministério da Defesa	2016	---	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MEC – Ministério da Educação	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MF – Ministério da Fazenda	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MI – Ministério da Integração Nacional	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MJ – Ministério da Justiça	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MS – Ministério da Saúde	2016	98%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MCIDADES – Ministério das Cidades	----	----	PDA em construção
MRE – Ministério das Relações Exteriores	2016	80%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	----	----	PDA em construção
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ME – Ministério do Esporte	-----	-----	PDA em construção
MMA – Ministério do Meio Ambiente	----	----	PDA em construção
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2014	65%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MT – Ministério do Trabalho	2017	0%	PDA em construção
MTur – Ministério do Turismo	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MT – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2017	59%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
MDH - Ministério dos Direitos Humanos	----	----	Sem PDA
MME – Ministério de Minas e Energia	2016	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	----	----	Sem PDA
IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	----	----	PDA em construção
IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	----	----	PDA em construção
UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão	----	----	PDA em construção
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	----	----	PDA em construção
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral	2016	40%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFSE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	2017	79%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	----	-----	PDA em construção
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	-----	-----	PDA em construção
AEB – Agência Espacial Brasileira	-----	-----	PDA em construção
UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe	----	----	Sem PDA
UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima	-----	----	PDA em construção
IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	-----	----	PDA em construção
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	-----	----	Sem PDA
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	-----	----	PDA em construção
INSS – Instituto Nacional do Seguro	2016	50%	PDA publicado e disponível no portal do órgão

Social			
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica	2016	89%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins	----	----	PDA em construção
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	----	----	PDA em construção
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco	-----	-----	PDA em construção
IFSPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	----	----	Sem PDA
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	----	----	Sem PDA
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	----	----	PDA em construção
FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho	----	----	Sem PDA
UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC	----	----	PDA em construção
UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos	----	----	Sem PDA
ENAP – Fundação Escola Nacional de Administração Pública	----	----	Sem PDA
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	2016	95%	Dados Abertos
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	----	----	PDA em construção
CMAR – Comando da Marinha	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
COMAER – Comando da Aeronáutica	----	----	PDA em construção
CEX – Comando do Exército	-----	-----	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ESG – Escola Superior de Guerra	2018	100%	PDA em construção
FUNAI – Fundação Nacional do Índio	----	---	Sem PDA
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2016	88%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações	2016	49%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	----	----	PDA em construção
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz	----	----	PDA em construção
HFA – Hospital das Forças Armadas	----	----	Sem PDA
IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	----	----	Sem PDA
FBN – Fundação Biblioteca Nacional	----	----	PDA em construção
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa	----	----	PDA em construção
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	----	----	Sem PDA
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados	----	----	PDA em construção
UFAL – Universidade Federal de Alagoas	----	----	PDA em construção
IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	----	----	PDA em construção
IN – Imprensa Nacional	2016	----	PDA publicado e disponível no portal do órgão
SFB – Serviço Florestal Brasileiro	-----	-----	PDA em construção
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	2018	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	2017	----	PDA em construção
ANA – Agência Nacional de Águas	----	----	PDA em construção
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
JBRJ – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	2017	36%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ICMBio – Instituto Chico Mendes de	----	----	PDA em construção

Conservação da Biodiversidade			
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	----	----	Sem PDA
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus	----	----	PDA em construção
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2017	50%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	----	----	PDA em construção
UFC – Universidade Federal do Ceará	----	----	Sem PDA
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários	----	----	PDA em construção
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	2017	95%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFMGSE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	----	----	PDA em construção
UFV – Fundação Universidade Federal de Viçosa	----	----	PDA em construção
IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	----	----	Sem PDA
UFLA – Universidade Federal de Lavras	----	----	PDA em construção
FUNRei - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	----	----	PDA em construção
UFU – Universidade Federal de Uberlândia	----	----	PDA em construção
IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	----	----	Sem PDA
IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	----	----	Sem PDA
UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas	2017	42%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	----	----	PDA em construção
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	----	----	PDA em construção
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá		33%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	----	----	PDA em construção
ANCINE – Agência Nacional do Cinema	----	----	PDA em construção
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	----	----	PDA em construção
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes	----	----	PDA em construção
DNIT/MT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	----	----	Sem PDA
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	2017	87%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	2016	57%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba	----	----	Sem PDA
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear	----	----	PDA em construção
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomustível	----	----	PDA em construção
UFF – Universidade Federal Fluminense	----	----	Sem PDA
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	----	----	Sem PDA
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFPEL – Fundação Universidade Federal de Pelotas	----	----	PDA em construção
CP II – Colégio Pedro II	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFGD – Fundação Universidade Federal	----	----	Sem PDA

da Grande Dourados			
IF FLUMINENSE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	----	----	Sem PDA
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	----	----	PDA em construção
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	----	----	Sem PDA
FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande	----	----	Sem PDA
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2016	57%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	2018	29%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	----	----	Sem PDA
UFBA – Universidade Federal da Bahia	----	----	Sem PDA
UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	---	----	PDA em construção
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	2017	15%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFAP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	----	----	PDA em construção
IFFAR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	2017	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFMG – Universidade Federal de Campina Grande	----	----	Sem PDA
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria	----	----	PDA em construção
IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	2017	88%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	----	----	PDA em construção
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	----	---	Sem PDA
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2017	60%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	----	----	Sem PDA
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	----	----	Sem PDA
UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2017	75%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa	---	---	Sem PDA
FCP – Fundação Cultural Palmares	----	----	PDA em construção
IF BAIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	----	----	Sem PDA
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	----	----	PDA em construção
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde	----	----	PDA em construção
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial	----	----	PDA em construção
IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	2016	100%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	----	----	PDA em construção
UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	----	----	PDA em construção
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia	----	----	Sem PDA
LNCC-MCT – Laboratório Nacional de	----	----	Sem PDA

Computação Científica			
UFG – Universidade Federal de Goiás	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IF GOIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	----	----	Sem PDA
UFAM – Fundação Universidade do Amazonas	2017	0%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
AN – Arquivo Nacional	----	----	PDA publicado e disponível no portal do órgão
IBC – Instituto Benjamin Constant	----	----	PDA em construção
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	----	----	PDA em construção
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	----	----	PDA em construção
UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre	----	----	Sem PDA
UNB – Fundação Universidade de Brasília	----	----	Sem PDA
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins	----	----	Sem PDA
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar	2016	23%	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	----	----	PDA em construção
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	----	----	Sem PDA
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	----	----	Sem PDA
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará	----	----	PDA em construção
IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	----	----	Sem PDA
UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí	----	----	PDA em construção
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos	----	----	PDA em construção
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia	----	----	Sem PDA
CC-PR – Casa Civil da Presidência da República	----	----	PDA em construção
SGPR – Secretaria-Geral da Presidência da República	----	----	PDA em construção
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	----	----	PDA em construção
GSI-PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	----	----	PDA em construção
VPR – Vice-Presidência da República	----	----	Sem PDA
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco	----	----	PDA em construção
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral	----	----	PDA em construção
CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	----	----	PDA em construção
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	----	----	Sem PDA
INPE-MCT – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	----	----	PDA em construção
INSA – Instituto Nacional do Semi-Árido	----	----	Sem PDA
INT – Instituto Nacional de Tecnologia	----	----	Sem PDA
LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica	----	----	Sem PDA
MGEP-MCT – Museu Paraense Emílio Goeldi	----	----	Sem PDA
ON-MCT – Observatório Nacional	----	----	Sem PDA
IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	----	----	PDA em construção
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	----	----	PDA em construção
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	----	----	PDA em construção
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão	----	----	PDA publicado e disponível no portal do órgão
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	----	----	PDA em construção
UFPR – Universidade Federal do Paraná	----	----	PDA em construção
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	----	----	PDA em construção
IFPB – Instituto Federal de Educação,	----	----	Sem PDA

Ciência e Tecnologia da Paraíba			
UNIFAP – Fundação Universidade Federal do Amapá	----	----	PDA em construção
UFPA – Universidade Federal do Pará	----	----	Sem PDA
HU/UFPI – Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí	-----	----	Sem PDA
HUB – Hospital Universitário de Brasília	----	----	Sem PDA
HUOL – Hospital Universitário Onofre Lopes	----	----	PDA em construção
HU/UGFD – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados	----	----	PDA em construção
HC-UFTM – Hospital de Clínicas da UFTM	-----	-----	Sem PDA
HUJM-UFMT – Hospital Universitário Julio Muller	----	-----	PDA em construção
HUGV-UFAM – Hospital Universitário Getúlio Vargas	-----	-----	PDA em construção
IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	----	-----	Sem PDA
HUJBB - Hospital Universitário João de Barros Barreto	----	----	Sem PDA
HUWC - Hospital Universitário Walter Cantídio	----	----	PDA em construção
HULW - Hospital Universitário Lauro Wanderley	-----	----	PDA em construção
HU/FUFMA - Hospital Universitário	----	-----	PDA em construção
NHU - UFMS - Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	----	----	PDA em construção
HUAB - UFRN - Hospital Universitário Ana Bezerra	----	----	Sem PDA
SMPE - Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República	----	-----	PDA publicado e disponível no portal do órgão
HUCAM - Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes	----	-----	PDA em construção
HUPES - Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos	----	-----	PDA em construção
HU/UFS - Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe	----	-----	PDA em construção
MEAC - Maternidade Escola Assis Chateaubriand	----	-----	PDA em construção
MEJC - Maternidade Escola Januário CiccoUFRN	----	-----	PDA em construção
UFCA - Universidade Federal do Cariri	----	-----	PDA em construção
UFESBA - Universidade Federal do Sul da Bahia	----	-----	PDA em construção
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	----	-----	Sem PDA
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	----	-----	PDA em construção
HU-UFJF - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora	----	-----	PDA em construção
HC-UFG – Hospital das Clínicas da UFG	----	-----	PDA em construção
SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	----	-----	PDA publicado e disponível no portal do órgão

Fonte: painel de CGU adaptado pela autora em 02 de setembro de 2019



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE
Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA

Carta de Apresentação

Brasília, 30 de maio de 2019.

Prezado professor (a),

Vimos por meio desta, apresentar a aluna Marcela Barbosa da Silva, aluna do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Administração PPGA/MPA. A aluna pretende desenvolver a sua dissertação a partir da temática em abertura de dados governamentais, sob minha orientação.

O trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo realizar uma análise sobre as dimensões institucionais relacionadas à abertura de dados governamentais. Será aplicado um questionário em alguns órgãos da Administração Pública Federal (com foco nos formuladores e implementadores da Política de Dados abertos).

Peço sua colaboração para esta etapa denominada "revisão de especialistas", no sentido de garantir que o questionário seja percebido de maneira positiva e faça sentido para os respondentes. Informo que não será divulgada a identificação pessoal dos especialistas, por ter fins estritamente acadêmicos.

Caso possa colaborar, o formulário de validação do questionário será enviado no dia **03/6/2019** e solicitamos a sua devolução até o dia **12/06/2019**. Diante disso, reitero a solicitação de colaboração e agradeço antecipadamente a contribuição dispensada à formação científica de alunos da UnB, e, caso sejam necessários esclarecimentos, solicitamos entrar em contato pelo telefone (61) 3107-0755 ou pelo e-mail marcelaunidf@gmail.com.

Prof. Dr. Caio César de Medeiros Costa
Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública (PPGA/MPA)
Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FACE)
Universidade de Brasília (UnB)

ANEXO 3



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE
Programa de Pós-graduação em Administração - PPGA- MPA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____, autorizo a utilização do som de minha voz, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado "sobre a implementação e o desempenho das Instituições na "abertura de dados governamentais" do Poder Executivo Federal," sob responsabilidade de Marcela Barbosa da Silva vinculado(a) ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília.

Meu som de voz pode ser utilizado apenas para a gravação digital, transcrição integral e, posteriormente, análise do conteúdo e comentários, por parte da pesquisadora, para utilização na realização da dissertação de mestrado e futuros artigos científica.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do meu som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Marcela Barbosa da Silva

Brasília, ___ de _____ de _____



Universidade de Brasília
 Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE
 Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA
 Mestrado Profissional em Administração Pública PPGA/MPA

QUESTIONÁRIO

ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS: ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE DADOS ABERTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Prezado(a) servidor(a)/colaborador, sou aluna do Programa de Pós-Graduação da Administração da Universidade de Brasília PPGA/MPA, e estou realizando uma pesquisa que visa analisar “a abertura de dados governamentais”. Pedimos que expresse sua experiência de maneira FRANCA. O ANONIMATO É OBRIGATÓRIO. Sua contribuição é importantíssima. O tempo médio de resposta é de 5 minutos.

01. Em que estado sua organização está localizada? <i>Marcar apenas uma oval</i> <Lista de UF's> Nome da Instituição?
02. Qual categoria melhor descreve sua posição/cargo? <i>Marcar apenas uma oval</i> Gestão estratégica/executiva (p.e., Diretor, Secretário) Gerenciamento tático (p.e., Coordenador, Supervisor) Atividade operacional (técnico, assistente, auxiliar)
03. Escolaridade <i>Marcar apenas uma oval</i> Ensino médio Superior incompleto Superior completo Especialização Mestrado Doutorado
04. Sexo/gênero <i>Marcar apenas uma oval</i> Feminino Masculino
Quanto tempo você trabalha com dados abertos nesta Instituição

Seção 1 –Fatores Políticos e estratégicos

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). Considero que a política de dados abertos neste órgão está consolidada.
- b). A política de dados abertos foi disseminada inicialmente a todos desta organização.
- c). As estratégias formuladas do Poder Executivo têm colaborado para a implementação/Gestão da Política de dados abertos nesta organização.
- d). As estratégias do Poder Executivo a longo prazo tendem a contribuir para que a política de dados abertos neste órgão seja ampliada de forma que mais setores (departamentos) disponibilizem dados.
- e). As estratégias do Poder Executivo a longo prazo tendem para que a política de dados abertos neste órgão seja ampliada de forma que dados mais complexos sejam disponibilizados.
- f). As estratégias para abertura de dados sinalizadas no Plano de Dados Abertos (PDA) estão conforme o planejamento estratégico desta organização.
- g). Houve a falta de apelo das instâncias governamentais para a abertura de dados nas organizações.
- h) Houve a falta de algum apoio institucional para a implementação da Política de Dados abertos nesta organização.

Seção 2 - Fatores Fundamentos legislativos:

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). A legislação sobre Dados abertos disponibiliza liberdade de informação;
- b). A legislação sobre Dados abertos têm sido efetiva nos seus objetivos;
- c). A legislação sobre Dados abertos de Dados abertos tem tido o apoio institucional das organizações;
- d). A legislação e os prazos estipulados têm considerado os processos de implementação/Gestão desta política;
- e). A legislação sobre Dados abertos têm levado em conta a proteção de dados da organização;
- f) A legislação sobre Dados abertos precisa de ser reformulada para o alcance dos objetivos de abertura de dados.

Seção 3 - Fatores Organizacionais:

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). Houve o envolvimento das partes interessadas no processo de implementação e

- manutenção da política de dados abertos em sua organização;
- b). É relevante o envolvimento das partes interessadas no processo de implementação da política de dados abertos;
- c). A cultura organizacional de sua organização é receptiva à política de dados abertos;
- d). O ambiente interno desta organização é adaptável às mudanças e variações da advindos do público externo;
- e). A liderança reconhece e transfere ao ambiente organizacional a importância do programa de dados abertos;
- f). A liderança coordena os fluxos e processos da implementação da política de dados abertos;
- g). O órgão é aberto a possíveis mudanças vindas da política a respeito do plano dados abertos de sua organização.
- h) Há algum canal de comunicação formal sobre a conscientização das pessoas sobre a política de dados abertos nesta organização.

--	--	--

Seção 4 - Fatores de Habilidades relevantes e apoio educacional:

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). Na conscientização da política de dados abertos na organização foi necessário o apoio do público;
- b). Estou engajado para atuar na implementação de Dados abertos.
- c). Acredito que os dados devam ser disponíveis ao público externo apenas se demonstrarem objetivos claros;
- d). É importante que o público externo apresente capacidade de utilização das ferramentas para ter acesso aos dados;
- e). É importante a existência de cursos para capacitar o público externo a terem acesso à política de dados abertos.
- f). Obtive orientação ou planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos;
- g) Obtive treinamento, orientação e planejamento adequado para a implementação e manutenção da política de dados abertos.

--	--	--

Seção 6 - Apoio público e consciência:

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). Eventos apoiados pelo setor público relativo a dados abertos são relevantes para a evolução e implementação desta política.
- b). O poder público criou prêmios e competições entre seus órgãos visando a evolução da política de dados abertos.
- c). Organizações não governamentais tiveram um papel ativo na implementação, manutenção de dados abertos.

- d). O nível de partilha de informação tem fomentado as organizações a aumentarem a quantidade de dados publicados.
- e). Houve a interferência de outros programas intergovernamentais nesta Política de abertura de Dados.
- f) Houve algum tipo de ação não favorável para a abertura de Dados nesta organização.

--	--	--

Seção 7 – Fatores no processo de desempenho organizacional:

Em relação às afirmativas abaixo apresentadas, emita o seu grau de concordância com cada frase. Para isso, marque, na escala, a resposta que mais traduz sua opinião, sendo: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) sem opinião (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente.

- a). A prestação de contas ocorreu como previsto por parte do Grupo de Trabalho desta organização.
- b). O compromisso da gestão para a manutenção do processo de abertura de dados foi contínuo ao longo do processo.
- c). Os objetivos estipulados pela organização para a abertura de dados estavam ambíguos.
- d). Considero que o foco no processo de abertura de dados estava somente na execução e não nos resultados.
- e). O conjunto de dados fornecidos na área de dados abertos nesta organização são suficientes para a accountability de instâncias controladoras ou a seus representantes.
- f). O compromisso dos participantes do grupo de trabalho (GT) para a manutenção do processo de abertura de dados foi contínuo ao longo do processo.
- g). Considero que o foco no processo de abertura de dados estava somente nos resultados e não na execução.

--	--	--